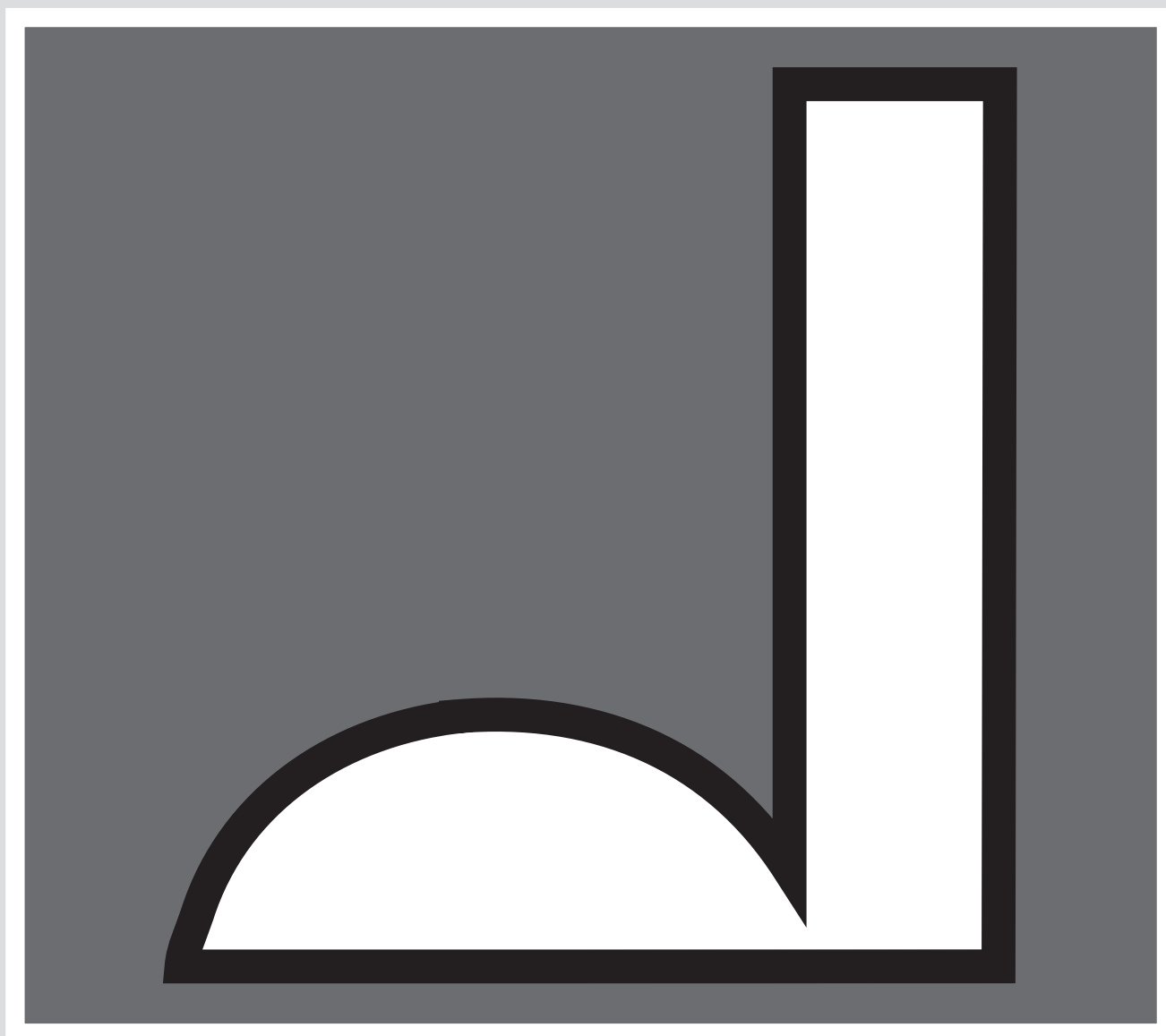




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 154 - TERÇA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
Patrícia Saboya - (PDT-CE)

Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

<p align="center">Maioria (PMDB/PP) - 18 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha⁴ Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p align="center">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 11 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns³ Líder do PR - 3 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior⁵ Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p align="center">Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 27 Líder Raimundo Colombo - DEM¹ Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos² Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p>
<p align="center">PTB - 8 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p>	<p align="center">PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL</p>	<p align="center">Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p>
<p align="center">PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT</p>	<p align="center">PV - 1 Líder Marina Silva - PV</p>	

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária 17 de setembro de 2009.
5. Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 23 de setembro de 2009, e filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 29 de setembro de 2009.

EXPEDIENTE

<p align="center">Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p align="center">Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – Decretos Legislativos	
Nºs 651 a 653, de 2009.	
2 – ATA DA 175ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE OUTUBRO DE 2009	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Comunicações da Presidência	
Arquivamento definitivo, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2007.	49277
Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 132 e 159, de 2009, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 143, 311 e 536, de 2003, 34, 110, 244 e 310, de 2007, 61, 87, 328, 365 e 490, de 2008, 10, 50 e 61, de 2009.....	49277
2.2.2 – Mensagem do Presidente da República	
Nº 140, de 2009-CN (nº 788/2009, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Avaliação do Cumprimento da Meta de Superávit Primário.	49178
2.2.3 – Leitura de requerimentos	
Nº 1.324, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, <i>solicitando voto de pesar pelo falecimento de Mercedes Sosa</i>	49278
Nº 1.325, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, <i>solicitando voto de pesar pelo falecimento da cantora argentina Mercedes Sosa</i>	49279
Nº 1.326, de 2009, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e João Pedro, <i>solicitando voto de aplauso à cidade do Rio de Janeiro, na pessoa de seu prefeito, Eduardo Paes</i>	49279
Nº 1.327, de 2009, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e João Pedro, <i>solicitando voto de aplauso do Comitê Olímpico Internacional – COI, na pessoa de seu presidente, o Senhor Jacques Rogge</i>	49280
Nº 1.328, de 2009, de autoria do Senador José Nery, <i>solicitando voto de aplauso ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB, e Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB</i>	49280
Nº 1.329, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, <i>solicitando voto de pesar pelo falecimento de Guiomar Accorsi Rodrigues Moreira</i>	49281
Nº 1.330, de 2009, de autoria do Senador José Agripino, <i>solicitando voto de pesar pelo falecimento de Monsenhor Américo Simonetti</i>	49282
2.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR PAULO PAIM – Voto de pesar pelo falecimento da cantora Mercedes Sosa. Considerações sobre o Programa Cantando as Diferenças, apresentado por S. Ex ^a em 2004. Tranquilização aos micro e pequenos produtores de vinho com relação às medidas que serão tomadas. Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa.	49283
SENADOR SADI CASSOL – Homenagem pelo transcurso, hoje, dos 21 anos de criação do Estado do Tocantins. Apresentação de dados econômicos e acontecimentos que marcaram o Estado.	49288
SENADOR PAPALÉO PAES – Elogio sobre o relatório mensal dos trabalhos dos Senadores, produzido pela Secretaria Geral da Mesa. Homenagem pelo transcurso dos 21 anos de transformação do Território Federal do Amapá em Estado.	49290
2.2.5 – Comunicação de Presidência	
Designação dos Senadores Inácio Arruda, Flávio Torres e Tasso Jereissati para representarem o Senado Federal, no dia 6 de outubro próximo, em Fortaleza, Estado do Ceará, nas homenagens objeto do Requerimento nº 1.301, de 2009, aprovado no dia 30 de setembro último. (jr622009)	49291
2.2.6 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados	
Nº 1.034/2009, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, a Medida Provisória nº 467, de 2009, que <i>autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas “d” e “h” do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências (prorrogação de contrato</i>	

por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público)..... 49292

2.2.7 – Comunicação da Presidência

Inclusão na pauta da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, da Medida Provisória nº 467, de 2009, que passa a sobrestar todas as demais deliberações legislativas do Senado Federal até que se ultime a sua votação. 49310

2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Comentários sobre os Prefeitos do Acre, que foram cassados por compra de voto e corrupção eleitoral. Questionamento sobre afirmações atribuídas ao ex-Governador Jorge Viana, do Acre, no jornal *A Tribuna* de ontem. 49310

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Comentários a Editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, de hoje, intitulado “Samba-exaltação”. 49312

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Manifestação de pesar pelo falecimento de Monseñor Américo Simonetti. 49318

SENADOR JOÃO PEDRO – Associação aos milhares de latino-americanos que estão de luto pelo falecimento da cantora Mercedes Sosa. Expectativa com relação ao julgamento amanhã do mandato do Prefeito Antonio Peixoto, de Itacoatiara/AM, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, por abuso de poder econômico. 49318

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Considerações sobre a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016. 49322

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Associação aos votos de pesar pelo falecimento da cantora Mercedes Sosa. Manifestação sobre a conquista do Brasil em sediar as Olimpíadas de 2016... 49325

2.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Mão forte do PT racha a máquina”, publicada no jornal *Correio Braziliense*, edição de 26 de agosto último. 49328

SENADOR SÉRGIO GUERRA - Registro da matéria intitulada “Chefe de gabinete da Receita confirma declaração de Lina”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 13 de agosto último. 49330

SENADOR MÁRIO COUTO - Registro da matéria intitulada “Assessora de Dilma nega, e a de Lina confirma”, publicada no jornal *O Globo*, edição de 14 de agosto último. 49331

SENADOR FLEXA RIBEIRO - Registro da matéria intitulada “New York Times noticia censura contra Estado”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 1º de setembro último. 49332

SENADOR GERSON CAMATA – Considerações sobre a reforma do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, para dar maior poder

de voto e aumentar a influência dos países em desenvolvimento. 49333

2.2.10 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 6, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 49334

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – RETIFICAÇÃO DE ATA ANTERIOR

Ata da 174ª Sessão Não Deliberativa, em 2 de outubro de 2009 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente. 49344

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 05.10.2009

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência –CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 651, DE 2009

Altera o Anexo VI (“Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidade graves”) da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, no subtítulo “Restauração de Rodovias Federais no Estado de Roraima”, de classificação funcional-programática 26.782.0220.2834.0014.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a execução orçamentária, física e financeira de novos contratos nos lotes I (Divisa AM/RR – Vila do Equador) e II (Rio Dias – Caracaraí) relativos ao subtítulo “Restauração de Rodovias Federais no Estado de Roraima”, de classificação funcional-programática, no orçamento de 2009, 26.782.0220.2834.0014.

Art. 2º Inclua-se, no Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, no campo “Observações”, na parte referente ao subtítulo mencionado no art. 1º deste Decreto Legislativo, a seguinte redação: “Fica autorizada a execução orçamentária, física e financeira de novos contratos nos lotes I (Divisa AM/RR – Vila do Equador) e II (Rio Dias – Caracaraí), conforme recomendação constante do Acórdão nº 1.073/2009-TCU-Plenário.”

Art. 3º Ficam mantidas as demais vedações constantes do Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, para o subtítulo mencionado no art. 1º deste Decreto Legislativo.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 5 de outubro de 2009.
– Senador **José Sarney**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 652, DE 2009

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, o Programa de Trabalho 26.783.0232.5E52.0056 – Construção de Terminal Intermodal – no Município de Campo Grande – no Estado do Mato Grosso Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei Orçamentária para 2009 (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008), o Programa de Trabalho 26.783.0232.5E52.0056 – Construção de Terminal Intermodal – no Município de Campo Grande – no Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 118 e Inciso IV do art. 124 da Resolução nº 01/2006 – CN, informará à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, no momento oportuno, após o deslinde do processo TC 015.470/2008-9, o teor da providência adotada, no âmbito da Corte de Contas, no sentido de buscar elidir o débito decorrente do sobrepreço (que originou a inclusão do Programa de Trabalho 26.783.0232.5E52.0056 - Construção de Terminal Intermodal – no Município de Campo Grande – no Estado do Mato Grosso do Sul no Anexo VI da Lei Orçamentária para 2009) apurado nas setes medições faturadas anteriormente à repactuação do Contrato nº 145/2007 por meio do 2º Termo Aditivo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 5 de outubro de 2009.
– Senador **José Sarney**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 653, DE 2009**

Altera o bloqueio dos recursos federais incidentes sobre as dotações consignadas no subtítulo 04.054.0077.1238.5121 – “Construção da Barragem do Rangel – Redenção do Gurgéia – PI”, sob responsabilidade da UO 44.101 – Ministério do Meio Ambiente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o bloqueio dos recursos federais incidentes sobre as dotações consignadas no subtítulo 04.054.0077.1238.5121 – “Construção da Barragem do Rangel – Redenção do Gurgéia – PI”, sob responsabilidade da UO 44.101 – Ministério do Meio Ambiente, na forma indicada no Anexo VI da Lei nº 11.897/08 (LOA 2009).

Parágrafo único. O bloqueio da recursos de que trata o **caput** não alcança os recursos destinados à conclusão do reexame de sua viabilidade técnica.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 5 de outubro de 2009.
– Senador **José Sarney**, Presidente.

Ata da 175ª Sessão Não Deliberativa, em 5 de Outubro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Paulo Paim, José Nery, Eduardo Suplicy e João Pedro.

*(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 2 minutos
E Encerra-se às 17 horas e 8 minutos)*

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2007** (nº 6.040/2005, na Casa de origem, do Deputado Lincoln Portela), que *suspende os procedimentos de seleção para o acesso ao corpo discente das Faculdades de Direito, nos casos previstos.*

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2009** (nº 2.277/2007, na Casa de origem, do Deputado Flávio Dino), que acrescenta à Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, o Capítulo II-A, que estabelece a disciplina processual da ação direta de inconstitucionalidade por omissão;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2009** (nº 3.957/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- **Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências;

- **Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a redação dos artigos 65, inciso I, 115 e 220 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) (busca adequar esses dispositivos ao texto do novo Código Civil que, em seu art. 5º, consagra a cessação da menoridade civil aos dezoito anos, e não mais aos vinte e um anos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil);
- **Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2003**, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a redação do artigo 2.039 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (propiciar aos cônjuges a possibilidade de alterar o regime de bens, quando isso lhes aprouver);
- **Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2007**, de autoria do Senador Osmar Dias, que estabelece condições diferenciadas de empréstimos para pequenas e microempresas e dá outras providências;
- **Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2007**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, que autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências, para o fim de extinguir a figura do leilão extrajudicial de imóveis pertencentes a mutuários inadimplentes;
- **Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2007**, de autoria do Senador Jefferson Péres, que dispõe sobre alterações de alíquotas do Imposto de Importação;
- **Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2007**, de autoria do Senador Neuto de Conto, que cria o Fundo Nacional de Apoio a Bibliotecas (Funab);
- **Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2008**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 1.122 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e o inciso III do § 2º do art. 40 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio), e revoga os §§ 2º e 3º do art. 3º da mesma Lei nº 6.515, de 26 de

dezembro de 1977 (Lei do Divórcio) e a Lei nº 968, de 10 de dezembro de 1949, a fim de suprimir, nas separações judiciais, a necessidade da audiência de ratificação;

- **Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2008**, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que dá nova redação ao § 5º do art. 96 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para limitar o percentual máximo de comprometimento da receita corrente líquida municipal com o pagamento de obrigações previdenciárias;

- **Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2008**, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições de Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples;

- **Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2008**, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera o caput do art. 17 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para ampliar o prazo de prescrição dos prêmios de loteria

As matérias foram apreciadas terminativamente pelas Comissões competentes.

Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 132 e 159, de 2009**, aprovados, vão à sanção.

Os **Projetos de Lei do Senado nºs 536, de 2003; 310, de 2007; 61, de 2008; 10, 50 e 61, de 2009**, aprovados, vão à Câmara dos Deputados.

Os **Projetos de Lei do Senado nºs 143 e 311, de 2003; 34, 110 e 244, de 2007; 87, 328, 365 e 490, de 2008**, rejeitados, vão ao Arquivo.

Com referência aos Projetos de Lei da Câmara, será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Mensagem nº 140, de 2009-CN (nº 788/2009, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 126 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Relatório de Avaliação do Cumprimento da Meta de Superávit Primário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.324, DE 2009

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro voto de pesar pelo falecimento de Mercedes Sosa.

Faleceu neste domingo dia 4-10-2009 a cantora argentina Mercedes Sosa, aos 74 anos, após permanecer internada por mais de duas semanas com problemas no fígado e nos rins. O corpo da cantora será velado no Congresso argentino até o meio-dia de hoje, e posteriormente será cremado em uma cerimônia íntima. Segundo a família, seus restos serão cremados e as cinzas, espalhadas na cidade natal de Tucumán, em Mendoza e Buenos Aires.

Mercedes Sosa ficou conhecida por canções como “Gracias a la Vida” e “Si se Calla el Cantor”. O último álbum da artista, “Cantora 1”, foi indicado para concorrer em três categorias na premiação do Grammy Latino em Las Vegas no mês que vem, entre elas a de álbum do ano.

Carinhosamente apelidada de “La Negra” pelos fãs, Sosa nasceu 9 de julho de 1935 na província argentina de Tucumã, no noroeste do país, e começou sua carreira aos 15 anos, após participar de um concurso de uma rádio local com o pseudônimo de “Gladys Osório”. Sosa destacou-se e conseguiu um contrato de dois meses com a emissora. “Eu não escolhi cantar para as pessoas”, afirmou a artista em uma entrevista recente. “A vida me escolheu para cantar.”

Por volta da década de 1970, ela foi reconhecida com uma das cantoras que impulsionou o Movimento do Novo Cancioneiro, que tinha inspiração social e incorporava nas músicas críticas aos governos ditatoriais da América Latina.

A proximidade da cantora com movimentos comunistas e o apoio a partidos de esquerda atraiu a atenção e a censura do governo argentino e, em 1979 – um ano após ficar viúva do segundo marido -, Sosa foi presa juntamente com um público de aproximadamente 200 estudantes durante uma apresentação na cidade de La Plata.

“Eu lembro quando me levaram presa”, disse Sosa no final de 2007. “Eu estava cantando para universitários que estavam no último ano de Veterinária. Não era político”. Ela foi libertada 18 horas depois, após o pagamento de fiança e devido à pressão internacional, mas foi obrigada a deixar a Argentina. “Eu sabia que teria de sair. Estava sendo ameaçada pela AAA (o esquadrão da morte Aliança Anticomunista Argentina). As pessoas da marinha, do serviço secreto estavam me seguindo.”

Sosa viajou para a Espanha e depois para a França. O diretor musical da cantora, Popi Spatocco, disse que o auxílio foi excessivamente difícil para uma mulher que amava a Argentina. Sosa voltou para casa apenas em 1982, nos meses finais do regime ditatorial.

No ano seguinte, ela lançou o álbum “Mercedes Sosa”, que contém alguns de seus maiores sucessos: “Um Son para Portinari”, “Maria Maria” e “Inconsciente Colectivo”, de Charly Garcia; “La Maza” e “Unicórnio”, de Silvio Rodriguez; “Corazón Maldito”, de Violeta Parra; e “Me Yoy pa’l Mollar”, em parceria com Margarita Palácios.

Sosa teve três de seus discos considerados os melhores álbuns de Folk na premiação da Grammy Latino – “Misa Criolla”, em 2000, “Acústico”, em 2003, e “Corazón Libre”, em 2006. Ela também atuou em filmes como “El Santo de la Espada”, sobre o herói da independência argentina, José de San Martín. A cantora gravou mais de 70 discos, sendo o mais recente em álbum duplo.

Para tanto, gostaríamos que o presente voto seja enviado para Juan Pablo Lohlé, Embaixador Argentino no Brasil, SHIS QL 2, conjunto 1, casa 19 – Lago Sul – CEP 70.442-900.

Sala das Sessões, 5 de outubro de 2009. – Senador **Paulo Paim**.

REQUERIMENTO Nº 1.325, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 215, III, c, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de votos de profundo pesar pelo falecimento da cantora argentina Mercedes Sosa, ocorrido na manhã do dia 4 de outubro, no Hospital em Buenos Aires.

Justificação

Haydée Mercedes Sosa nasceu na cidade argentina de San Miguel de Tucumán, no dia 9 de julho de 1935 e foi, após Carlos Gardel, a intérprete argentina mais popular.

Com uma carreira de mais de quatro décadas, Mercedes Sosa foi uma das vozes mais representativas da música popular argentina e da América Latina.

Ela começou a carreira em 1950, aos 15 anos. Ao lado de um grupo de amigos, participou de uma competição na rádio local, LV12, de Tucumán, apresentando-se sob o pseudônimo de Gladys Osorio.

Ganhou o primeiro prêmio do concurso, um contrato de dois meses para trabalhar na emissora. Por conta de seus grandes e lisos cabelos pretos ganhou o apelido de La Negra.

Na década de 1960, a cantora se envolveu com a música folclórica argentina.

Em 1967, passou a ser conhecida nos Estados Unidos e Europa, após se apresentar em Miami, Lisboa, Porto e Roma, entre outras cidades.

Em 1979, um show na cidade de La Plata é interrompido e Mercedes e o público são presos. No mesmo ano, exila-se em Paris e depois se instala em Madri, regressando à Argentina em 1982.

Militante ativa contra a ditadura militar nos anos 70 e 80 – quando se celebrou como “a voz” da canção do protesto latino-americana.

Filiada ao Partido Comunista ela colocou sua voz firme de contralto a serviço dos ideais revolucionários, o que politicamente trouxe, desde o começo, muitas dificuldades para sua carreira na Argentina.

Entre os anos de 1979 e 1982, período em que a Argentina vivia os piores anos da ditadura militar, Mercedes esteve proibida de cantar, o que a levou a continuar seu trabalho, em países da Europa e nos Estados Unidos.

Em nosso País sua canção foi símbolo de resistência ao período de chumbo.

Sala das Sessões, 5 de outubro de 2009. – Senador **João Pedro**.

REQUERIMENTO Nº 1.326, DE 2009

Senhor Presidente,

Requeiro com amparo no art. 222 do Regimento Interno, seja formulado voto de aplauso à cidade do Rio de Janeiro, na pessoa de seu Prefeito o Senhor Eduardo Paes, pela escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016.

Justificação

A escolha, por expressiva maioria dos delegados, da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, merece ser aplaudida. Mais que isso: é motivo de regozijo e celebração. Pela primeira vez, a América do Sul acolherá evento de tal magnitude. Trata-se da maior festa de confraternização dos povos.

Na Grécia Antiga, suspendiam-se as guerras para que as gentes confluíssem para as vertentes do Olímpo e do Parnassos a fim de louvar suas divindades com esporte, poesia e música. Em 2016, sob as bênçãos do Redentor, com seus “braços abertos sobre a Guanabara”, homens e mulheres de todas as raças, credos e línguas se reunirão, uma vez mais, consoante os ensinamentos do Barão de Cobertin, para celebrar a paz e a irmanação dos povos de todos os continentes.

Não poderia ser mais apropriada a escolha do Comitê Olímpico Internacional. O Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa de todos os brasileiros, é o cenário inigualável da harmonia entre a natureza, em todo o

seu esplendor, e as mais diversas culturas. Como requer o espírito olímpico.

O Rio merece. Não tem cidade igual em beleza. Não tem cidade igual em alegria e acolhimento. Como disse o Presidente Lula, prevaleceu a paixão e a alma do carioca e do brasileiro. Capital do País durante séculos, o Rio foi de fundamental para a construção histórica do Brasil e sua identidade se confunde com a identidade nacional. Não há quem não identifique o Brasil quando vê a imagem do Cristo Redentor ou do Pão-de-Açúcar. O Rio de Janeiro é, com justiça, a cidade-símbolo do Brasil.

Nas últimas décadas, é verdade, o Rio de Janeiro vem enfrentando, como outras grandes cidades brasileiras, problemas sérios. Mas o Rio também demonstrou que sabe lidar com esses problemas. Por ocasião dos Jogos Panamericanos de 2006, o Rio de Janeiro mostrou competência, ao sediar aqueles jogos com inteira segurança, eficiência e inigualável hospitalidade.

O Rio não é apenas uma cidade alegre e linda, é também uma cidade séria que sabe trabalhar e produzir.

Temos, é claro, de começar de imediato a trabalhar para fazer das Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016 uma grande e inesquecível olimpíadas.

Uma olimpíadas que mostre ao mundo o grande País que somos. Temos de trabalhar seriamente, gastar bem o dinheiro, investir com eficiência, melhorar a infraestrutura urbana carioca e transformar a Olimpíadas numa oportunidade para desenvolver, de uma vez por todas, o imenso potencial turístico da Cidade Maravilhosa.

O desafio é imenso. Mas, sim, nós podemos.

Sala das Sessões, 5 de outubro de 2009. – Senador **Aloizio Mercadante**.

REQUERIMENTO Nº 1.327, DE 2009

Senhor Presidente,

Requeiro, com amparo no art. 222 do Regimento Interno, seja formulado voto de aplauso ao Comitê Olímpico Internacional – COI, na pessoa de seu presidente, o Senhor Jacques Rogge, pela escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016.

Justificação

A escolha, por expressiva maioria dos delegados, da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, levada a efeito em Copenhagen, Dinamarca, no dia 2 de outubro, merece ser aplaudida. Mais que isso: é motivo de regozijo e celebração. Pela primeira vez, a América do Sul acolherá evento de tal magnitude. Trata-se da maior festa de confraternização dos povos. Na Grécia Antiga, suspendiam-se da maior festa de confraternização

dos povos. Na Grécia Antiga, suspendiam-se as guerras para que as gentes confluíssem para as vertentes do Olimpo e do Parnassos a fim de louvar suas divindades com esporte, poesia e música. Em 2016, sob as bênçãos do Redentor, com seus “braços abertos sobre a Guanabara”, homens e mulheres de todas as raças, credos e línguas se reúnem, uma vez mais, consoante os ensinamentos do Barão de Cobertin, para celebrar a paz e a irmanação dos povos de todos os continentes.

Não poderia ser mais apropriada a escolha do Comitê Olímpico Internacional. O Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa de todos os brasileiros, é o cenário inigualável da harmonia entre a natureza, em todo o seu esplendor, e as mais diversas culturas, revelando-se tal interação um espetáculo estético inexcelável. Como requer o espírito olímpico.

Na oportunidade, reiteramos ao Comitê Olímpico Internacional nosso compromisso, de, congregados em torno do Governo Federal, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e do Comitê Olímpico Brasileiro, proporcionar à comunidade das nações, uma festa que marcará, de forma indelével, a história das Olimpíadas Modernas.

Sala das Sessões, 5 de outubro de 2009. – Senador **Aloizio Mercadante**

REQUERIMENTO Nº 1.328, DE 2009

Requer Voto de Aplauso ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB, e Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, pela conquista da sede da olimpíada de 2016.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso e devidas congratulações ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB, e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, pela conquista da Sede das Olimpíadas e Paraolimpíadas – Rio 2016.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB, Senhor Carlos Athur Nuzman, ao Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, Senhor Andrew George Willian Parsons, ao Secretário-Geral do Comitê de Candidatura Rio 2016, Senhor Carlos Roberto Osório, ao Ministro dos Esportes, Senhor Orlando Silva, ao Governador do Rio de Janeiro, Senhor Sérgio Cabral, e ao Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Senhor Eduardo Paes. – Senador **José Nery**.

Justificação

O sucesso alcançado pela edição dos jogos panamericanos de 2007, na Cidade do Rio de Janeiro, foi a alavanca promocional para que o povo brasileiro

pudesse sonhar com a edição de uma olimpíada e paraolimpíada em solo nacional.

Desnecessário explicitar a complexidade que envolve a organização de um evento de tamanha envergadura. O comprometimento do Estado deve ser completo, o empresariado, como um todo, deve estar disposto a investir para alcançar as metas que possibilitem o funcionamento das “máquinas olímpica e paraolímpica”, a população, a imprensa, a sociedade como um todo deve estar afinada com o mesmo objetivo.

Alcançar a honra de poder patrocinar e sediar o maior evento da sociedade humana é, sem dúvida, motivo de refletirmos sobre nosso destino como nação e nós como políticos. Crescemos! O mundo nos respeita como povo e como Estado, a nossa auto estima crescerá mais ainda, é a chance, única, que temos para sedimentarmos a nossa brasilidade, a nossa responsabilidade, a nossa crença de que podemos, dia-a-dia, melhorarmos a condição social de nosso povo.

Contudo, uma nação que pode sediar uma olimpíada tem, por obrigação, anteriormente melhorar o sistema educacional, o de saúde, promover a justiça social, diminuir as diferenças sociais alarmantes que existem, combater o trabalho escravo, reprimir e agravar penalmente, ainda mais, o crime de pedofilia, produzir uma sociedade afinada com as responsabilidades advindas dessa exposição mundial, pois só assim mostraremos quanto o Rio-2016 produziu de resultados positivos para a sociedade Brasileira, antes mesmo de seu evento.

Trata-se, sem dúvida alguma, da maior conquista do esporte nacional em toda a sua história, a palavra Rio será dita por todo o planeta, em centenas de línguas e dialetos, durante muitos anos, todos os dias, dando prova de que somos um povo de brio. A imagem do Cristo Redentor mostra para o mundo, explicando os braços abertos, que desde a muito, de maneira profética, nós aguardávamos os nossos irmãos de todas as ascendências e religiões. Sejam bem vindos.

A conquista coordenada pelo Comitê de Candidatura Rio-2016, em conjunto com os Comitês Olímpico e Paraolímpico _ COB e CPB, é um exemplo a todos nós, políticos ou não, da condução de um objetivo, de razoabilidade no trato com a produção de oportunidades, pois primeiro um pan-americano para buscar enfim o grande objetivo, resultante da melhor técnica de trabalho, da metodologia de composição das metas a serem observadas durante o processo de qualificação, da capacidade intelectual superando os interesses individuais. É disso que precisamos, de aprender com os esportistas como fazer aquilo que devemos e temos como missão, em nosso caso a política em prol do crescimento do País. Foi um gigantesco trabalho

que resultou nessa conquista histórica do Brasil. Merece, portanto, por parte desta Casa o devido aplauso pelo glorioso feito alcançado, que marcará nossa geração.

Aplausos, Senador **José Nery**, PSOL/Pará.

REQUERIMENTO Nº 1.329, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar a apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido na madrugada de hoje, dia 5, em Londrina, de Guiomar Accorsi Rodrigues Moreira, viúva do saudoso ex-prefeito daquele município, engenheiro Wilson Rodrigues Moreira.

Justificação

Serenamente, como, aliás, sempre foi sua postura, faleceu na madrugada de hoje, aos 78 anos de idade, enquanto dormia, em sua residência em Londrina a Senhora Guiomar Accorsi Moreira.

Mais do que viúva do saudoso ex-prefeito Wilson Rodrigues Moreira, que nos deixou em fevereiro do ano passado, Dona Guiomar Moreira deixou registrada, de maneira extremamente positiva, sua passagem pela vida de Londrina. A marca que ela deixou foi a de trabalho. Uma atuação discreta, porém extremamente produtiva. Uma atuação sempre em busca de soluções para os problemas sociais da cidade onde viveu e que tanto amou.

À frente do PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense, em Londrina, Dona Guiomar Moreira dignificou, como poucas, a imagem de Primeira Dama. E seu trabalho foi um exemplo de como deve ser o atendimento às pessoas carentes. Ela provou que se pode fazer muito mais do que manter aquelas pessoas na condição de eternos dependentes de ajuda oficial. Sua atuação sempre foi voltada para a promoção daquelas pessoas. Mais exatamente, para a inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Ela também provou que é possível ajudar as pessoas carentes sem usar para isso, como é praxe hoje, os recursos dos cofres públicos. Para não se dizer que o Provopar de Londrina nada recebia dos cofres públicos, cabia à instituição uma parcela do que o município arrecadava cobrando ingressos para visitas a um parque público. Era o Parque Arthur Thomas, área de mata nativa que seu marido preservou e converteu em atração turística e área de lazer para a população.

Dona Guiomar Moreira tinha consciência da magnitude da tarefa na qual seu marido estava empenhado.

Coube ao engenheiro Wilson Moreira a dura missão de restaurar as finanças de Londrina, então o terceiro mais importante município do sul do País e que estava praticamente quebrado quando ele assumiu. Por isso a determinação dela, no sentido de fazer funcionar o Provopar, que encontrou desativado, sem recorrer aos recursos oficiais.

O caminho que Dona Guiomar Moreira escolheu e trilhou com sucesso foi o da efetiva mobilização de voluntários. Este sucesso se deveu a sua liderança e, principalmente, ao exemplo que dava de disposição para o trabalho. Ao invés de ficar preocupada apenas em aparecer ao lado do marido em eventos públicos, ela foi à luta. Lideradas por ela e estimuladas pelo seu entusiasmo, as voluntárias do Provopar obtinham, da própria comunidade, doações para manter a instituição e, principalmente, ajudar as pessoas carentes.

A marca que iria ser a atuação de Dona Guiomar Moreira durante administração do engenheiro Wilson Moreira ficou patente logo no início do mandato dele e do governador José Richa. Eram os primeiros meses de 1993, quando o Paraná foi atingido por chuvas torrenciais que provocaram grandes inundações. Havia milhares de desabrigados em vários pontos do estado. Em Londrina, incansável à frente de suas voluntárias, Dona Guiomar Moreira organizou 45 promoções beneficentes. Assim, ela angariou 23 toneladas de alimentos, que mitigaram a fonte de aproximadamente 18 mil pessoas atingidas pelas intempéries. Isto, convém enfatizar, sem recorrer a um centavo dos cofres públicos.

Ao final da gestão Wilson Moreira, técnicos da prefeitura decidiram, até para prestar contas à população, fazer um balanço do que havia sido realizado nos seis anos que durou aquela administração.

Até os técnicos ficaram surpresos quando se deram conta da dimensão do discreto trabalho realizado por Dona Guiomar Moreira. Ela simplesmente havia equipado as creches londrinenses, pelas quais sentia o maior carinho, com mais de 6,5 mil geladeiras, fogões, móveis e outros utensílios. Isso, entendo que tem que ser repetido com insistência, sem recorrer aos cofres públicos, apenas com doações da comunidade.

Da mesma maneira, naquele período o Provopar havia arrecadado e distribuído, entre pessoas carentes, 70 toneladas de gêneros alimentícios, 55 mil peças de roupas, mais de 20 mil pares de calçados e mais de 5,5 mil cobertores.

No total, quase 53 mil pessoas carentes receberam ajuda. Não para serem mantidas como reféns da ajuda pública. Receberam atenção em momentos de necessidade, com ajuda também para crescerem como cidadãos.

Sob a orientação de Dona Guiomar Moreira, o Provopar de Londrina promoveu nada menos que 75 cursos técnicos, visando proporcionar formação profissional a desempregados e carentes. Quase cinco mil pessoas frequentaram tais cursos e a grande maioria ingressou ou foi reintroduzida no mercado de trabalho. Ao invés de se tornarem eternos dependentes de escolas Governamentais, passaram a andar de cabeça erguida, como orgulhosos trabalhadores, agentes de seu próprio destino.

Encerrada a administração do marido e, conseqüentemente, sua permanência à frente do Provopar, Dona Guiomar Moreira não se recolheu à vida privada, como teria todo o direito de fazer, por toda a contribuição que já dera à comunidade. Ela tomou conhecimento das dificuldades que enfrentava a Santa Casa, uma respeitável e histórica instituição londrinense. E não pensou duas vezes: valendo-se mais uma vez de sua liderança, ajudou, com um grupo de amigas, a criar e comandou, até recentemente, o Grupo de Apoio Pró-Vida. Trata-se de uma instituição filantrópica que arrecada fundos para ajudar pessoas carentes atendidas pelos hospitais do complexo Santa Casa de Londrina.

Foi esse o legado que Dona Guiomar Moreira deixou. Ninguém se lembra dela como figurante, ao lado do marido, em viagens ou solenidades festivas. Mas toda Londrina aprendeu a amar profundamente e respeitar essa mulher que deu um exemplo maravilhoso e inesquecível. Um exemplo de companheirismo e, principalmente, de amor e dedicação à comunidade onde viveu.

Por tudo isso, tenho certeza, Dona Guiomar Accorsi Rodrigues Moreira se faz merecedora desta homenagem por parte do Senado Federal.

Sala das Sessões, 5 de outubro de 2009. – Senador **Álvaro Dias**.

REQUERIMENTO Nº 1.330, DE 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requero as seguintes homenagens pelo falecimento do Monsenhor Américo Simonetti:

– inserção em ata de Voto de Profundo Pesar

– apresentação de condolências à família na pessoa dos irmãos Maria da Salete Simonetti Gomes, João Batista Simonetti e José Nazereno Simonetti.

Sala das Sessões, 5 de outubro de 2009. – Senador **José Agripino**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, que, como orador inscrito, terá vinte minutos para seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria dividir meu pronunciamento em dois momentos.

Em um primeiro momento, quero encaminhar à Mesa um voto de pesar pelo falecimento da grande e inesquecível voz do continente americano pela liberdade e pela justiça, a cantora Mercedes Sosa. Sr. Presidente, vou fazer a defesa, se me permitir... Não é a defesa, mas falar um pouco da Mercedes, neste primeiro momento.

Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, não haveria outra maneira de, no dia de hoje, nesta sessão das 14 horas, iniciar sem falar da grande e inesquecível Mercedes Sosa. E falar de Mercedes Sosa é falar de uma canção, “Si se Calla el Cantor”, de Horacio Guarany, que diz: “se o cantor se cala, se o cantor está em silêncio, se cala a vida, porque a vida, a própria vida é uma canção inteira, (...) de esperança, de luz e de alegria”.

E assim foi, e assim se repete a vida. A mesma carruagem puxada pelos potros selvagens, cigarras e pássaros prateados que mostrou um novo caminho para Carlos Gardel e Astor Piazzolla, adentrou as sanhas portenhas na manhã domingueira de ontem... E a voz das Américas, Sr. Presidente, foi lá para o alto e se fez uma estrela, que vai eternamente cantar a liberdade.

Mercedes “La Negra” Sosa, foi, quem sabe, a voz latino-americana mais importante a lutar contra os regimes ditatoriais e contra o desrespeito aos direitos humanos. Sua voz e o seu desejo de justiça não conheciam fronteiras, não conheciam alambrados e nem porteiros fechadas. Seja nas manhãs, nas tardes ou nas madrugadas continentinas, sua voz ajudou com certeza a politizar gerações e gerações.

Por cantar temas carregados de crítica social e exigir a volta da democracia em seu país, a argentina La Negra foi censurada e perseguida, e em 1979 foi para o exílio em Madri, na Espanha, voltando somente quando os militares estavam saindo da Casa Rosada.

Uma vez tentaram calar a sua voz, tentaram minar os seus sonhos, tentaram apagar a sua história. Lembro, Sr. Presidente, 1980. Eu estava lá, em Porto Alegre, no estádio Gigantinho. Mais de 10 mil pessoas com os punhos cerrados e erguidos clamavam por liberdade e democracia. Foi quando, então, uma bomba de efeito moral foi detonada e La Negra assumiu o

comando com a sua voz nítida e acalmou o público, que se juntou a ela, e ali fizemos um coro emocionado em defesa da liberdade e da democracia.

Há muitas passagens de Mercedes Sosa. Poderíamos ficar aqui a tarde inteira lembrando a trajetória dessa mulher do mundo que, com suas interpretações, nos fez e nos faz chorar ao escutarmos, por exemplo, “Graças à Vida”, “Canção com Todos”, “Eu só Peço a Deus”, “Coração de Estudante”, “Canção para Carito”, “Uma Canção para Cândido Portinari” e tantas outras.

Atualmente, Mercedes Sosa estava, ou melhor, está indicada a três prêmios Grammy latino-americano: álbum do ano, melhor capa e melhor álbum de folclore pelo disco “Cantora 1”, uma compilação dos seus principais sucessos gravados em duetos com artistas como Caetano Veloso, Shakira, León Gieco, Teresa Parodi, Soledad Pastorutti e tantos outros.

Gracias, Mercedes Sosa, por esparramar a sua sabedoria pelos quatro cantos do planeta. *Gracias*, La Negra, pelo seu amor ao próximo, pelo seu amor à terra, à água, ao ar, ao fogo e à humanidade.

Com os versos, Sr. Presidente, do cubano Pablo Milanés faço essa pequena homenagem à inesquecível La Negra: “Como o tempo passa nós estamos ficando velhos, o amor já não reflete o dia de ontem, em cada conversa, cada beijo, cada abraço, ele sempre requer um pouco de razão”.

Sr. Presidente, neste momento, eu gostaria de entregar à Mesa, com essa fala, o voto de pesar pelo falecimento de Mercedes Sosa, e peço que seja encaminhado à embaixada da Argentina aqui no Brasil.

Aproveitando meu tempo, quero falar um pouco sobre um projeto que embalo, que toco, que canto, que defendo no Rio Grande e que já espraia as suas ideias pelo Brasil, que é um projeto chamado Cantando as Diferenças.

Sr. Presidente, é com alegria que estou registrando, novamente, as ações do Programa Cantando as Diferenças, projeto de nossa autoria que foi aprovado, por unanimidade, aqui no Senado e se encontra, agora, na última Comissão da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, para alguns que me perguntam por *e-mail* eu explico: o Cantando as Diferenças está-nos mostrando as diferenças culturais, sociais e individuais que existem entre todos os seres humanos. O Brasil se destaca como o País das diferenças, tanto na natureza, como na cultura do seu povo. E o compromisso desse programa é cantar junto essas riquezas que cantava tão bem La Negra, riquezas naturais e culturais.

Em cada encontro, Sr. Presidente, de que participo, como eu digo, enxergo como se a esperança avançasse por além do horizonte, enchendo os co-

rações, pois a energia que essas diversidades nos passam fazem com que eu continue acreditando nos sonhos. Em alguns momentos, chego a dizer, nesses encontros, que saio de cada momento desses com a alma lavada.

É verdade, Sr. Presidente, tudo isso, pois consigo perceber o sentimento, a emoção que, ali, aquele espaço expressa através da poesia, da dança, do canto, dos aplausos e da simbologia do corte das diferenças.

Aprendi nessa caminhada, Sr. Presidente, que não basta estar com o povo, tem de ser o povo, e é isso que acontece nesses momentos em que acabo mergulhando nas minhas próprias origens. O objetivo fecundo do programa Cantando as Diferenças é o reconhecimento político das diferenças por meio de uma ampla articulação entre o Município e a comunidade, de forma que se propicie ali a adoção de atitudes que fortaleçam a filosofia desse programa.

A ferramenta base do programa está alicerçada em três estatutos que aprovamos aqui no Senado: o Estatuto do Idoso, o da Pessoa com Deficiência, o da Igualdade Racial, além do Estatuto da Criança e do Adolescente, de que tive a alegria de participar ainda quando era Deputado e de que, lembro-me, a Deputada Rita Camata foi a grande Relatora, e também dos movimentos das mulheres, da juventude, dos indígenas, da Ecologia, da livre orientação sexual, da liberdade religiosa e da própria educação profissional e tecnológica – e aqui eu lembro o Fundep.

Entendemos, Sr. Presidente, que o Cantando as Diferenças é um processo gradual que vislumbra uma mudança no modo de enxergar e reconhecer politicamente as diferenças culturais, sociais e individuais, ou seja, a consciência nas atitudes. Portanto, não basta a intenção de contemplar os direitos básicos da cidadania, pois entendemos ser fundamental escutar os atores envolvidos no processo. Reconhecemos que essas mudanças dependem da implantação de políticas públicas com a participação dos movimentos sociais. Quando pensamos no Cantando as Diferenças, o objetivo era justamente dar corte e espaço político a setores da sociedade historicamente discriminados, ou seja, dar palco a quem não tem palco.

O programa Cantando as Diferenças foi apresentado por mim, Sr. Presidente, no dia 17 de agosto de 2004, num seminário chamado Células-Tronco: Raízes e Problemas ou Ramos de Soluções. O Cantando as Diferenças foi, então, lançado na cidade de Gravataí, no dia 3 de dezembro de 2004, com ações da área cultural, formação e capacitação de professores da rede municipal de ensino, para a abordagem principalmente das pessoas com deficiência e para a devida sensibilidade com as questões dos índios, dos negros,

dos pobres, das pessoas com deficiência, respeitando as diferenças de gênero, religiosas, por idade, enfim, todos os segmentos.

Depois, fizemos o lançamento em Taquari, Nova Santa Rita, que contava inclusive com a participação do cantor Gabrielzinho do Irajá, da Rede Globo.

Atualmente, o programa reflete-se em ações ampliadas, através do acúmulo das experiências dos encontros em: seminários, palestras, cursos, eventos e atividades diversas sobre a temática do idoso, e de todos os outros setores discriminados que aqui citei, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o projeto vai-se espalhando pelas prefeituras, pelas escolas, por sindicatos, pelas empresas, câmaras municipais e assembleias legislativas.

O Programa Cantando as Diferenças já tem, hoje, parceria com 302 Municípios do Rio Grande do Sul. Ele trabalha com as seguintes temáticas durante o ano: janeiro, Matrizes Religiosas; fevereiro, Lutas dos Povos Indígenas; março, Mulheres; abril, Planeta Terra; maio, Trabalho; junho, Meio Ambiente; julho, Imigrantes, trabalhadores rurais e colonos; agosto, Celebra o Dia Nacional do Cantando a Diferença, com Florestan Fernandes; setembro, Pessoas com Deficiências e Juventude; outubro, Crianças, Professores e Idosos; novembro, Zumbi dos Palmares, Consciência Negra; dezembro, Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Além das temáticas do mês, temos um compromisso, Sr. Presidente, uma parceria muito grande também com a CNBB para divulgar a Campanha da Fraternidade. Neste ano, por exemplo, o lema é “Paz é fruto de justiça”.

Sr. Presidente, quero dizer que o patrono do Cantando as Diferenças é Florestan Fernandes. Florestan foi um desses homens que tiveram a oportunidade de vivenciar as dificuldades do nosso povo, pois, oriundo de uma família humilde, ele passou por todos os processos que um cidadão pobre passa para atingir seus sonhos.

Por isso tudo, Sr. Presidente, quero destacar ainda que estaremos, nos dias 17 e 18 de outubro, na cidade de Palmeiras das Missões, com os 20 anos de lutas, conquistas e resistências das mulheres camponezes. No dia 20 de outubro, estaremos em Vacaria para o aniversário de 159 anos daquele Município, onde será assinado, também, o protocolo com o Cantando as Diferenças.

Florestan Fernandes, Sr. Presidente, disse um dia: “Façamos as revoluções nas escolas que o povo fará a revolução nas ruas”.

Sr. Presidente, quero aproveitar esses meus sete minutos para concluir minha fala sobre um outro tema

e quero que V. Ex^a considere na íntegra este meu pronunciamento, já que eu o sintetizei.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Paim, permita-me, para nós atualizarmos. V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento, pelas solicitações feitas até o momento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é que, hoje, eu não poderia deixar de falar, porque todos sabem que eu tenho um carinho muito grande pelos micro e pequenos empreendedores, seja da área rural ou da área urbana.

Hoje mesmo, recebi um telefonema, muito carinhoso, dos micro e pequenos produtores da área do vinho. Quero tranquilizá-los, pois nenhuma medida será tomada sem se ouvir a todos: pequenos e médios produtores da área do vinho. Então, fiquem tranquilos, quando ouvirem algum comentário na imprensa sobre, por exemplo, a questão do selo; sobre, por exemplo, a previsão de colocar na garrafa do vinho aquelas marcas que tem nas carteiras de cigarro, dizendo que o cigarro faz mal. Nós sabemos o que é o cigarro e sabemos o que é o vinho.

Então, estamos conversando com o Senador Cristovam, o Senador Botelho, com a Câmara Setorial, com os pequenos produtores, com a agricultura familiar. Então, fiquem tranquilos que nós não tomaremos nenhuma medida sem ouvir todos.

E, por isso, Sr. Presidente, tenho de registrar, com a tolerância de V. Ex^a, este meu pronunciamento, porque, hoje, dia 5 de outubro...

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Eu gostaria de me associar nesta defesa dos pequenos empresários do vinho, até porque eu acho que quem imaginou colocar esse tipo de selo não acompanha bem as pesquisas. A ciência já prova e comprova a eficiência saudável do vinho. Então, quero me juntar a sua defesa e dizer que estamos juntos neste trabalho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Sadi Cassol, V. Ex^a tem vindo participar de todos os debates. Sobre esse do vinho, V. Ex^a é um conhecedor. É que nesta semana um setor do vinho me procurou sobre a questão do selo. Eu disse que estava aberto ao debate amplo, geral, total e irrestrito. Um setor dos chamados pequenos produtores me enviou um *e-mail* hoje, fazendo algumas considerações.

Então, aproveito este momento, com o aparte de V. Ex^a, Senador Sadi Cassol, que conhece muito bem o Rio Grande do Sul e que vai ser homenageado...

Onde e quando é mesmo? O senhor será homenageado em qual cidade?

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Ibiraiaras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ibiraiaras.

Então, meus cumprimentos. O Rio Grande do Sul bate palmas pela chegada de V. Ex^a aqui ao Senado, pelo Estado de Tocantins. V. Ex^a vem se somar a todos os Senadores, para defender o seu Estado, onde foi eleito Senador, mas também o povo brasileiro.

Então, sobre esta questão da uva e do vinho, fique tranquilo. Calma! Permitam-me falar assim, Senador Sadi Cassol e Senador Papaléo Paes. Nós vamos ouvir a todos antes de tomarmos qualquer posição, com certeza absoluta. E sei que a decisão tomada será aquela que vai contemplar a vontade que busque o consenso do setor, porque o fortalecimento do vinho brasileiro gera divisas e empregos para toda a nossa gente.

Mas permita-me, Sr. Presidente Papaléo Paes, que eu fale um pouquinho sobre o dia 5 de outubro, o Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa. Essa data foi criada em 1999, quando foi sancionado o então Estatuto da Micro e Pequena Empresa. Parabéns a todos os empreendedores brasileiros tanto da área urbana como da área rural, que contribuem cada vez mais para o desenvolvimento do nosso País.

As micro, pequenas e médias empresas são, sem sombra de dúvida, um dos principais lastros da economia brasileira. Esse segmento, Senador Sadi e Senador Papaléo, representa 25% do PIB, gera 14 milhões de empregos, ou seja, 60% do emprego formal no nosso País e constitui 99% dos 6 milhões de estabelecimentos formais existentes na nossa Pátria, respondendo ainda por 99,8% das empresas que são criadas a cada ano.

Por outro lado, sabemos que a informalidade é grande nesse setor, mas sei do esforço que todos estão fazendo para que cada vez mais o trabalhador esteja ali atuando com a sua carteira de trabalho assinada, ou seja, venha para a formalidade. Com isso, todos ganham.

Há também outros exemplos do micro e do pequeno que quero aqui destacar. Por exemplo, eles reclamam da enorme burocracia, da dificuldade de acesso ao crédito, das altas taxas de juros e de uma tributação alta. Com certeza, vamos trabalhar para que se diminua a tributação, se diminua a alta dos juros e se reduza a burocracia.

É fundamental apoiarmos o nosso mercado interno. As micro e pequenas empresas são mais que necessárias para o equilíbrio social e econômico do País. Portanto, temos de dar uma atenção especial para elas.

O Governo Federal está empenhado nessa causa. Temos o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, a lei do Super Simples e o Programa de Desenvolvimento de Micro Empresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, entre outros.

Importante lembrar também as palavras do Presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae, nosso Senador Adelmir Santana. Quero aqui ler o que ele disse: “É preciso facilitar o crédito para os pequenos negócios e fazer com que o dinheiro chegue aos pequenos empresários”. São palavras do nosso Senador que é Presidente do Sebrae, Senador Adelmir Santana.

Essa posição tem o nosso total apoio e, com certeza, o apoio do Governo Federal também.

Com o pensamento direcionado para o crescimento do País, apresentei, em 2008, Senador Sadi, o Projeto de Lei nº 376, chamado Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas. O fundo tem por objetivo a concessão de financiamentos para fomentar a atividade produtiva tanto no campo como na cidade, para socorrer os empreendedores que estão em dificuldades, ampliando as linhas de crédito.

O fundo será constituído de:

– recursos do Tesouro Nacional consignados no Orçamento;

– encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos (multas, encargos que iriam para esse fundo quando não pagos corretamente; uma vez cobrados, iriam para o fundo);

– ações de sociedade de economia mista federal excedentes ao necessário para a manutenção do seu controle pela União, ou seja, a sociedade de economia mista é formada por capital público e privado, bastando o Poder Público ter 51% das ações – o que exceder aos 51% será também destinado a esse fundo;

- transferência de bens móveis e imóveis, que poderão ser alienados na forma da legislação pertinente; uma vez vendido, também vai para o fundo;

- rendimentos das aplicações financeiras à conta do fundo;

- receitas patrimoniais e outras receitas.

A União poderá contratar instituição financeira federal, por exemplo, Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, em uma parceria para gerir e administrar esse fundo.

As disponibilidades de caixa do fundo serão mantidas em depósito na conta única do Tesouro Nacional. Após a aprovação do projeto, o Poder Executivo vai regulamentar a matéria.

Atualmente, esse projeto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos, e o Relator é o nobre Senador Jayme Campos. Muito em breve estaremos realizando

uma audiência pública para discutir o projeto, chamando todos os parceiros.

Assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado está fazendo a sua parte em discutir e votar projetos que venham fortalecer o mercado interno pelo viés do pequeno produtor, do pequeno empresário.

Sr. Presidente, eu acho que com esse projeto estamos dando um importante passo para uma melhor distribuição de renda para toda a população. Ganha o trabalhador e ganha o empreendedor.

Faço aqui um registro, Senador Sadi Cassol: depois que apresentei o meu projeto, agora no final de 2008, o Governo Federal, em 9 de junho de 2009 – eu apresentei no início de 2008 –, encaminhou ao Congresso uma medida provisória com o mesmo objetivo, a Medida Provisória nº 464, que cria o fundo garantidor de R\$4 bilhões para viabilizar e ampliar a concessão de crédito para a micro e pequena empresa.

Quero cumprimentar o Governo por ter encaminhado a Medida Provisória nº 464, que tem esse objetivo. Aprovado o fundo, esses R\$4 bilhões poderão fazer parte já do fundo, que, depois, mediante regulamentação, será devidamente um instrumento que vai impulsionar a economia, fortalecendo principalmente os micros, pequenos e médios.

Era essa a minha fala, Sr. Presidente. Acho que fiquei dentro do tempo previsto. Agradeço a V. Ex^a a tranquilidade, porque me deu mais cinco minutos. Talvez fossem dois o tempo máximo.

Tentei sintetizar, porque tinha muitos dados, valorizando a micro e a pequena empresa, como também o projeto Cantando a Diferença e a homenagem que fiz aqui à La Negra – permita-me que eu fale assim dela. Sei que ela está no céu, a partir do seu falecimento, que se deu agora. Ela vai estar cantando sempre, ela vai estar iluminando o céu, porque ela é uma estrela que vai brilhar eternamente. Peça a V. Ex^a que considere, na íntegra, os meus pronunciamentos.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com alegria que estou registrando novamente as ações do Programa Cantando as Diferenças de minha autoria e que foi aprovado por unanimidade aqui no Senado e hoje se encontra na câmara para ser votado.

O Cantando as Diferenças está nos mostrando as diferenças, culturais, sociais e individuais que existem entre todos os seres humanos. O Brasil se destaca como o país das diferenças, tanto na natureza, como na cultura do nosso povo.

E o compromisso desse programa, é cantar junto estas riquezas, naturais e culturais.

Cada encontro que eu participo eu consigo encher o meu coração de esperanças, pois a energia que estas diversidades nos passam, fazem com que eu continue acreditando nos sonhos, em alguns momentos chego a dizer nos encontros, “estou saindo daqui, de alma lavada” e é verdade tudo isto, pois consigo sentir, o sentimento, que eles ali estão expressando através da poesia, da dança, do canto e dos aplausos.

Aprendi na minha caminhada, como político, que não basta estar com o povo, tem que ser o povo e é isto que acontece nestes momentos, acabo mergulhando nas minhas origens.

O objetivo fecundo do programa Cantando as Diferenças é o reconhecimento político das diferenças por meio de uma ampla articulação entre os municípios e a comunidade, de forma que propicie a adoção de atitudes de fortalecimento da filosofia do programa.

A ferramenta base desse programa está alicerçada nos três estatutos de nossa autoria: o do Idoso, o da Pessoa com Deficiência, e o da Igualdade Racial, além do Estatuto da Criança e do Adolescente, e dos movimentos da mulher, juventude, indígenas, ecológicos, da livre orientação sexual e na Educação Profissional e Tecnológica.

Entendemos que o Cantando as Diferenças é um processo gradual que vislumbra uma mudança no modo de enxergar e reconhecer politicamente as diferenças culturais, sociais e individuais, ou seja, consciência nas atitudes.

Portanto, não basta a intenção de contemplar os direitos básicos da cidadania, pois entendemos ser fundamental ESCUTAR os atores envolvidos no processo. Reconhecemos que essas mudanças dependem da implantação de políticas públicas com a participação dos movimentos sociais.

Quando nós pensamos o Cantando as Diferenças, o objetivo foi justamente de dar o corte e o espaço político a setores da sociedade historicamente discriminados.

O programa Cantando as Diferenças foi apresentado no dia 17 de agosto de 2004, durante o Seminário Células-Tronco: Raízes e Problemas ou Ramos de Soluções.

O Cantando as Diferenças é então lançado na cidade de Gravataí no dia 3 de dezembro de 2004, com ações na área cultural, formação e capacitação de professores da rede municipal de ensino, para a abordagem das pessoas com deficiência e para a devida sensibilização para as questões dos índios, dos negros e das pessoas com deficiências.

Depois acontecem os lançamentos do projeto nos municípios de Taquari e Nova Santa Rita, que contaram com a participação do cantor Gabrielzinho do Irajá da Rede Globo.

Atualmente o programa reflete-se em ações ampliadas, através do acúmulo das experiências dos encontros em: seminários, palestras, cursos, eventos e atividades diversas sobre a temática do idoso, do negro, da pessoa com deficiência, das crianças e adolescentes, indígenas, da livre opção sexual, essas ações acontecem, nas universidades, escolas, sindicatos, empresas, câmaras municipais de vereadores e Assembléias Legislativas.

O Programa Cantando as Diferenças já foi apresentado em 302 municípios no RS, Brasil e no exterior.

Ele trabalha com as seguintes temáticas: Janeiro, Matrizes Religiosas; Fevereiro, Lutas dos Povos Indígenas; Março, Mulheres; Abril, Planeta Terra; Maio, Trabalho; Junho, Meio Ambiente; Julho, Imigrantes Trabalhadores Rurais e Colonos; Agosto, Celebra o Dia Nacional do Cantando as Diferenças com Florestan Fernandes; Setembro, Pessoas com Deficiências e Juventude; Outubro, Crianças, Professores e Idosos; Novembro, Zumbi dos Palmares; Dezembro, Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Além das temáticas do mês, temos um compromisso com a CNBB que é divulgar a Campanha da Fraternidade e neste ano de 2009, a Campanha tem como lema a “Paz é fruto da justiça” e o Cantando as Diferenças tem o compromisso de apoiar todas as Campanhas da Fraternidade, pois desde o lançamento do Cantando as Diferenças estamos juntos.

O Programa tem como patrono o Florestan Fernandes, foi uma forma que eu encontrei para deixar viva a sua memória, pois tive a alegria de conviver bons anos no Congresso Nacional com o amigo, então Deputado Federal Florestan Fernandes e percebia nele o sentimento de dor quando chegavam até ele assuntos que diziam respeito a preconceitos e discriminação.

Florestan foi um desses homens que teve a oportunidade de vivenciar na pele as dificuldades do povo, pois oriundo de uma família humilde, ele passou todos os processos que um cidadão pobre passa para alcançar os seus sonhos.

Através da persistência conseguiu alcançar os seus objetivos, de um menino pobre que teve dificuldade de freqüentar a escola para se tornar o patrono da sociologia no Brasil.

Neste mês de outubro a temática é criança, professores e idosos, estes eventos serão realizados em duas regiões do estado, dia 17 e 18 de outubro, na cidade de Palmeiras das Missões com os 20 anos de

lutas, conquistas e resistência das mulheres camponezas e no dia 20 de outubro estaremos celebrando os 159 anos de aniversário da cidade de Vacaria, nas duas atividades haverá a assinatura do termo de cooperação e adesão dos municípios e dos movimentos sociais e populares ao Programa.

Nestas atividades estaremos lembrando o passado com os idosos e suas histórias e com os professores que tem o compromisso de realizar o presente, preparando as crianças para um futuro ainda melhor.

Lembro de uma frase de Florestan Fernandes que diz: “Façamos à revolução nas escolas, que o povo fará nas ruas”.

Com essa frase quero deixar registrado a minha alegria pelo sucesso do Programa Cantando as Diferenças.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sadi Cassol, sem prejuízo da ordem dos oradores inscritos, já que S. Ex^a é o sexto inscrito.

V. Ex^a terá vinte minutos para o seu pronunciamento e a prorrogação regimental, se necessário for.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Estimado Presidente Senador Papaléo, demais Senadores, hoje, comemoramos os 21 anos de criação do Tocantins, desse belo Estado tocaninense. Gostaria de aqui ler alguns dados referentes à nossa economia e a alguns acontecimentos do Estado do Tocantins.

O Tocantins completa 21 anos hoje, e temos o que festejar nessa maioridade. Nosso Estado foi criado em 5 de outubro de 1988 pela Assembleia Nacional Constituinte, sendo o mais novo dos 26 Estados do Brasil. Estamos no centro geográfico do País. Somos um dos nove Estados que formam a região amazônica, mas 87% de nosso território são ocupados por vegetação de cerrado. Nossa flora e fauna misturam animais e plantas do Centro-Oeste e do Norte. São áreas de preservação, unidades de conservação e bacias hídricas 50,25% do Tocantins. É tocaninense a maior ilha fluvial do mundo, a Ilha do Bananal. E contamos com os parques estaduais do Cantão, do Jalapão e do Lajeado e com o Monumento Nacional das Árvores Fossilizadas. No Cantão, encontram-se três importantes ecossistemas: o amazônico, o pantaneiro e o cerrado. Os rios Tocantins e Araguaia, juntos, formam a maior bacia hidrográfica inteiramente situada em território brasileiro. Além deles, ainda existem os rios do Sono, das Balsas, Paranã e Manuel Alves. São todos perenes

e possibilitam que o Tocantins seja considerado um dos cinco Estados mais ricos em água do País.

A criação do Estado passou por diversas etapas, que tiveram início nos tempos da Capitania de São Vicente, estabelecida por Dom João III, em 1534, e existente até 1709, a partir do surgimento do ciclo do ouro, seguido pelos ciclos do gado, pela exploração de madeira e pelo desenvolvimento da vida econômica na região. No Brasil imperial, ocorreram duas tentativas de criar o Tocantins. O Visconde de Taunay, Deputado pela Província de Goiás, propôs a separação do norte goiano e a criação da Província de Boa Vista do Tocantins, em 1863. Depois, em 1889, Fausto de Souza apresentou projeto para a redivisão do Império em quarenta províncias, e o Tocantins figurava na região que compreendia o norte goiano.

Logo que surgiu a República, manteve-se a defesa da criação do Estado, principalmente em Porto Nacional, que era o maior centro econômico e político da região. Na década de 1930, o assunto voltou a ser tema nacional. A Constituição de 1937 criou os territórios do Amapá, de Rio Branco, de Guaporé – atual Rondônia –, de Itaguaçu e de Ponta Porã (extintos pela Constituição de 1946), e, nesse momento, mais uma vez, foi defendida a criação do Território do Tocantins. Portanto, os constituintes de 1988 acabaram dando ganho a uma causa antiga, que se mostrou positiva para a região e para o País.

Vivem no Tocantins 1.243.627 mil habitantes, entre os quais sete etnias, Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Krahô Canela, Apinajé e Pankararú, que estão distribuídas em 82 aldeias. São mais de dez mil indígenas que vivem em reservas que totalizam dois milhões de hectares protegidos, preservando suas tradições, seus costumes e crenças.

A taxa anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2002 e 2006, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem sido de 6,64%, embora tenha ocorrido uma queda no último ano. Essa média está acima da média nacional no período. O PIB do Tocantins em 2006 ficou em R\$9.606.730.000,00. Foi o 17º PIB *per capita* do Brasil. O setor de serviços, com 57,4% do total do valor agregado, é o maior do Tocantins. A indústria representa 24,1%; a agropecuária, 18,5%.

Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) registrado em 2005 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) foi o 15º melhor. Essa é uma evolução do Tocantins muito positiva, pois, em 2000, o Estado estava na 20ª posição entre as 27 unidades da Federação. O IDH do Estado é hoje de 0,756, numa escala que vai de 0 a 1.

Nesses 21 anos, o PIB vem tendo um crescimento substancial, diferentemente do que acontecia na região antes da criação do Estado. Porém, os polos de crescimento ainda não são consolidados. Por isso, a maior parte dos nossos Municípios depende do poder público. Precisamos agregar valor aos produtos tocan-tinenses e adotar políticas de desenvolvimento das potencialidades dos nossos 139 Municípios. Cabe destacar que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem investindo muito, e muito bem, no Tocantins. Mas precisamos de ainda mais investimentos na educação e na área de ciência e tecnologia.

O setor público é o principal gerador de empregos para os tocan-tinenses. Dos 203.599 mil trabalhadores com empregos formais, em 2007, 51% estavam no poder público. Mas temos de enfrentar o grave problema do trabalho informal no Estado. Segundo o Anuário do Trabalho de 2006, elaborado pelo Sebrae, existe quase 74 mil empresas na informalidade, o que pode representar 178 mil trabalhadores sem contrato de trabalho. O fato demonstra a urgência de construirmos um setor produtivo forte e atuante, que garanta o desenvolvimento sustentável de nossa região. Temos muitos recursos naturais, que podem atrair investimentos de grande porte.

Segundo a Coordenação de Pesquisa, Análise e Produção de Indicadores da Secretaria Estadual do Planejamento, nossas exportações principais são a soja, que teve aumento de produção de 517.823 toneladas entre 2003 e 2008; a carne e derivados; e o suco de abacaxi e abacaxi fresco. Temos uma grande produtividade no Tocantins, mas temos consciência da necessidade de ampliar nossa pauta de exportações. Segundo o IBGE, a produção de grãos em 2008 registrou um aumento de 23,4%, com dados positivos também no que se refere a áreas cultivadas, que expandiram 9% em nosso Estado.

Temos grandes desafios pela frente, mas sabemos das nossas enormes potencialidades e do povo laborioso que habita nosso Estado. Estamos de portas abertas para quem quiser trazer investimentos e trabalhar nesse grande projeto que é o fortalecimento desse enorme território de 277.620.914km². No Tocantins, o empreendedor encontrará todas as condições naturais favoráveis ao agronegócio. Sou testemunha de que o Tocantins é um local bom para morar e investir.

O Brasil todo está de parabéns pela maioria de seu mais novo Estado, o pujante Estado do Tocantins!

Eu queria aqui, Sr. Presidente, também lembrar todos os nossos ex-Governadores, que muito lutaram pela criação do Estado do Tocantins, como Siqueira Campos, Moisés Avelino, Marcelo Miranda, e o atual

Governador, Carlos Henrique Caguim, que está passando hoje na Convenção do PMDB, para, no dia 8, ser eleito em eleição indireta, conforme determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como Governador do Estado, nesse mandato tampão, que segue por esses meses de 2009 e por todo o ano de 2010.

Agradeço a todos aqueles que lutaram para a criação do Estado do Tocantins: o Congresso Nacional, pela Assembléia Nacional Constituinte; nossos prefeitos, que lutaram e que lutam no Estado do Tocantins; e o Prefeito da capital. Todas as manchetes de grandes pesquisas, de desenvolvimento e de bem-estar da comunidade, de qualidade de vida, destacam a capital do Tocantins, ganhando sempre pontos, mensalmente. Lá há grandes projetos na área da educação e na área social. Amanhã, trarei para esta Casa aquilo que existe de mais moderno, de mais inovador, que são as escolas de tempo integral na capital do Tocantins, Palmas.

Quero parabenizar nosso Prefeito, Raul Filho, e todos aqueles que realmente trabalharam pelo bem-estar dessa bonita capital, que hoje é orgulho nosso, dos tocan-tinenses, é orgulho do País. Estamos recebendo missões internacionais em quase todas as semanas, em quase todos os meses, para conhecer essas escolas de tempo integral e essas creches, que foram implantadas com recursos próprios do Tesouro municipal.

Quero agradecer a todos aqueles que lutaram para a criação do Estado de Tocantins, parabenizá-los e dizer da importância de criar novos Estados. Sou legítimo defensor da criação de novos Estados, da emancipação política de áreas, porque penso que, quando o território é grande demais, não se consegue administrar, não se consegue fazer chegar o benefício a todas as cidades do interior.

Estamos lutando para a criação do Estado de Carajás. Estamos juntos nesse movimento da criação do Estado de Carajás, porque vimos – no Tocantins, acompanhamos desde o dia do lançamento da pedra fundamental da capital e a criação do Estado no ano anterior, ainda em Miracema – o quanto se desenvolveu a região norte do antigo Goiás com a criação do Estado do Tocantins. Na época, ainda se dizia que, quando um governante goiano queria prejudicar um funcionário público ou vingar-se dele, por não ter acompanhado sua área política, mandava-o trabalhar no norte do Goiás, onde não existia sequer estrada, nem hotel, onde nada existia praticamente, com a exceção de Porto Nacional, que era a cidade mais desenvolvida na época.

Então, é preciso fazer emancipações, sim. Estamos com nosso Tocantins, orgulhosos de pertencer

hoje a esse Estado. E, principalmente, a nossa bela capital é orgulho de todos aqueles que a conhecem e que nela vivem.

Muito obrigado pelo meu tempo. Amanhã, trarei a esta Casa todo um trabalho sobre as escolas de tempo integral de Palmas, no Tocantins.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sadi Cassol, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convido, de imediato, o Senador Papaléo Paes para usar a tribuna.

Senador Sadi Cassol, permita que eu me some a V. Ex^a neste momento em que se completam os 21 anos do Estado de Tocantins. Tive a alegria de ter sido Constituinte. Lembro-me da greve de fome que fez na época o Deputado Siqueira, então Constituinte, e, então, aprovamos o Estado de Tocantins. Sinto-me um dos que ajudou a assinar a criação desse Estado, que V. Ex^a muito bem representa.

V. Ex^a, ao homenagear Tocantins, neste momento, homenageia também a Constituição Cidadã, que hoje também faz 21 anos. Com certeza, eu diria que, no Brasil, há dois momentos: antes da nossa Constituição, que hoje faz 21 anos, e depois. Foi um marco a Constituição de 1988. Esses 21 anos apontaram, sim, que é possível distribuir renda e haver crescimento econômico. Parabéns a V. Ex^a!

Senador Papaléo Paes, tem a palavra.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço permissão, porque vou desligar meu telefone.

Sr. Presidente, antes de iniciar meu pronunciamento, quero dizer que hoje estive na Secretaria-Geral da Mesa e que fui apresentado a este documento de 1.272 páginas. Sabe o que é isto, Senador Paulo Paim? É o relatório do trabalho dos Senadores referente ao mês de setembro em algumas Comissões. Ainda estão faltando pelo menos umas cinco ou seis Comissões. Esta é, então, nossa satisfação à população que nos assiste. Quero dizer que a população não tem condições de alcançar todo o trabalho dos Senadores porque realmente não há como fazer a transmissão, pela TV Senado, de todas as atividades dos Senadores, visto que há onze Comissões e mais de uma dezena de subcomissões, o que torna impossível esse tipo de esclarecimento.

Então, parabéns à Secretaria da Mesa! Parabéns aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras!

Mas, Sr. Presidente, assim como o Senador Sadi Cassol trouxe à tribuna os 21 anos do Tocantins, vou comemorar aqui os 21 anos do Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E já quero somar-me a V. Ex^a na homenagem.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Diz a Constituição Federal, no art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos”. Sendo assim, o Território Federal do Amapá foi transformado em Estado federado com a promulgação da Constituição de 1988, mas instalado oficialmente na posse do Governador eleito, Comandante Aníbal Barcellos, em 1990.

Dessa forma, o dia 5 de outubro representa para os amapaenses uma data muito importante, porque, há exatos 21 anos, realizou-se o sonho de várias gerações de pioneiros, que lutaram para que tal ato fosse finalmente concretizado. O Amapá deixava de receber Governadores nomeados pelo Governo Federal e ganhava a almejada autonomia político-administrativa, passando a ter condições democráticas de escolher seus governantes. Passava também, Sr. Presidente, a ter uma representatividade mais efetiva na Câmara dos Deputados. Até então, apenas dois Deputados Federais representavam o Território do Amapá, e, a partir da Carta Magna, passariam a ser oito em vez de dois. O novo Estado também passou a ser representado no Senado Federal na mesma proporção dos demais, ou seja, por três Senadores. E o povo passou a conviver com um novo tempo da nossa democracia.

Do sonho do Território Federal do Amapá ao presente do Estado do Amapá, é preciso fazer o registro de homens e mulheres, pioneiros, que construíram nosso Estado. Neste ponto, como não falar de Janary Gentil Nunes, o primeiro Governador do Território Federal do Amapá, indicado pelo Presidente Getúlio Vargas, um homem inteligente, empreendedor e de grande visão do futuro? Por diversas ocasiões, Janary sonhou com a transformação do Amapá em um novo Estado do Brasil. Em um artigo intitulado “A Mística do Amapá”, ele dizia ser essa mística o ideal de tornar o Território uma das regiões mais ricas e felizes do Brasil. Essa mística não tem dono, nem autor. Não pertence a um grupo, a uma seita, a um partido. Existe na alma do povo, palpita no coração de todos os que crêem na grandeza do seu futuro.

Junto com Janary, formou-se uma geração de pioneiros, que se tornou a raiz de um sentimento de valorização da Amazônia, que ainda permanece forte em nossa realidade. São pioneiros como o advoga-

do Hildemar Maia; o médico e depois Governador do Território Amílcar Pereira; Otávio Mendonça, primeiro Secretário de Educação do Território; Marcílio Viana; Chico Torquato, primeiro Prefeito de Macapá, já capital do Território; Raul Monteiro Valdez; Coaracy Nunes, primeiro Deputado Federal do Território; Isaac Alcolumbre e Isaac Zagury, pioneiros do comércio amapaense, entre muitos outros de grande valor, que construíram a base familiar da sociedade amapaense e que muito nos orgulham até hoje.

Já na condição de Estado federado, devemos lembrar-nos, com muito carinho, de Aníbal Barcellos, nosso primeiro Governador eleito, que, até hoje, reside no Amapá e que, do alto dos seus 90 anos, Sr. Presidente, ainda milita na política local.

Como não lembrar também o ex-Governador Jorge Nova da Costa; o ex-Deputado Nelson Salomão; Henrique Almeida, que foi Senador, o primeiro Senador entre os três eleitos, como também Jonas Pinheiro e José Sarney – eles foram os primeiros três Senadores eleitos pelo Amapá; refiro-me ao nosso Jonas, lá do Amapá – e muitos outros expoentes da história política amapaense?

Gostaria de dar um destaque especial para o Senador José Sarney, que trouxe, com sua presença e com sua liderança, prestígio para o jovem Estado do Amapá.

Hoje, passados 21 anos de sua criação, o Amapá apresenta-se à Nação brasileira como uma joia rara, um diamante bruto, pronto para ser lapidado e preparado para desenvolver suas potencialidades, que não são poucas. O Amapá, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, e Senador Cassol, tem uma riqueza natural imensa, fauna e flora exuberantes e recursos naturais abundantes e inexplorados que são cobiçados no mercado internacional. Com toda essa riqueza, o nosso Estado pode contribuir de maneira decisiva para o desenvolvimento do Brasil como um todo.

Podemos começar analisando essas potencialidades pelo meio ambiente. Hoje, grande parte da área do nosso Estado encontra-se preservada. Há, por exemplo, o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, que abrange uma área de 3,8 milhões de hectares. Trata-se simplesmente do maior parque de floresta tropical do planeta que consome quase 30% da área do Estado do Amapá.

A região do Tumucumaque é conhecida como o Escudo das Guianas e é classificada como de importância biológica extrema pelo Ministério do Meio Ambiente.

Outra grande potencialidade do Estado, Sr. Presidente, é o turismo. O Amapá possui todas as condições para se tornar um importante polo de turismo

nacional e internacional, principalmente em função de suas belezas e atrativos naturais e da sua floresta preservada. Mas o melhor de todos os atrativos turísticos do meu Estado, porém, é a hospitalidade e a generosidade do nosso povo.

Quanto ao potencial econômico, o Amapá ocupa posição privilegiada e ainda pouco explorada. Nossa fronteira com a Guiana Francesa possibilita um aumento na atividade comercial com a França e com a Comunidade Europeia. Também podemos ser uma ligação importante com o Caribe e com a América do Norte. Para tanto, investimentos em infraestrutura são necessários.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é apenas um pequeno relato da história e do potencial deste jovem Estado chamado Amapá. Que os atuais e futuros governantes do Brasil olhem para o nosso extremo Norte com mais carinho! Acredito que, em breve, o Amapá será um dos mais importantes Estados brasileiros.

Sr. Presidente, faço esse registro também pelos dois outros Governadores eleitos pelo povo, após o Governador Barcelos: o Governador João Alberto Capiberibe e o atual Governador Waldez Góes.

Finalizando, Sr. Presidente, volto a citar Janary Nunes e o artigo “A Mística do Amapá”. Disse Janary:

Seguindo as palavras de Cristo que nos mandam amar uns aos outros, os amapaenses caminham empolgados pela mística do Amapá, para fazer em breve do seu Território um vigoroso Estado da Federação brasileira. Avante, pois, amigos! O futuro tem um lugar de destaque à espera do Amapá, terra onde a Pátria começa. E vós o conquistareis.

Obrigado, Janary! O futuro chegou! Sonhemos agora com um novo futuro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns Amapá!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência se soma à sua homenagem ao Amapá, como fizemos com o Estado de Tocantins, e à Constituição cidadã. Nós provamos... Eu fui Constituinte e, na época, diziam, Senadores, que nós tínhamos engessado a economia. Está aí o resultado: a Constituição cidadã está a todo o vapor e o Brasil cresce sem nenhum problema com a nossa Constituição.

Vou encerrar a sessão, mas, antes, Sr^{as} e Srs. Senadores, já que eu estou na Presidência, eu não poderia deixar de fazer uma pequena homenagem a todos aqueles que trabalharam para que as Olimpíadas viessem para o Brasil em 2016: ao Presidente Lula; ao

Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que foi também Senador; ao comitê que dirigiu esse grande movimento para que as Olimpíadas acontecessem; ao Ministro Orlando. Enfim, foi um dia de festa e de emoção em todo o País com essa bela vitória no nível internacional. As lágrimas do Presidente Lula e de todos os atletas que estavam lá – o Pelé, a Hortência e tantos outros – mostraram, com emoção, que o Brasil está preparado para receber não só a Copa de futebol em 2014, como também as Olimpíadas em 2016.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao plenário que designou os Senadores Inácio Arruda, Flavio Torres e Tasso Jereissati para representarem o Senado Federal, no dia 6 de outubro próximo, em Fortaleza, Estado do Ceará, nas homenagens objeto do **Requerimento nº 1.301, de 2009**, aprovado no dia 30 de setembro último.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – **Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados nº 1.034/2009**, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, a **Medida Provisória nº 467, de 2009**, que *autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas “d” e “h” do inciso VI, art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências* (prorrogação de contrato por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público).

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº 1.034/09/PS-GSE

Brasília, 1º de outubro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Heráclito Fortes**
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Assunto: **Envio de MPv para apreciação**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 467, de 2009, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 23-9-09, que “Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas **d** e **h** do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Remeto, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Rafael Guerra** Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – É a seguinte a Medida Provisória recebida.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 467, DE 2009

Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas **d e **h** do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam os órgãos e entidades relacionados no Anexo desta Lei autorizados a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 31 de julho de 2010, contratos por tempo determinado para atender a

necessidade temporária de excepcional interesse público, vigentes em 31 de julho de 2009, firmados com fundamento na alínea b do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação prevista no inciso III do parágrafo único do art. 4º daquela Lei.

§ 1º Os quantitativos de contratos passíveis de prorrogação e respectivos projetos de cooperação com organismos internacionais com prazo determinado a que se acham vinculados são os relacionados no Anexo desta Lei.

§ 2º A autorização de que trata o caput é condicionada à declaração da autoridade competente pela prorrogação, para cada projeto de cooperação com prazo determinado, da motivação da necessidade da prorrogação dos respectivos contratos temporários.

§ 3º A prorrogação não poderá ultrapassar a data limite de encerramento do projeto de cooperação.

Art. 2º Fica o Hospital das Forças Armadas do Ministério da Defesa autorizado a prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de janeiro de 2010, os contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, vigentes em 31 de julho de 2009, firmados com fundamento na alínea d do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação prevista no inciso I do parágrafo único do art. 4º daquela Lei.

Art. 3º Os Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Educação, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e da Defesa deverão adotar as providências necessárias à melhoria da composição do quadro de pessoal efetivo dos órgãos e entidades referidos no Anexo desta Lei, de modo a não sofrerem prejuízo no desempenho de suas atividades após o encerramento dos contratos prorrogados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

ÓRGÃO/ENTIDADE	PROJETO	QUANTITATIVO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS AUTORIZADO PARA PRORROGAÇÃO
Ministério do Meio Ambiente	BRA OEA 00/002 BRA/01/022 BRA/99/025 BRA/99/009 BRA/00/022 BRA/00/021 BRA/00/020 UTFBRA/060 BRA/00/010 914/BRA/2047	197
Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP	BRA01/024 BRA03/004 BRA04/049	42
Ministério da Ciência e Tecnologia	914BRA5065/UNESCO BRA05G31/PNUD	48
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	914BRA1065 914BRA1111 BRA03/032	76
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	BRA00/009 BRA 99/024 BRA 01/037 BRA 02/011	49
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes	BRA00/009 BRA 01/037 BRA 99/024	25

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 467, DE 2009

Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas "d" e "h" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Ficam os órgãos e entidades relacionados no Anexo a esta Medida Provisória autorizados a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 31 de julho de 2010, contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, vigentes em 31 de julho de 2009, firmados com fundamento no art. 2º, inciso VI, alínea "h", da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação do art. 4º, parágrafo único, inciso III, daquela Lei.

§ 1º Os quantitativos de contratos passíveis de prorrogação e respectivos projetos de cooperação com organismos internacionais com prazo determinado a que se acham vinculados são os relacionados no Anexo a esta Medida Provisória.

§ 2º A autorização de que trata o caput é condicionada à declaração da autoridade competente pela prorrogação, para cada projeto de cooperação com prazo determinado, da motivação da necessidade da prorrogação dos respectivos contratos temporários.

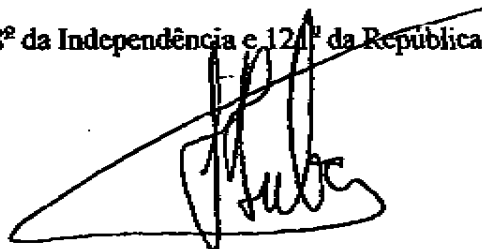
§ 3º A prorrogação não poderá ultrapassar a data limite de encerramento do projeto de cooperação.

Art. 2º Fica o Hospital das Forças Armadas do Ministério da Defesa autorizado a prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de janeiro de 2010, os contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, vigentes em 31 de julho de 2009, firmados com fundamento no art. 2º, inciso VI, alínea "d", da Lei nº 8.745, de 1993, independentemente da limitação do art. 4º, parágrafo único, inciso I, daquela Lei.

Art. 3º Os Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Educação, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e da Defesa deverão adotar as providências necessárias à melhoria da composição do quadro de pessoal efetivo dos órgãos e entidades referidos no Anexo desta Medida Provisória, de modo a não sofrerem prejuízo no desempenho de suas atividades após o encerramento dos contratos prorrogados.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2009; 188º da Independência e 121ª da República.



ANEXO

ÓRGÃO/ENTIDADE	PROJETO	QUANTITATIVO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS AUTORIZADO PARA PRORROGAÇÃO
Ministério do Meio Ambiente	BRA OEA 00/002 BRA/01/022 BRA/99/025 BRA/99/009 BRA/00/022 BRA/00/021 BRA/00/020 UTFBRA/060 BRA/00/010 914/BRA/2047	197
Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP	BRA01/024 BRA03/004 BRA04/049	42
Ministério da Ciência e Tecnologia	914BRA5065/UNESCO BRA05G31/PNUD	48
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	914BRA1065 914BRA1111 BRA03/032	76
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	BRA00/009 BRA 99/024 BRA 01/037 BRA 02/011	49
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes	BRA00/009 BRA 01/037 BRA 99/024	25

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional

Brasília, DF, segunda-feira, 3 de agosto de 2009

Ato do Poder Executivo

RETIFICAÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 467, DE 31 DE JULHO DE 2009.(*)

(*) Republica-se o anexo a seguir, por ter sido com incorreção no DOU de 31 de julho de 2009, Seção 1.

ANEXO

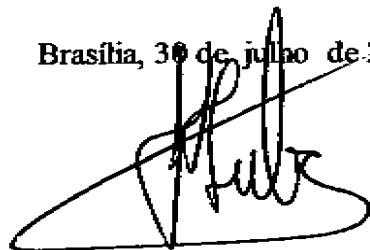
ÓRGÃO/ENTIDADE	PROJETO	QUANTITATIVO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS AUTORIZADO PARA PRORROGAÇÃO
Ministério do Meio Ambiente	BRA OEA 00/002 BRA/01/022 BRA/99/025 BRA/99/009 BRA/00/022 BRA/00/021 BRA/00/020 UTFBRA/060 BRA/00/010 914/BRA/2047	197
Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP	BRA01/024 BRA03/004 BRA04/049	42
Ministério da Ciência e Tecnologia	914BRA5065/UNESCO BRA05G31/PNUD	48
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	914BRA1065 914BRA1111 BRA03/032	76
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	BRA00/009 BRA 99/024 BRA 01/037 BRA 02/011	49
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes	BRA00/009 BRA 01/037 BRA 99/024	25

Mensagem nº 612, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 467, de 30 de julho de 2009, que “Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas “d” e “h” do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências”.

Brasília, 30 de julho de 2009.



EM nº 00170/2009/MP

Brasília, 30 de julho de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória, que autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas “d” e “h” do inciso IV do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências.
2. A proposta de prorrogação da vigência dos contratos por tempo determinado contempla duas situações: (i) há os contratos vinculados a projetos de cooperação técnica firmados com organismos internacionais, ao abrigo da alínea “h” do inciso IV do art. 2º da Lei nº 8.745, de 1993, e (ii) há outros relativos a atividades finalísticas do Hospital das Forças Armadas do Ministério da Defesa, amparados na alínea “d” do mesmo dispositivo.
3. No caso dos projetos de cooperação técnica firmados com organismos internacionais, o objetivo da prorrogação dos contratos é assegurar a continuidade das atividades ao longo dos exercícios de 2009 e 2010, sem prejuízo da qualidade do trabalho, até que seja possível equacionar a questão do quadro de pessoal efetivo dos órgãos e entidades referidos na Medida Provisória.
4. A medida contempla os Ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, além de entidades a eles vinculadas. Para o Ministério do Meio Ambiente, é imprescindível assegurar a continuidade dos projetos, consignando a prorrogação dos contratos por um período correspondente à vigência dos projetos de cooperação, com o propósito de garantir o cumprimento do princípio da continuidade das atividades desenvolvidas no setor ambiental, área de atuação prioritária do Governo.

5. Na área da educação, persiste a importância da manutenção de um adequado acompanhamento e monitoramento das ações implementadas no âmbito dos projetos. Embora o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE tenha realizado concurso recentemente, os novos servidores necessitam de prazo de maturação para que possam assimilar os procedimentos e legislações relativos à execução das atividades dos projetos. Dessa forma, a prorrogação evitará sérios prejuízos à continuidade dos programas, considerando que ainda restam ações para sua finalização.

6. Para o Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, em razão de o projeto a que os contratados estão vinculados passar por revisão substitutiva para atender às novas prioridades do setor educação, conforme o Plano de Desenvolvimento da Educação e Plano Plurianual - PPA 2008-2011, a manutenção dos contratados é imprescindível tendo em vista que possuem estreita relação com as ações desenvolvidas no âmbito do projeto.

7. Embora o Ministério da Ciência e Tecnologia tenha realizado concurso público no final de 2008, a substituição dos contratados não foi prevista à época. Os cargos da carreira de Ciência e Tecnologia que foram providos não têm correlação com o trabalho desenvolvido pelos profissionais contratados temporariamente, fazendo com que sua ausência gere descontinuidade dos trabalhos.

8. Acerca do Hospital das Forças Armadas, é relevante destacar que os contratados correspondem a 30% da força de trabalho da área administrativa. Dessa forma, além da impossibilidade de imediata substituição da totalidade dos contratados, o ingresso dos 1.314 servidores da área de saúde aumentará a demanda de trabalho da área administrativa, ocasionando riscos de prejuízo em termos de suporte administrativo, até que ocorra o ingresso dos servidores aprovados no concurso público que já se encontra em andamento.

9. Além do já exposto, Senhor Presidente, a urgência e a relevância dessas medidas estão caracterizadas pela necessidade de se assegurar a continuidade de atividades técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com organismos internacionais, que são de fundamental importância para a execução de ações nas áreas de saúde, meio ambiente, educação e ciência e tecnologia, dentre outras.

10. Com relação ao impacto orçamentário-financeiro, cabe esclarecer que a prorrogação dos contratos temporários não gera aumento de despesa, uma vez que os contratos já existem e sua eventual prorrogação apenas exigiria dos órgãos e entidades envolvidos a manutenção da dotação específica utilizando para tanto do expediente de transferir para o pagamento dos custos de cada contrato os recursos já inscritos em seu orçamento de custeio.

11. São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição da Medida Provisória em questão.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Of. n. 1.034/09/PS-GSE

Brasília, 1º de outubro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de MPv para apreciação

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 467, de 2009, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 23.09.09, que "Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas *d* e *h* do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Remeto, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente,



Deputado RAFAEL GUERRA
Primeiro Secretário

MPV N° 467

Publicação no DO	31-7-2009
Designação da Comissão	3-8-2009 (SF)
Instalação da Comissão	- -2009
Emendas	até 8-8-2009
Prazo na Comissão	3-8-2009 a 16-8-2009 (14° dia)
Remessa do Processo à CD	16-8-2009
Prazo na CD	17-8-2009 a 30-8-2009 (15° ao 28° dia)
Recebimento previsto no SF	30-8-2009
Prazo no SF	31-8-2009 a 13-9-2009 (42° dia)
Se modificado, devolução à CD	13-9-2009
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	14-9-2009 a 16-9-2009 (43° ao 45° dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	17-9-2009 (46° dia)
Prazo final no Congresso	1°-10-2009 (60 dias)
Prazo final prorrogado	30-11-2009(*)

(*) Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n° 21, de 2009 – DOU (Seção I) de 24-9-2009.

MPV N° 467

Votação na Câmara dos Deputados	23-09-2009
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
Nota Técnica nº 08/2009 – Medida Provisória nº 467/2009**

NOTA TÉCNICA Nº 08/2009

SUBSÍDIOS À APRECIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 467, DE 30 DE JULHO DE 2009, QUANTO À ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

“Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas ‘d’ e ‘h’ do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências”.

I – INTRODUÇÃO

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 467, de 30 de julho de 2009, que “Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas ‘d’ e ‘h’ do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências”.

A presente Nota Técnica atende a determinação do art. 19 da Resolução n.º 1, de 2002, do Congresso Nacional, o qual estabelece: “o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da casa a que pertencer o relator de medida provisória encaminhará aos relatores e à comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de medida provisória”.

II – SÍNTESE DA MEDIDA PROVISÓRIA

A Medida Provisória nº 467/2009 trata da prorrogação dos contratos temporários de trabalho em duas situações diversas:

- Contratos vinculados a projetos de cooperação técnica firmados com organismos internacionais, com fulcro no art. 2º, inc. VI, “h” da Lei nº 8.745/1993; e
- Contratos relativos a atividades finalísticas do Hospital das Forças Armadas do Ministério da Defesa, sob amparo da alínea “d” do mesmo dispositivo.

Segundo a Exposição de motivos EM nº 00170/2009/MP, de 30 de julho de 2009, a prorrogação dos contratos de cooperação técnica firmados com organismos internacionais tem por objetivo assegurar a continuidade das atividades ao longo dos exercícios de 2009 e 2010, até que seja possível equacionar a situação do quadro de pessoal efetivo dos órgãos em referência, a saber: Ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, e entidades a eles vinculadas.

Já quanto à prorrogação dos contratos das Forças Armadas, ressalta a Exposição de Motivos que tais contratos representam 30% da força de trabalho da área administrativa do órgão, não sendo possível sua imediata substituição, em especial pelo aumento de demanda decorrente do ingresso de 1.314 novos servidores na área de saúde. Afirma-se que já existe concurso em andamento para substituição desses funcionários.

De forma mais geral, sustenta-se no documento que a "urgência e relevância dessas medidas estão caracterizadas pela necessidade de se assegurar a continuidade de atividades técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com organismos internacionais, que são de fundamental importância para a execução de ações nas áreas de saúde, meio ambiente, educação e ciência e tecnologia, dentre outras."

No tocante mais especificamente à adequação financeira e orçamentária da medida provisória, sustenta-se que os contratos temporários em tela não geram aumento de despesa, haja vista que eles já existem e sua prorrogação exigirá a "manutenção da dotação específica utilizando para tanto do expediente de transferir para o pagamento dos custos de cada contrato os recursos já inscritos em seu orçamento de custeio."

III - SUBSÍDIOS

Cabe à Comissão Mista encarregada de dar parecer à referida medida provisória, no prazo improrrogável de quatorze (14) dias contados da publicação da MP, emitir parecer único, onde se manifestará, dentre outros aspectos, sobre sua adequação financeira e orçamentária (*caput* do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN).

Estabelece também o § 1º do art. 5º da mencionada Resolução que:

"§ 1º O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual."

Plano Plurianual

A lei que estabelece o Plano Plurianual para o período 2008/2011 (Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008) contém programas específicos por intermédio dos quais correrão as despesas decorrentes das normas baixadas na MP ora examinada.

LRF, LDO e LOA

No tocante a despesas contratadas com prazo determinado, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - determina em seu art. 17 § 7º o seguinte:

"Art. 17 Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

.....
§7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado."

Por seu turno, a LDO para 2009, Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, em seu art. 120, estabelece que:

"Art. 120. Os projetos de lei e medidas provisórias que importem ou autorizem diminuição da receita ou aumento de despesa da União no exercício de 2009 deverão estar acompanhados de estimativas desses efeitos, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2009 a 2011, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação."

Nota-se que os contratos temporários em tela, quando iniciados em agosto de 2008 e prorrogados para 31 de julho de 2010, terão como prazo de execução mais de dois exercícios, possibilitando a aplicação dos dispositivos acima citados. Ademais, pesquisando medidas provisórias que tratam de mesma matéria, verifica-se que as contratações do HFA amparadas pela alínea "d" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745/93 já foram objeto de prorrogação pela MP nº 341, de 2006, convertida na Lei nº 11.490/2007, art. 28, (prorrogou os contratos para 31 de julho de 2008) e MP 431, de 2008, convertida na Lei nº 11.784, de 2008, art. 173 (prorrogou os contratos até 31 de julho de 2009).

Nesse sentido, a norma fica sujeita à observância do disposto no artigo 17, §§ 1º e 2º, da referida LRF e art. 120 da LDO. Assim, o aumento de despesa de caráter continuado deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subseqüentes e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio. Além disso, o ato também deverá estar acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

A exposição de motivos que acompanha a referida Medida Provisória não apresenta os requisitos acima referidos da LRF e da LDO, limitando-se a alegar que existem programações orçamentárias específicas e que não há impacto na lei orçamentária. Contudo, afirma que será necessária a utilização do expediente de "transferir para o pagamento dos custos de cada contrato os recursos já inscritos em seu orçamento de custeio".

Esses são os subsídios que apresentamos.

Brasília, 05 de agosto de 2009.


Marcelo de Rezende Macedo

Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

PARECER DO RELATOR, PELA COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 467, DE 2009, E EMENDAS A ELA APRESENTADAS (PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO).

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB-DF. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a questão levantada aqui pelo eminente Deputado Coruja, por quem tenho o maior respeito, e pelo Vice-Líder do Democratas, Deputado Felipe Maia, diz respeito à retirada de um inciso previsto na Lei nº 8.745, que obriga o contratado temporário a cumprir uma quarentena de 24 meses para participar de uma nova seleção pública.

Fui autor de emenda aprovada por este Plenário, exatamente igual, numa outra medida provisória, que foi vetada pelo Presidente da República. Eu vou acatar a sugestão da Oposição, também a pedido do Líder do Governo, mas quero deixar bem claro qual é o espírito dessa questão. E quero registrar que há controvérsia também jurídica em relação a essa questão. Muitos juízes estão dando decisões favoráveis aos contratados temporários que ingressam na Justiça para garantir o direito de participar de uma nova seleção pública.

Quero alertar que, se não permitimos que o pessoal, ao final de seu contrato, possa participar de uma nova seleção pública, estamos admitindo que essa seleção pública não é idônea, e isso seria um absurdo do ponto de vista legal. Mas não vou fazer um cavalo de batalha em relação a essa questão. Há o entendimento do Governo manifestado pelo Líder e há o entendimento manifestado pela Oposição.

Então, vou retirar, e quero dizer que meu parecer é favorável à medida provisória da forma como veio do Executivo, rejeitando as Emendas de nºs 1, 2, 3 e 4.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Pois não, Deputado. Envie por escrito à Mesa. Vamos dar continuidade à discussão e depois, na hora da votação, vamos precisar bem aquilo que está sendo votado.

Proposição: [MPV-467/2009](#)

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 31/07/2009

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: PLEN: Aguardando Encaminhamento; MESA: Aguardando Recebimento.

Ementa: Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas "d" e "h" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Estabelece o prazo limite até 31 de julho de 2010.

Indexação: Autorização, (HFA), órgão público, entidade, Ministério do Meio Ambiente, (Ibama), Instituto Chico Mendes, Ministério da Educação, (INEP), (FNDE), prorrogação, contrato por prazo determinado, contrato temporário, atendimento, necessidade, excepcional, interesse público, realização, projeto, cooperação, organismos internacionais.

Despacho:

18/8/2009 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

[MSC 612/2009 \(Mensagem\) - Poder Executivo](#)

Legislação Citada

Emendas

- [MPV46709 \(MPV46709\)](#)

[EMC 1/2009 MPV46709 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Ronaldo Caiado](#)

[EMC 2/2009 MPV46709 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Ronaldo Caiado](#)

[EMC 3/2009 MPV46709 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Simões](#)

[EMC 4/2009 MPV46709 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Gim Argello](#)

Pareceres, Votos e Redação Final

- [MPV46709 \(MPV46709\)](#)

[PPP 3 MPV46709 \(Parecer Proferido em Plenário\) - Rodrigo Rollemberg](#)


[PPR 1 MPV46709 \(Parecer Reformulado de Plenário\) - Rodrigo Rollemberg](#)

Última Ação:

23/9/2009 - PLENÁRIO (PLEN) - A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 467-A/09).

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
31/7/2009	Poder Executivo (EXEC) Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
31/7/2009	CONGRESSO NACIONAL (CN) Prazo para Emendas: 03/08/2009 a 08/08/2009. Comissão Mista: 03/08/2009 a 16/08/2009. Câmara dos Deputados: 17/08/2009 a 30/08/2009. Senado Federal: 31/08/2009 a 13/09/2009. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 14/09/2009 a 16/09/2009. Sobrestar Pauta: a partir de 17/09/2009. Congresso Nacional: 03/08/2009 a 01/10/2009. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 02/10/2009 a 30/11/2009.
5/8/2009	Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator, Dep. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), para proferir parecer em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às emendas apresentadas.
18/8/2009	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da MSC 612/2009, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida nº 467, de 30 de julho de 2009, que "Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas "d e h" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.475, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências".
18/8/2009	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
18/8/2009	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 19/8/2009.
19/8/2009	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único (Sessão Ordinária - 14:00).
19/8/2009	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 464/09, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
25/8/2009	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
25/8/2009	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 464/09, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
26/8/2009	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único (Sessão Ordinária - 14:00)
26/8/2009	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
1/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
1/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 465/09, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
2/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único (Sessão Ordinária - 14:00).
2/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 465/09, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
8/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
8/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 465/09, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
9/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único (Sessão Ordinária - 14:00).
9/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
15/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único (Sessão Ordinária - 14:00).
15/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação do PL 7.494/06, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
16/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único (Sessão Ordinária - 14:00).
16/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Retirada de pauta, de ofício.
22/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único (Sessão Ordinária - 14:00).
22/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o requerimento do Dep. Emiliano José (PT-BA), que solicita preferência para apreciação da Medida Provisória nº 467/09, a fim de que a mesma seja apreciada antes da Medida Provisória nº 466/09.
22/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 462/09, com prazo encerrado.
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 4, apresentadas na Comissão Mista. 
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Discutiram a Matéria: Dep. Fernando Coruja (PPS-SC) e Dep. Dr. Ubiali (PSB-SP).
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN)

	Parecer Reformulado proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), pela Comissão Mista, que conclui pela aprovação da Medida Provisória, na forma encaminhada pelo Poder Executivo, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 4, apresentadas na Comissão Mista.
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Discutiram a Matéria: Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP), Dep. Eduardo Valverde (PT-RO), Dep. Emanuel Fernandes (PSDB-SP) e Dep. Edson Duarte (PV-BA).
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Retirado o requerimento da bancada do DEM que solicita destaque para votação em separado do artigo 4º do Projeto de Lei de Conversão.
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o requerimento dos Srs. Líderes que solicita o encerramento da discussão.
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Votação em turno único.
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Fernando Coruja (PPS-SC), Dep. Eduardo Valverde (PT-RO) e Dep. Ermandes Amorim (PTB-RO).
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitadas as Emendas de nºs 1 a 4, apresentadas na Comissão Mista, com parecer contrário.
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Medida Provisória nº 467, de 2009, ressalvado o destaque.
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Votação do artigo 1º da Medida Provisória, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PPS.
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Fernando Coruja (PPS-SC).
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Mantido o texto.
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).
23/9/2009	PLENÁRIO (PLEN) A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 467-A/09).

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 21 , DE 2009**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória 467, de 30 de julho de 2009, que “Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas “d” e “h” do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 2 de outubro de 2009.

Congresso Nacional, 23 de setembro de 2009.



Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993.**

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

VI - atividades: {Redação dada pela Lei nº 9.849, de 1999}.

**d) finalísticas do Hospital das Forças Armadas; {incluído pela Lei nº 9.849, de 1999}.
{Prorrogação de prazo pela Lei nº 11.784, de 2008}**

h) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública. {Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003}

Art. 4º As contratações serão feitas por tempo determinado, observados os seguintes prazos máximos:{Redação dada pela Lei nº 10.667, de 2003} {Prorrogação de prazo pela Lei nº 11.784, de 2008}

**Parágrafo único. É admitida a prorrogação dos contratos: {Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003}
{Vide Lei nº 11.204, de 2005}**

I - nos casos dos incisos III e IV e das alíneas b, d, f e m do inciso VI do caput do art. 2º desta Lei, desde que o prazo total não exceda a 2 (dois) anos; {Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008}

II - no caso do inciso VI, alínea e, do art. 2º, desde que o prazo total não exceda três anos; {Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003}

III - nos casos do inciso V, das alíneas a, h e l do inciso VI e do inciso VIII do caput do art. 2º desta Lei, desde que o prazo total não exceda a 4 (quatro) anos; {Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008}

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência à **Medida Provisória nº 467, de 2009**, que acaba de ser lida, a Presidência comunica ao plenário que o prazo de 45 dias para a apreciação da matéria encontra-se esgotado, e o de sua vigência foi prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional por mais sessenta dias, conforme prevê o §7º do art. 62 da Constituição Federal.

Uma vez recebida formalmente pelo Senado Federal, nesta data, a matéria passa a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultime a sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia de amanhã e designa para Relator revisor o Senador Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra neste momento ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para pedir a V. Exª que me inscreva pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em seguida, o Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, também peço a inscrição para falar pela Liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador José Nery falará logo após o Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSOL.

Está com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, nesses últimos tempos, três prefeitos de Municípios do meu Estado foram cassados no Acre por compra de voto e corrupção eleitoral, algo até então inédito no Estado. Os três Prefeitos faziam parte ou do PT, ou de partidos coligados ao PT. A população do Acre não vê isso com bons olhos.

Em boa hora, a Justiça Eleitoral houve por bem apreciar provas contundentes de corrupção eleitoral ou de compra de votos e entendeu de cassar esses titulares de cargos municipais. O primeiro foi o Prefeito de Acrelândia, Vilseu Ferreira; o segundo foi o Prefeito de Sena Madureira; e o último, agora, o Prefeito de Feijó.

Para minha surpresa, eu colho, no noticiário do final de semana... Ressalvando que, quando a imprensa atribui a alguém alguma afirmação, eu sempre admito a possibilidade de haver um mal-entendido, até de a pessoa não ter dito aquilo, se considerarmos verídicas

as informações do jornal. O jornal *A Tribuna* de ontem, domingo, 4 de outubro, na coluna *Bom Dia*, atribui algo ao ex-Governador Jorge Viana, que é uma reconhecida liderança no meu Estado. Mas o jornal atribui a ele o que aparece nas curtas notinhas que vou ler aqui:

O ex-governador Jorge Viana disse, na manhã desta sexta-feira, no auditório da Assembleia Legislativa, onde aconteceu o ato de filiação dos deputados Luis Tchê e Walter Prado ao PDT, não duvidar que muitas pessoas já estejam pensando que melhor do que ganhar a eleição seria contratar um bom advogado para tirar o mandato dos candidatos vencedores.

É de pasmar!

Tem mais uma nota aqui que diz o seguinte:

Para Jorge [o ex-Governador Jorge Viana], o que está em jogo é a vontade popular e lembrou que em todo o Brasil vem acontecendo o fenômeno dos ‘processos judicializados’. Essas cassações que estão acontecendo no Acre [segundo o jornal atribui ao ex-Governador Jorge Viana] vêm ocorrendo em todo país. [Mais uma vez, entre aspas aqui] ‘Os perdedores fazem motins para subornar o resultado das urnas’.

Repito: são afirmações atribuídas ao ex-Governador Jorge Viana, que eu não sei se procedem; o jornal está dizendo que sim. A serem verdadeiras as afirmações, Senador Nery, isso é de uma gravidade incrível. Primeiro, porque afronta decisões do Tribunal Regional Eleitoral.

Eu diria para o Governador que melhor não é procurar advogado, melhor seria realizar eleição sem comprar voto e sem corrupção eleitoral. Se isso acontecer, não há por que ninguém impugnar um resultado eleitoral, Senador Alvaro. Agora, diante de indícios pesadíssimos, das provas cabais de que isso ocorreu no Município de Feijó, cujo prefeito era do PT; no Município de Sena Madureira, cujo prefeito era aliado do PT; e no Município de Acrelândia, cujo prefeito era aliado do PT, chega-se à conclusão de que melhor seria que esses prefeitos não tivessem promovido compra de voto nem corrupção eleitoral, porque aí não se chegaria nem a provocar o Tribunal Regional Eleitoral, pois não haveria razão para isso.

Então, com todo respeito, eu acho que o ex-Governador Jorge Viana – repito, uma grande liderança no Estado – passa uma mensagem muito negativa quando diz que muitas pessoas já estão pensando que, melhor do que ganhar a eleição, seria contratar um bom advogado para tirar o mandato dos candidatos vencedores. Ele passa uma mensagem muito ruim para a população acreana. O ideal

é que não houvesse compra de voto, que não houvesse corrupção eleitoral. Esse é que é o caminho.

Afrontar o Tribunal Regional Eleitoral, que cumpre o seu papel... O tribunal foi provocado, Senador Álvaro. O tribunal foi provocado! O processo foi instruído com provas cabais da compra de voto, senão o Tribunal não teria se convencido daquela prática.

Então, acho que isso aqui é inadequado, é inoportuno, principalmente vindo de uma grande liderança como o ex-Governador Jorge Viana. Passa uma mensagem ruim para a população.

Senador Alvaro, concedo, com muito prazer, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Quero apoiá-lo, Senador Geraldo Mesquita Júnior, porque não podemos continuar banalizando a corrupção no País, as irregularidades, os crimes eleitorais, os crimes contra a Administração Pública. Num momento, o Presidente desestimula o Tribunal de Contas e, noutro, vem a Ministra Dilma na mesma direção: querem que as obras superfaturadas tenham prosseguimento. É a apologia oficial da corrupção no País! No plano eleitoral, é esse festival de irregularidades, de crimes eleitorais, que se repetem em cada Estado, em muitos Municípios. E essa discussão perdura. Recebemos agora, no Congresso Nacional, com 1,3 milhão de assinaturas, um projeto de origem popular para impedir candidatos com ficha suja de disputarem eleições. No entanto, aqui, no Senado Federal, aprovamos para o Supremo Tribunal Federal alguém que foi condenado em duas oportunidades na primeira instância. Se fosse candidato a vereador, não poderia disputar a eleição, mas pode ser Ministro do Supremo Tribunal Federal! A crise ética nas instituições passa, necessariamente, por esses desvios de comportamento existentes, inspirados, inclusive, na legislação do País, que possibilita muitas irregularidades. Para não tomar o tempo de V. Ex^a excessivamente, eu quero reafirmar uma posição que tenho defendido: condenado em primeira instância deve, primeiro, buscar sua absolvição para, depois, pedir voto. Isso passaria também pelo aprimoramento da legislação, a fim de que os processados na vida pública que disputassem eleições tivessem prioridade de julgamento, ou seja, fossem julgados em tempo para que pudessem, se absolvidos, disputar a eleição. Nós teríamos que estabelecer um rito diferenciado nesse caso. Seria a primeira vez que se admitiria político furar fila, furar fila para ser julgado, isso sim. Processos que dormem nas gavetas do Poder Judiciário teriam de ser reabilitados e colocados na ordem do dia, na pauta, para julgamento. Dessa forma, nós caminharíamos adiante, mas nós teremos de discutir isso, como faz muito bem V. Ex^a, e tem de ser com essa voz de protesto mesmo, de indignação. Temos de colocar o mal à luz para que ele seja conhecido e, quem sabe, investigado, e, se possível, condenado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu agradeço demais o aparte de V. Ex^a. Ele é elucidativo, esclarecedor.

O Sr. Sadi Cassol (PT – TO) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com muito prazer, Senador, ouço V. Ex^a.

O Sr. Sadi Cassol (PT – TO) – Eu gostaria também de me associar a esses seus comentários, que eu acho de extrema importância, mas preocupantes. Se procedermos às tratativas do dia a dia na vida pública e política dessa forma, ficaria um pouco complicada a questão da seriedade neste País. Então, eu quero me associar às suas palavras e dizer que, de manhã ainda, quando estava em meu gabinete, consultei os assessores e lhes pedi que fizessem uma busca para ver da possibilidade de, já no ano que vem – via resolução talvez, verificando se isso é permitido na legislação ou não –, todos os candidatos que forem disputar as eleições apresentarem, obrigatoriamente, seu CPF nos santinhos. Dessa forma, cada cidadão brasileiro saberá em quem está votando, saberá se o candidato é digno de se apresentar em público para pedir voto. Nós precisamos, realmente, partir para o fim dessa coisa. Quando se fala que é mais fácil buscar um mandato no Judiciário do que nas urnas comete-se uma ofensa enorme contra o Poder Judiciário. Jamais uma declaração como essa poderia ser feita. Eu tenho os meus seis mandatos na vida e nunca precisei buscá-los no Judiciário. Jamais! O Judiciário sabe o que faz. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu é que lhe agradeço, Senador, por seu aparte tão oportuno.

Vou concluir, Senador Nery, que preside a sessão, lamentando, mais uma vez, o comentário, talvez impensado, do ex-Governador Jorge Viana.

Repito aqui algumas frases atribuídas a ele: “Para Jorge, o que está em jogo é a vontade popular e lembrou que em todo o Brasil vem acontecendo o fenômeno dos ‘processos judicializados’”.

Ele, mais do que ninguém, deveria evitar uma expressão infeliz como essa, porque, em 2002, quando tentaram cassar a candidatura do então candidato à reeleição Jorge Viana, foi um tribunal que inverteu essa decisão, Senador Nery. O Tribunal Regional do meu Estado acolheu o pedido de cassação da candidatura e, aqui, o TSE rejeitou esse pedido. Então, ele, mais do que ninguém, sabe que o Tribunal Eleitoral do País, em todas as suas instâncias, cumpre um papel constitucional. Assim como cumpre, como disse o Senador Alvaro Dias, o TCU. Cumpre um papel constitucional de fiscalizar a aplicação do recurso público, com disciplina, com rigor. E o Tribunal

Eleitoral do País, em todas as suas instâncias, cuida de preservar a integridade do processo eleitoral.

É atribuída ainda ao Governador a expressão “essas cassações que estão ocorrendo no Acre vêm ocorrendo em todo o País”, como se isso justificasse. “Os perdedores fazem motins para subornar o resultado das urnas.” Pelo amor de Deus! Motim para subornar o resultado das urnas faz quem compra voto, quem faz corrupção eleitoral. Isso é que é subornar o resultado das urnas. Isso é que é subtrair a vontade popular em processo eleitoral.

Portanto, lamento – e acho que lamento em nome de muito acreano – a infelicidade, se é que o Governador realmente disse isso, dessas afirmações. Lamento tamanha infelicidade. Espero que o Governador reflita sobre o que disse, reconheça a importância da atuação do Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal Superior Eleitoral, que cumprem seu papel constitucional de procurar fazer com que as eleições ocorram da forma mais limpa possível.

E isso deveria ser estendido a todos nós, políticos, à população, aos eleitores. A nossa obrigação, o nosso dever é participar do processo eleitoral de forma limpa, de forma cristalina. Não há que haver compra de voto, não há que haver venda de voto. Se há compra é porque há venda. Não podemos mais conviver com a prática da corrupção eleitoral em nosso País, Senador José Nery. Isso é que subverte o resultado das urnas e não a busca por uma decisão judicial acerca de um processo eleitoral corrompido, como houve no Acre nesses últimos tempos.

Portanto, o meu lamento aqui pelas expressões infelizes usadas por uma grande liderança do Estado, o ex-Governador Jorge Viana, que mais do que ninguém deveria se dirigir à população do seu Estado enaltecendo o trabalho do Tribunal Regional Eleitoral, do Tribunal Superior Eleitoral, e se comprometendo, como bom cidadão, a fazer por onde o processo eleitoral futuro seja limpo, cristalino, como é o desejo da população acreana.

Muito obrigado, Senador José Nery.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Nery.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Nossos cumprimentos ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Queremos dizer a V. Ex^a que nos associamos às suas preocupações. Fomos, na semana passada, testemunha da movimentação capitaneada pela CNBB e por mais 46 entidades, que trouxeram ao Congresso Nacional, mais especificamente à Câmara dos Deputados, projeto de lei de iniciativa popular, há pouco comentado pelo Senador Alvaro Dias, que justamente pretende tornar as eleições mais limpas, à medida que

venham a ser impedidos de ser candidatos aqueles que tenham alguma condenação na Justiça.

Na ocasião, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, comprometeu-se a envidar todos os esforços com todos os líderes partidários para que esse projeto de iniciativa popular seja apreciado o mais rápido possível, tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado Federal.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também ficamos felizes com a escolha do Rio de Janeiro como sede da Olimpíada 2016. É claro que qualquer competição que nos enseja vitória traz alegria, aplausos, mas não podemos ficar imaginando que o Brasil possa viver apenas de festa e de esporte. Temos que refletir sobre a dura realidade em que vivem milhões de brasileiros.

E é por essa razão que, se de um lado comemoramos e aplaudimos, devemos nos preocupar com as consequências. Daí trazer à tribuna, Sr. Presidente, um editorial do jornal *Folha de S. Paulo* de hoje, sob o título “Samba-exaltação”, que diz: “Lances de afirmação mundial do Brasil dão pretexto à cruzada ufanista, que maquia a realidade insatisfatória”.

Leio apenas um pequeno trecho deste artigo, e peço a V. Ex^a que possa considerá-lo lido na íntegra a fim de ser publicado nos Anais do Senado Federal como um registro histórico deste momento que estamos vivendo no Brasil e que, certamente, será analisado futuramente sob o ponto de vista das consequências geradas. O registro histórico é imprescindível para análise futura.

Diz o editorial em determinado ponto:

Deixamos de ser um país de segunda classe. Ganhamos cidadania internacional”, afirmou o presidente Lula depois da conquista olímpica, anunciada na Dinamarca. Se a epopeia nacionalista é certa como uma flecha no centro do alvo, a realidade, cheia de contradições e matizes, sempre frustra o espírito ufanista. (...)

Com a lupa voltada para dentro, sobre as condições de vida da maioria da população brasileira, a toada ufanista perde muitas vezes a afinação. Um “país de segunda classe” é o diagnóstico inapelável dos testes que comparam o desempenho de nossos estudantes com os de outras nações. O Brasil se sai bem pior até no cortejo com países de renda per capita equivalente. (...) Em pleno século 21, metade da população

não tem acesso a rede de esgoto. Mais de seis milhões de brasileiros vivem em favelas.

Essa é a realidade que a *Folha de S.Paulo*, em editorial, denomina de insatisfatória.

Estamos, no dia-a-dia verificando que o Governo alega falta de recursos para não atender determinados pleitos pontuais, como para a saúde pública. A saúde pública no Brasil é um caos. O drama é vivido da capital ao interior. Se formos, neste momento, no Hospital de Base, em Brasília, e consultarmos a secretaria, verificaremos a fila enorme dos que se inscrevem esperando um atendimento de emergência.

Em várias oportunidades fui alvo de apelo – e certamente todos os Senadores devem ter sido também – para acelerar o atendimento de pessoas que dependiam de um atendimento urgente para salvar a própria vida, pessoas que estavam em longas filas e deveriam esperar por muito tempo para o atendimento. Isso aqui, como se diz popularmente, nas barbas do poder, bem à frente do Presidente da República. Imaginem no interior deste País!

A saúde pública é um caos e não temos precedentes, tanto é que qualquer pesquisa de opinião pública, hoje, aponta em primeiro lugar, como drama popular, a saúde pública, isso em qualquer lugar do País que se fizer essa pesquisa.

E não é só a questão da saúde pública, mas a segurança pública, a educação.

Nós estamos assistindo, aqui no Congresso Nacional, no dia-a-dia, ao apelo desesperador de aposentados, muitas vezes lotando galerias, exercendo o poder de pressão para obter direitos consagrados, que não poderiam ser sonegados. Projetos que são aprovados aqui param na Câmara, e a alegação do Governo é que não há recursos. O fator previdenciário não pode ser extinto, porque o Governo não tem recursos. Um reajuste automático do valor da aposentadoria não pode ser adotado, porque não existem recursos. As pessoas podem morrer, a justificativa: não existem recursos.

Mas o Presidente, ainda hoje, no seu programa de rádio, afirmou que R\$26 bilhões destinados à Olimpíada de 2016 são recursos de investimentos, não são gastos públicos, são investimentos.

Recursos destinados a trabalhadores são gastos públicos ou são investimentos? Ou não se deve investir no ser humano? Recursos destinados à saúde pública no País são gastos públicos ou são investimentos? Não devemos investir no ser humano, salvar vidas, possibilitar que, com boa saúde e educação razoável, possa se viver com dignidade? Esses investimentos são prioritários.

Não estou aqui combatendo a Olimpíada no Brasil. Mas eu creio que os investimentos portentosos, com dinheiro público, para a organização da Copa do

Mundo de 2014 e para a organização da Olimpíada de 2016, desautorizam o Governo a afirmar que não possui recursos para atender prioridades básicas que dizem respeito à população trabalhadora do País.

Tivemos um exemplo agora em Chicago – e não podemos comparar o nosso País com os Estados Unidos. Na pesquisa realizada, a população rejeitou de forma esmagadora que Chicago fosse sede da Olimpíada. Oitenta e cinco por cento da população que lá vive rejeitou, e a afirmação corrente era: “*they play, we pay*”; eles jogam, nós pagamos.

Aqui, certamente os brasileiros do meu Paraná ou de qualquer Estado deste País, que estarão distantes da festa da Olimpíada e a verão, como sempre viram, pela televisão, em Londres, Tóquio, Chicago ou onde fosse, verão novamente pela televisão. Certamente, esses brasileiros estão afirmando: “eles fazem a festa, e nós pagamos a conta”.

A questão não é só pagar a conta. É sobreviver sem que os braços do Estado se apresentem para salvá-los em necessidades cruciais. Eu me refiro àqueles que se encontram em filas de hospitais pelo País, sem o necessário atendimento médico.

Para que não distorçam o que pretendo afirmar, como esportista, como brasileiro, fico feliz. Mas fico muito preocupado com as contradições do Governo. O Governo não pode ser tão contraditório! Se não há recursos para nada, como temos recursos prontamente para a festa? É evidente, quando se anunciou Copa do Mundo no Brasil em 2014, afirmou-se que o dinheiro público não seria utilizado na construção dos estádio de futebol.

Agora, anuncia-se o contrário: para todos os estádios, dinheiro público, e somas volumosas de recursos públicos para os estádios que serão adequados ou construídos para a realização da Copa do Mundo de 2014.

E o Presidente anuncia hoje R\$26 bilhões inicialmente para a organização da Olimpíada de 2016. Vivemos todas essas contradições no Brasil. Esses lances de afirmação – como diz a *Folha de S.Paulo* –, afirmação mundial do Brasil, estão dando pretexto para essa cruzada ufanista que maquia a realidade insatisfatória.

E não podemos permitir essa maquiagem.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador José Agripino, líder do Democratas, concedo, com prazer, o aparte que solicita.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a faz o registro que eu pretendia fazer, mas quero endossar a manifestação de V. Ex^a. Tenho certeza de que V. Ex^a, como eu, como a unanimidade dos brasileiros, sentiu-se imensamente feliz ao ver aquela plaquinha

sair do envelope e ser exibida ao mundo com o nome do Rio de Janeiro. Era a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas em 2016. Foi a renovação da alegria que eu, como potiguar, tive quando estava em Natal e assisti ao anúncio de Natal como uma das sub-sedes da Copa do Mundo de 2014. Tudo isso é maravilhoso. Só que temos de ter a consciência de que não somos um país rico. Nem por isso, podemos ou devemos deixar de ousar participar da mesa daqueles que têm as grandes oportunidades mundiais. Sem esquecer que há obrigações precedentes. O IDH do Brasil foi anunciado: 75º no ranking mundial. No início do Governo Lula, a posição do Brasil era a de número 73. Estamos caindo. A melhor posição do IDH do Brasil, Senador Alvaro Dias, foi logo após o Plano Real, em 1995, quando ocupamos a 63ª posição. Estivemos no número 63 e estamos agora no número 75. O IDH traduz ao mundo desigualdades sociais, índices de pobreza, longevidade, expectativa de vida, qualidade de vida, uma série de coisas. Ele traduz como o povo do país vive. Estamos estacionados no IDH, sem crescimento. Com muita razão, nós nos orgulhamos de sermos sede da Copa do Mundo de 2014 e sede das Olimpíadas de 2016, mas o Rio de Janeiro, que ganhou de Madri, de Tóquio e de Chicago, tem de se preparar para que as pessoas que para lá vão não voltem falando mal nem da cidade nem do País. É preciso entender que as Olimpíadas estão acontecendo no Rio de Janeiro, porque o Prefeito César Maia soube levar a bom termo os Jogos Panamericanos do ano passado. Foi ele quem teve a audácia e a iniciativa para lançar o nome do Rio de Janeiro para disputar as Olimpíadas. Agora, é preciso que o Presidente Lula, que se emocionou ao ver o nome do Brasil, do Rio de Janeiro; que o Governador Sérgio Cabral e o Prefeito Eduardo Paes tenham a consciência de que, daqui até 2016, o Brasil e o Rio de Janeiro têm uma tarefa fundamental: combater a violência, eliminar as razões da violência, das desigualdades sociais, da justaposição de favela ao lado de prédios de luxo. Nós temos de nos habilitar, garantindo uma posição melhor no IDH do Brasil. É bom, nós nos orgulhamos e eu fico muito feliz, mas não nos vamos enganar: o Brasil tem muitas precedências em termos de aplicação de recurso público. É preciso que se invista na preparação das Olimpíadas e da Copa do Mundo? Sim. Mas muito mais importante – muito mais – é cuidarmos da saúde, da segurança e da educação do povo do Brasil, principalmente dos mais pobres. E nós, que fazemos Oposição, temos de bater palmas para as conquistas do Brasil, mas vigilantes para o que os governos têm a obrigação de fazer.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Agripino. Pensamos igual. Eu estou aplaudindo a conquista do Brasil, mas estou registrando que, a partir deste momento, o Governo brasileiro perde auto-

ridade para afirmar que não possui recursos para questões essenciais para a vida de nosso povo. Isso porque os recursos públicos estão sendo colocados à disposição tanto da preparação da Copa de 2014 – e eu repito que, inicialmente, se afirmava que os recursos não seriam públicos e, agora, é aquilo que o Presidente chama não de gasto público mas de investimento. Inicialmente, anunciam-se R\$26 bilhões, e nós sabemos que, se for no mesmo andar da carruagem dos Jogos Panamericanos, os R\$26 bilhões anunciados serão triplicados. Nós temos o precedente. O Brasil se tornou, aí, o paraíso do superfaturamento, e nós verificamos que, a cada passo, há uma tentativa oficial de se desestimular o Tribunal de Contas da União. Há uma tentativa de se consagrar a imoralidade na administração pública, afirmando “que prossigam as obras superfaturadas”, que elas não sejam paralisadas, consagrando o desperdício como caminho para a inauguração de obras com o dinheiro público.

A propósito, o anúncio foi em Copenhague, na Dinamarca – Senador João Pedro, vejo que V. Ex^a está querendo me apartear; em seguida, eu o concederei. Ao nos referirmos à Dinamarca, lembramos que se nós, no Brasil, tivéssemos o mesmo índice de corrupção da Dinamarca, a renda *per capita* do brasileiro seria 70% maior do que é hoje. Ou seja, cada brasileiro poderia estar ganhando 70% a mais do que ganha hoje, se nós tivéssemos os mesmos índices de corrupção da Dinamarca. Essa é uma constatação da Transparência Internacional, que tem sede na Alemanha, e não uma afirmação irresponsável de qualquer opositor no Brasil.

Então, este País, que vai se consolidando como uma espécie de paraíso do superfaturamento, tem de entender a necessidade de se fiscalizar com muita parcimônia a aplicação dos recursos públicos, tanto na Copa de 2014 quanto na Olimpíada de 2016.

E temos que aparelhar o Tribunal de Contas. Ao invés de desestimular, devemos apoiar o aparelhamento técnico do Tribunal de Contas, dando a ele mais instrumentos para que ele possa investigar ainda melhor, auditar contas públicas, colocar o olho grande no repasse de recursos públicos para a organização tanto da Copa de 2014 quanto da Olimpíada de 2016.

Concedo, Senador João Pedro, com satisfação, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Alvaro Dias, eu vim acompanhando o pronunciamento de V. Ex^a desde o início pelo rádio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado pela audiência.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Gostaria de dialogar com V. Ex^a porque V. Ex^a, inclusive, frisou, e acabou que, no aparte com o Senador José Agripino,

a Oposição aplaude, mas destaca isso e isso e está vigilante. Tomei a liberdade de pedir o aparte para falar como uma pessoa do Governo e dialogar com V. Ex^{as}. V. Ex^a mencionou saúde pública, educação, mas eu quero, primeiro, dizer, como um membro da Base do Governo, do meu orgulho deste Governo. Nós temos seis anos e meio e vamos completar oito anos dessa experiência de um Governo com uma marca muito forte, como um Governo popular e de Esquerda, que tem 14 Partidos na sua Base – e não poderia ser diferente, senão, nós não governaríamos. Nós temos 14 Partidos e já é difícil enfrentar a oposição de V. Ex^{as}, dos seus Partidos, imaginem se nós não tivéssemos 14 Partidos! Quero dizer com tranquilidade que esses seis anos do Governo Lula, para mim, é histórico, porque nós diminuimos a pobreza. Eu não vou falar de muitos índices, não, mas, quanto à desigualdade, ao IDH, à saúde pública que V. Ex^a mencionou, o nosso Governo tem crédito, porque nós diminuimos a pobreza. Só há pobreza no Brasil por conta da elite política, da elite econômica, que, ao longo desses séculos, excluiu milhares de brasileiros. Então, eu quero fazer só esse registro. Nós melhoramos o salário mínimo, o nosso Governo; nós melhoramos o consumo interno com a nossa política econômica, que não é igual à de oito anos passados; enfim estamos diminuindo a pobreza e essa é a maior obra do Presidente Lula: a diminuição da pobreza! Quando o Comitê Olímpico Internacional escolhe o Rio de Janeiro, eu quero me congratular com milhares de brasileiros. V. Ex^a fez esse destaque também e aplaude. Então, nós temos que festejar, sim, essa que é uma agenda internacional e que, nesse particular, é maior – e bem maior – que a Copa do Mundo de 2014. Nós temos que festejar. Ganhou o Rio, ganhou o Brasil, ganhou a América do Sul! Vejam como tratavam e como trataram, ao longo do tempo, este continente: só o Canadá, só os Estados Unidos merecedores de agenda internacional no desporto. Estão de parabéns os atletas brasileiros; de parabéns a organização que temos; de parabéns o Presidente Lula; de parabéns todas as forças que foram à Dinamarca e trouxeram essa agenda tão importante para nós. Então, eu quero concordar com V. Ex^a, mas quero refletir. Se temos problemas com a saúde, com a educação, com a exclusão, com falta de terra para os que precisam de terra, de habitação para os que precisam de habitação, de escola para quem precisa de escola, o nosso Governo está trabalhando nesse sentido. Então, a pobreza foi reduzida no Brasil, mas precisamos de muita política pública para, verdadeiramente, zerarmos essa chaga de que milhares de brasileiros padecem. Mas eu quero dizer da minha alegria por conta de 2016.

O Sr. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Eu peço a V. Ex^a, Presidente, alguns minutos só para responder o aparte do Senador João Pedro, que muito me honra.

Primeiramente, uma rápida apreciação sobre o que ele considera governo de esquerda. Ele afirmou que é um governo de esquerda. Há controvérsias. Os banqueiros estão muito satisfeitos com este Governo, e eu não creio que eles se considerem de esquerda; não militaríamos em um partido de esquerda. Portanto, há controvérsias. Mas, já que deseja o Senador João Pedro carimbar o Governo como de esquerda, nada contra, até porque esses rótulos nada significam na modernidade. São mais rótulos de um passado recente. Hoje, fica muito difícil definir, no Brasil, quem está mais à esquerda e mais à direita. Aliás, os nossos historiadores, os cientistas políticos terão muito trabalho para definir, conceitualmente, o que ocorre na política do nosso País e escrever para que as gerações futuras possam conhecer este momento histórico que nós estamos vivendo.

Em relação aos méritos do Governo atual quanto à saúde, também há controvérsias, porque há uma prática recorrente neste Governo de adonar-se de feitos do passado. Redução da pobreza: se nós não tivéssemos o Plano Real, plano organizado, implementado e sustentado durante muitos anos e vários governos, certamente, não haveria redução da pobreza no País, até porque o atual Governo não inovou. Não há nenhuma iniciativa do atual Governo no campo econômico. Não há! O Governo atual manteve a política dos Governos anteriores, e nós conferimos ao atual Governo o mérito de ter mantido uma política econômica sem provocar desvios que possam significar consequências negativas.

De outro lado, no plano social, não conheço nenhum programa idealizado por este Governo. O programa que este Governo anunciou de forma espetacular, o Fome Zero, desapareceu. Não se fala mais nele. Todos os programas sociais implementados por este Governo são do anterior. Então, o Presidente Lula deveria sempre agradecer aos governantes que o antecederam e não criticá-los, como faz recorrentemente. É o que mais gosta de fazer. O Presidente da República gosta de anunciar e de criticar, de criticar e de anunciar. Não estamos assistindo às inaugurações do Governo Lula.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Permite-me um acréscimo?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim; se o Presidente permitir. Eu concedo antes o aparte a V. Ex^a. Depois eu digo o que pretendo, ainda, dizer.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – É rápido, Senador Alvaro Dias. Veja bem: V. Ex^a está, como eu, reconhecendo um feito do Brasil, aplaudindo-o, mas, como nos compete, como homens de oposição, faze-

mos alertas porque nós vamos cobrar. Muito bem. É inegável que o Brasil, como o resto do mundo, melhorou nos últimos dez anos. O mundo inteiro melhorou. Só que nós, no Brasil, melhoramos menos do que até os nossos vizinhos. Eu vou dar dados do Pnud, que é um organismo internacional...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – (...) voltado para a saúde. A respeito dos nossos vizinhos Chile, Argentina, Venezuela e Uruguai, deixe-me falar da posição de IDH... IDH, para quem nos está vendo pela TV Senado, é um índice que traduz qualidade de vida e condições de sobrevivência para a população do País. Se o critério for a renda – porque, aqui, o Senador João Pedro, que tem obrigação de defender o Governo, falou sobre o crescimento da renda do brasileiro –, não tenha dúvida de que cresceu, só que, no Chile, a renda *per capita* é de US\$13,8 mil; na Argentina, que é tão falada, tão espezinhada, a renda *per capita* é de US\$13,2 mil; na Venezuela, US\$12,1 mil; no Uruguai, US\$11,2 mil. No Brasil, a renda *per capita* é de US\$9,5 mil. Em que posição estão Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela no IDH? O Chile, em 44º; o Brasil, em 75º; a Argentina, em 49º; o Brasil, em 75º; a Venezuela, em 48º; o Brasil, em 75º; o Uruguai em 58º; o Brasil em 75º. “Ah, não, mas estamos melhorando!” É verdade que melhoramos. A velocidade de crescimento do IDH – e não são dados meus, mas do Pnud –, entre 1990 e 2007, vinha na sequência de 0,79. repito: o avanço do Brasil, nessa sequência de 1990/2007, é da ordem de 0,79 ao ano. Mas, se você pegar somente o crescimento de 2000 para frente, cai para 0,41. Ou seja, o crescimento do IDH ou a melhoria do IDH, nos anos 90, era muito melhor do que a atual. Então, os dados – e os números não mentem – mostram claramente que o Brasil está melhorando, mas podia estar melhorando muito mais e, se comparado com os nossos vizinhos, está em má situação. E a nossa obrigação é fazer a advertência para que o Governo do Brasil melhore a posição do País perante o mundo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a tem razão. Os números são incontestáveis, e eu apenas aduziria ao aparte do Senador João Pedro sobre saúde pública que a saúde foi municipalizada. O Governo transferiu os encargos para os Municípios – e isso ao longo do tempo, não é de hoje.

A Constituição completa, hoje, 21 anos. A partir dela, a transferência de encargos teve início e não houve a necessária transferência de recursos compatíveis com os encargos transferidos. Isso ocorre na saúde especialmente. O Governo se recusa a aprovar, na Câmara dos Deputados, projeto já aprovado aqui que define a sua participação no bolo dos gastos com

saúde pública: os 10% que seriam da obrigação, da responsabilidade do Governo Federal. Portanto, não há como afirmar que o Governo Federal tem oferecido a sua contribuição à área da saúde pública.

Mas, para finalizar, já que não quero abusar da boa vontade do Presidente, afirmo que o Presidente Lula está muito à vontade. É confortável para ele fazer todos os anúncios que vem fazendo, já que não vai pagar a conta. O seu Governo termina logo ali. Virá um novo Governo.

O Governo Lula, por exemplo, anuncia, nos últimos meses, inúmeras universidades federais em todo o País. Vários campos em Santa Catarina, três no Paraná – em Santa Catarina parece que são 12, se não me falha a memória –, oito no Rio Grande do Sul. No Brasil todo, o Governo anuncia e o Presidente da República diz: “Nunca se investiu tanto em educação na história deste País”. Mas ele não está investindo; ele está anunciando. Se o próximo Governo cumprir os compromissos que ele está assumindo agora, o próximo Governo é que investirá.

Portanto, eu considero irresponsável essa atitude. Ao final de uma gestão de oito anos, se anunciam...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – (...) inúmeros investimentos, investimentos gigantescos que só se concretizarão no futuro. É a chamada herança, uma herança bendita ou maldita, fica a critério de quem interpreta.

Também em relação às Olimpíadas de 2016 e da Copa do Mundo de 2014, os anúncios são feitos agora. Os investimentos, depois; as ações concretas, depois. Anunciar é bom, é confortável, é festivo, é espetaculoso. Arrumar os recursos é que passa a ser o drama. Portanto, Sr. Presidente, ao final – para concluir este pronunciamento –, eu já disse, inúmeras vezes, que o Governo Lula é bom de anúncio e péssimo de execução. Mais uma vez...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Senador Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – (...) solicito a V. Ex^a que conclua, tendo em vista termos mais oradores para esta tarde de segunda-feira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Veja, Senador José Nery: quando aqui se atacava o Senado Federal, os horários eram ilimitados. Podíamos invadir a noite e a madrugada atacando o Senado Federal que tínhamos, aqui, horários disponíveis. Agora, quando se critica o Governo, mesmo de forma contida...

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Não, é só para dizer a V. Ex^a que em vários aspectos das críticas que faz, até porque, no plenário, sou da bancada de oposição...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato. Eu sei, eu sei disso, Sr. Presidente, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – (...) mas com V. Ex^a é só a questão de que os demais colegas inscritos...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu sei, mas eu estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Mas o senhor, com certeza, faz um brilhante pronunciamento nesta tarde.

Senador **ALVARO DIAS**

Editoriais

editoriais@uol.com.br

Samba-exaltação

Lances de afirmação mundial do Brasil dão pretexto a cruzada ufanista, que maquia realidade insatisfatória

A ESCOLHA do Rio para sediar os Jogos Olímpicos, o ganho de peso do G20 no debate global, a diminuição do risco de investir no Brasil, o impacto atenuado da crise mundial e até a histriônica participação na crise de Honduras tornaram-se, por assim dizer, um samba-exaltação à procura de autor. O concurso está aberto.

Que se apresente, senão o Ary Barroso do lulismo, pelo menos a sua dupla Dom e Ravel –os esquecidos autores do "Eu te amo, meu Brasil", hit do gênero no auge da ditadura militar. Enquanto os compositores esquentam seus tamborins, o chefe da República lhes estimula a criatividade.

"Deixamos de ser um país de segunda classe. Ganhamos cidadania internacional", afirmou o presidente Lula depois da conquista olímpica, anunciada na Dinamarca. Se a epopeia nacionalista é certa como uma flecha no centro do alvo, a realidade, cheia de contradições e matizes, sempre frustra o espírito ufanista.

O Brasil vai hospedar a Olimpíada de 2016, mas o México já organizou os Jogos, em 1968, sem ter se emancipado, de lá para cá, do semidesenvolvimento. Os emergentes aumentaram sua presença nos fóruns de governança global, mas a relação entre Estados Unidos e China é, de longe, a preponderante para o futuro da economia mundial. Em assuntos que envolvem poderio militar, o status brasileiro é quase periférico.

Apesar do furor propagandista do Itamaraty, o incidente em Honduras não tem dimensão para tornar-se referência de nada relevante que diga respeito ao peso específico do Brasil no continente. É estranho, aliás, vangloriar-se de atitudes que anularam a capacidade de mediação da representação brasileira.

Com a lupa voltada para dentro, sobre as condições de vida da maioria da população brasileira, a toada ufanista perde muitas vezes a afinação. Um "país de segunda classe" é o diagnóstico inapelável dos testes que comparam o desempenho de nossos estudantes com os de outras nações. O Brasil se sai bem pior até no cotejo com países de renda per capita equivalente. Na saúde, o padrão se repete. Em pleno século 21, metade da população não tem acesso a rede de esgoto. Mais de 6 milhões de brasileiros vivem em favelas.

De que o Brasil passa por um momento de melhora continua em muitos desses aspectos -fenômeno caudatário de conquistas acumuladas sobretudo nas duas últimas décadas de redemocratização-, não resta dúvida. Ocorre, em paralelo, uma onda de reconhecimento internacional desses avanços.

É preciso, contudo, enfatizar que o Brasil ainda está longe de patamares satisfatórios de bem-estar e desenvolvimento, pois partiu tarde, e caminha devagar, rumo a sua conquista. Quando se ensaiam os primeiros acordes de um tema velho, é sempre bom lembrar que os patrocinadores do ufanismo do passado -alguns decantados pelo presidente Lula- estão entre os responsáveis pelo nosso atraso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado.

Eu estou concluindo exatamente para dizer que, se o Governo Lula sempre foi o governo do anúncio e não da execução, bom de anúncio e péssimo de execução, agora, no final da gestão, ele se supera.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, §2º, art. 210 do Regimento Interno.)

FOLHA DE SÃO PAULO **Opinião**

São Paulo, segunda-feira, 05 de outubro de 2009

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Cumprimento o Senador Alvaro Dias pelo seu pronunciamento.

Convido, em seguida, o Senador José Agripino, que vai falar pela Liderança do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu nasci em Mossoró, em 23 de maio de 1945, onde morei por toda a minha infância. Aprendi a ler e a escrever no Externato Dom Bosco, a escola de Dagmar, e tenho, como V. Ex^a tem e qualquer brasileiro tem, imenso amor pelas minhas raízes, e minhas raízes estão em Mossoró. E a minha cidade, Mossoró, hoje, está de luto. Está de luto porque uma das melhores figuras, uma das mais eméritas figuras da minha cidade faleceu hoje de madrugada. Estou me referindo ao Monsenhor Américo Simonetti. O ocorrido me traz à tribuna para apresentar, nesta tarde de segunda-feira, um requerimento de pesar e de inserção em Ata de um voto de pesar ao povo de Mossoró e aos seus familiares.

Ocupo a tribuna, Presidente Nery, para relembrar um pouco da vida de Padre Américo – ele já era monsenhor.

Padre Américo foi um homem que, nascido em Açú, mudou-se para Mossoró e, muito tempo atrás, iniciou movimentos progressistas de igreja, voltando-se principalmente para a juventude. Ele criou a Juventude Agrária. Ele foi um homem profundamente ligado às Comunidades Eclesiais de Base. Ele foi o criador da Rádio Rural de Mossoró não pela vaidade de criar uma rádio, mas para ter um instrumento de comunicação com as pessoas a quem ele queria ajudar, como pastor, como pregador da fé e como o transmissor de idéias e de ações voltadas para melhorar a vida do povo.

Ele foi muito ligado, como eu disse anteriormente, à juventude agrária, aos agricultores. Ele teve uma presença fortíssima junto às Comunidades Eclesiais de Base. Ele foi o criador da Área Rural, mas a obra mais notável de Padre Américo foi o fortalecimento da Paróquia de Santa Luzia.

Santa Luzia, Presidente Nery, é a santa cega, é a padroeira da minha cidade. É um símbolo da região. A cada 13 de dezembro – e nunca deixo de estar em Mossoró nessa data –, a região toda se encontra em Mossoró para a procissão de Santa Luzia. São centenas, milhares, dezenas de milhares de pessoas que caminham na tarde/noite de Mossoró para homenagear a Santa e para fazer a sua profissão de fé. São pessoas que caminham descalças, pessoas que caminham até em bom percurso de joelho, pagam promessas.

Lembro-me demais da figura de Padre Américo, que foi o grande incentivador, o grande idealizador

dessa procissão de Santa Luzia, em cima de um carro de som, proferindo uma frase que não sai dos meus ouvidos: “Ó Santa Luzia, Mossoró, com alegria, saúda Santa Luzia”. Repetia o tempo todo até a chegada da procissão ao pátio da matriz de Santa Luzia: “Mossoró, com alegria, saúda Santa Luzia”. Não esqueço nunca. Parece que estou ouvindo a voz de Padre Américo, de Monsenhor Américo falando e a multidão, com os raminhos na mão, que era o símbolo de Santa Luzia, acenando e festejando a Santa. É claro que isso tudo vai continuar, mas sem o vigor, sem o brilho, sem a presença, sem a têmpera do Padre Américo, que já era Monsenhor, que foi um grande amigo, a quem desejo homenagear.

Lamento não poder estar em Mossoró, hoje e amanhã, para o seu velório e sepultamento. Pedi, inclusive, à Senadora Rosalba Ciarlini Rosado, que ficará no Estado, hoje e amanhã, para participar das exéquias de Padre Américo, que fale em meu nome. Disse a ela que faria esse pronunciamento e que traria, em nome dos três Senadores do Rio Grande do Norte – em meu nome, em nome do Senador Garibaldi e em nome da Senadora Rosalba –, a nossa palavra de homenagem, a nossa palavra de reverência, a nossa palavra de reconhecimento e a nossa palavra de aplauso ao Monsenhor Américo Simonetti, o padre da procissão de Santa Luzia, a quem ofereço o requerimento que passo a ler:

Sr. Presidente, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeiro as seguintes homenagens pelo falecimento do Monsenhor Américo Simonetti: inserção em Ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências à família, nas pessoas dos irmãos Maria da Salete Simonetti Gomes, João Batista Simonetti e José Nazareno Simonetti.

É o requerimento que encaminho à Mesa, com o pedido de que, aprovado, seja encaminhado à família enlutada.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. José Nery, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento de V. Ex^a, Senador José Agripino, será atendido na forma do Regimento. Esta Presidência também estende os votos de pesar a toda a família do Padre Simonetti.

Tem a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Suplicy, Sr^{as} Senadoras e Srs.

Senadores, quero, nesta sessão, primeiro, associarme a milhares de latino-americanos que estão de luto pela perda desta mulher argentina, desta mulher latina, falecida no dia de ontem, que é Mercedes Sosa. Estou, Sr. Presidente, apresentando um requerimento, pedindo a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento da cantora argentina Mercedes Sosa, ocorrido na manhã do dia 4 de outubro, num hospital em Buenos Aires.

Haydée Mercedes Sosa nasceu na cidade argentina de San Miguel de Tucumán, no dia 9 de julho de 1935, e foi, após Carlos Gardel, a intérprete argentina mais popular. Com uma carreira de mais de quatro décadas, Mercedes foi uma das vozes mais representativas da música popular argentina e da América Latina. Começou sua carreira em 1950, aos 15 anos de idade.

Sr. Presidente, essa mulher que combateu a ditadura militar na Argentina, que foi uma ditadura sanguinária, duríssima, passou parte da sua vida exilada na Europa, nos Estados Unidos. Filiada ao Partido Comunista argentino, com certeza deixa um legado na música, na poesia, mas principalmente como militante política que engrandece aqueles que não calam nem na hora mais difícil.

Quero dizer da minha alegria... Em 1979, quando Mercedes estava de férias em Manaus e um dirigente cultural do Estado descobriu a estada dela, foi até onde se encontrava Mercedes Sosa e pediu que ela conhecesse o Teatro Amazonas e que pudesse cantar. Tive oportunidade, assim, de assistir a um pequeno *show* com essa mulher que faleceu no dia de ontem e que deixa uma marca, um acervo na musicalidade, no folclore da Argentina, da América Latina, que ninguém pode jamais esquecer.

A Argentina está de luto, assim como muitos brasileiros que contemplam a obra de Mercedes Sosa, que fez parceria com vários artistas aqui no Brasil, como Chico Buarque, Fagner e Milton Nascimento.

Enfim, fiz este requerimento para dar os nossos pêsames e também para registrar o nosso reconhecimento, porque Mercedes morre e sua obra será eterna, como a lembrança dela será eterna. Foram vários os *shows* de Mercedes pelo Brasil. Ela tem milhares de fãs brasileiros, que estão de luto por conta da sua perda.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador João Pedro, quero também me associar a V. Ex^a em relação a essa grande artista internacional, grande cancionista. Eu me lembro, era ainda jovem, Deputado Federal, guardava suas fitas cassetes, não existiam os CDs naquela época...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Mas quero registrar que não faz muito tempo.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Não faz muito tempo. Eu era Deputado Federal há pouco tempo e era um dos seus admiradores. Ela era, sobretudo, uma figura emblemática, que, nessa convivência política da América Latina, teve enorme importância, com sua voz, com suas canções, na luta pelas liberdades democráticas. Então, é sem dúvida um registro importante o que faz V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigando, Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero também registrar nesta tarde, aqui no Senado da República, a expectativa que temos em relação a um julgamento que haverá no Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

Senador Eurípedes, meu companheiro de Partido, amanhã, o TRE vai julgar o mandato do prefeito de uma cidade histórica importante no Amazonas, o prefeito atual, eleito no ano passado, em 2008, nas eleições municipais. Dez meses depois, pois assumiu em 1º de janeiro deste ano, o TRE vai julgar uma ação por abuso de poder econômico.

Acreditem que, dos prefeitos que concorreram às eleições de 2008 em Itacoatiara, o menor gasto foi o do Prefeito Antônio Peixoto. O menor gasto: R\$35 mil. Pois bem, os outros candidatos – está lá –, tiveram gastos de R\$350 mil, R\$450 mil. E os perdedores, precisamente um ex-Deputado, o Sr. Donmarques, entrou na Justiça questionando bandeiras do PT que não estavam incluídas na prestação de contas. A nossa Justiça Eleitoral, a nossa Lei Eleitoral, evidentemente, permite brechas, deixadas no conjunto. No arcabouço jurídico que trata das eleições, existe a brecha para se fazer questionamento.

Mas quero dizer que é grande a expectativa – e este é o registro – no Amazonas, no PT, mais fundamentalmente na sociedade que elegeu Antônio Peixoto nas eleições de 2008. Sua cidade, a cidade de Itacoatiara, tem em torno de cem mil habitantes. É uma cidade reconhecida, por conta da sua população, da sua economia, da história da Velha Serpa, como é conhecida carinhosamente a cidade de Itacoatiara.

Eu quero dizer da minha tranquilidade em fazer este registro porque marcou fundo a vitória de Antônio Peixoto, um homem simples, um trabalhador rural, membro de uma cooperativa em sua comunidade, em sua localidade, uma cooperativa exemplar, de boa gestão. Essa cooperativa tem a maior produção de abacaxis no Estado do Amazonas, que vai para o mercado consumidor, que é Manaus.

Antônio Peixoto tem essa experiência no cooperativismo, mas teve três mandatos de Vereador. E

esses três mandatos foram a referência do homem público. Antônio Peixoto foi sempre vigilante com as administrações, rigoroso na cobrança, mas educado na formulação, firme em defender a coisa pública e comprometido com os pobres, comprometido com os demais, comprometido com a reforma agrária, absolutamente comprometido com as populações tradicionais. Essa é a sua história.

Sr. Presidente, Antônio Peixoto fez sua campanha caminhando. Caminhando. O Sr. Antônio Peixoto foi eleito porque a população de Itacoatiara conhece o seu filho, um homem exemplar.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Antônio Peixoto concorreu à Prefeitura de Itacoatiara e não consta da sua declaração de Imposto de Renda um carro. Um carro. Não tem carro. Tem uma bicicleta. Tinha uma bicicleta, falando de 2008. Mas é um homem confiável, querido, respeitado. Esse é o sentimento da cidade de Itacoatiara, cidade com cem mil habitantes – cidade grande para o interior do Amazonas. Para a Amazônia, cem mil habitantes é grande. Itacoatiara está situada na margem esquerda do rio Amazonas, ligada a Manaus pela estrada AM-010. Tem o privilégio de ser ligada Manaus.

Peixoto foi eleito por conta do seu currículo. A elite local esgotou o seu ciclo e a mudança foi externada na figura de um homem público exemplar.

Peixoto foi votado pela maioria da população de Itacoatiara, ganhando a eleição. O sentimento de alegria foi uma explosão, e tive a oportunidade de estar ali, ao lado da militância do PT, mas também da sociedade, da juventude de Itacoatiara, dos comerciantes, dos estudantes, dos professores, dos trabalhadores rurais, das trabalhadoras rurais, que comemoraram a vitória. Peixoto não fez outra coisa, senão montar uma equipe e trabalhar de forma dura, árdua, abnegada. O Prefeito trabalhou nesses dez meses.

Amanhã, a Justiça vai julgar o pedido, uma ação por abuso do poder econômico. Quero registrar no Senado a expectativa, a confiança, porque não temos outro caminho, senão o de depositar confiança nos juízes que compõem a Justiça Eleitoral do meu Estado, o Amazonas. Espero que a Justiça faça um encontro com a justiça do povo de Itacoatiara. Espero que a sessão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Amazonas reconheça o voto consciente num Prefeito que surgiu do Beiradão do rio Amazonas. Espero que a Justiça não encurte a história de um homem que não tinha dinheiro e que ganhou a eleição contra tudo e contra todos. Peixoto ganhou, esta é a verdade, a eleição contra o poder econômico de Itacoatiara!

Precisamos mudar o que vem acontecendo, nesses últimos anos, no Brasil, de o segundo lugar assumir

a Prefeitura. Esse senhor, que está na Justiça – como é o destino! –, tem suas contras reprovadas pela Justiça. Espero que o TRE do Amazonas enxergue, nos autos e na história política do Sr. Domarques, que suas contas não foram aprovadas em 2006. Na realidade, há a tentativa de mudar a história, a história real. O candidato do poder econômico acusa o candidato que não tinha recursos de abuso de poder econômico. Só a Justiça para fazer justiça com a população de Itacoatiara!

Sr. Presidente, quero dizer da nossa confiança na Justiça do Amazonas, no sentido de fazer uma análise, um julgamento nos marcos do nosso conjunto de leis. Não estamos pedindo – o Peixoto não pede, nem o PT – privilégio algum. Não pedimos privilégio algum! Queremos que os membros da nossa Justiça no Amazonas possam examinar, exaurir os autos e fazer com que o pleito de 2008 seja vitorioso, como já foi vitorioso em Itacoatiara. Que o pleito de Itacoatiara de 2008 seja vitorioso no TRE. Não posso apelar senão à Justiça, não posso fazer outro apelo senão à confiança nos nossos Juízes, nos nossos Desembargadores.

Itacoatiara provocou uma mudança forte, histórica, por conta do símbolo, do significado da eleição do então Vereador Antônio Peixoto. Uma avalanche de votos movida pelo sentimento de mudança fez de Peixoto prefeito, ele que é um homem simples do campo e um Vereador comprometido com a cidadania e com a transparência. Espero que a Justiça, amanhã, reitere, reconheça essa explosão de votos em 2008 e dê a Peixoto o direito de continuar administrando a Prefeitura de Itacoatiara.

Por conhecer o Prefeito, por conhecer sua equipe, não posso duvidar de que o caminho de Itacoatiara é o da mudança, o da solidariedade, o da revolução, não só na cidade, mas nas comunidades que compõem esse grande Município, que é Itacoatiara.

Sr. Presidente, é confiando na Justiça do meu Estado que faço esse registro da expectativa da sociedade de Itacoatiara e da militância do Partido dos Trabalhadores. Amanhã, haveremos de ter mais uma eleição e, com justiça, vamos garantir o mandato do Prefeito Antônio Peixoto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esta Presidência, Senador João Pedro, também expressa solidariedade ao Prefeito Peixoto. Gostaria também de abraçar sua iniciativa, apoiada pelo Senador Alvaro Dias, de também homenagear a compositora e extraordinária cantora Mercedes Sosa, que soube muito bem, ao longo de muitas décadas, inclusive, ao lado de alguns de nossos principais cantores, como Milton Nascimento, Elis Regina, Caetano

Veloso e muitos outros, cantar músicas maravilhosas, que expressaram os sentimentos de liberdade e de justiça de todos os povos da América Latina.

Permita-me, antes de conceder-lhe a palavra, Senador Alvaro Dias, nesta homenagem de iniciativa do Senador João Pedro, aqui recordar algumas das belas canções de Mercedes Sosa, como a que leio a seguir:

“A Que Floresça Meu Povo.

Quero cantar-lhe a minha terra

E que floresça

Dentro do clima meu povo

E sua primavera

Inaugurar mil pombas de pão

E que não morram

Quero elevar-me num grito

E talvez possa

Tomar o sol da mão

Quando se afasta

Para tirar-lhe a luz e a voz

Meu povo espera

Quando teu te pares a olhar a vida

No vértice justo do tempo e a luz

Lados a grandeza do homem e seu dia

Seu caminho novo, seu canção azul

Quero brotar na espiga

Da consciência

Do homem novo que luta

Por sua manhã

E proclamar seu tempo azul de pé

Dando a cara”

Lembro também uma canção na sua própria língua – língua de todos os povos das Américas –, o espanhol.

Falo da canção Hablando a tu Corazón, de Mercedes Sosa:

“Hablando a tu Corazón

Oh no puedes ser feliz

Con tanta gente hablando a tu alrededor

Oh dame tu amor a mi

Le estoy hablando, hablando, hablando a tu corazón

Quando estas muy sola, sola en la calle

Con tanta gente hablando, hablando a tu alrededor

Necesitas a alguien que te acompañe

Le estoy hablando, hablando, hablando a tu corazón

Oh no puedes ser feliz

Con tanta gente hablando, hablando a tu alrededor

Oh dame tu amor a mi

Le estoy hablando, hablando, hablando a tu corazón

No importa el lenguaje ni las palabras

Ni las fronteras que separan a nuestro amor

Quiero que me escuches y que te abras

Le estoy hablando, hablando, hablando a tu corazón

Oh no puedes ser feliz

Con tanta gente hablando, hablando a tu alrededor

Oh dame tu amor a mi

Le estoy hablando, hablando, hablando a tu corazón

Oh no puedes ser feliz

Oh dame tu amor a mi

Oh no puedes ser feliz

Con tanta gente hablando, hablando a tu alrededor

Oh dame tu amor a mi

Le estoy hablando, hablando, hablando a tu corazón.”

Mercedes Sosa nos encantou a todos com suas interpretações de *Gracias a la Vida* e de muitas outras canções maravilhosas. Sobretudo nos anos de exceção, de regime militar, tanto na Argentina quanto no Brasil, como em muitos outros países da América Latina que passaram por regimes ditatoriais, a voz dela foi de extraordinária importância.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Suplicy, encaminhei à Mesa um voto de pesar e quero manifestar, desta tribuna, profundo pesar pelo falecimento da Sr^a Guiomar Accorsi Rodrigues Moreira, viúva do saudoso ex-Prefeito do Município de Londrina, o engenheiro Wilson Rodrigues Moreira.

Dona Guiomar foi um exemplo. Uma mulher desprendida e simples, na sua imensa humildade, prestava um extraordinário serviço à população pobre de Londrina, com ações sociais que alcançavam repercussão pela sua importância. Portanto, deixou a marca do trabalho. Foi uma atuação discreta e produtiva.

Meus sentimentos e minha homenagem póstuma a Dona Guiomar e minha solidariedade especialmente aos seus filhos e netos que moram na cidade de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Peço ao Senador João Pedro a gentileza de presidir a sessão para que eu possa fazer o pronunciamento. (*Pausa.*)

O Sr. Eduardo Suplicy, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O Senador Eduardo Suplicy está inscrito.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente, Senador João Pedro, gostaria, além de compartilhar com V. Ex^a a homenagem à extraordinária cantora e compositora Mercedes Sosa, de também hoje compartilhar a alegria sobre a grande vitória brasileira obtida em Copenhague e que já foi objeto, aqui, de consideração.

Vivemos, na tarde de sexta-feira última, momentos de extraordinária emoção durante a escolha da cidade sede das Olimpíadas de 2016. Todos os brasileiros acompanhamos, com um misto de tensão e esperança, a abertura do envelope com o nome da cidade escolhida. Não houve como não vibrar pela importante conquista, ao ver o Presidente do Comitê Olímpico Internacional, Sr. Jacques Rogge, anunciar, com seriedade: Rio de Janeiro 2016.

Vencemos, na reta final, Madri, Tóquio e Chicago. Na última votação, o Rio superou Madri por 66 votos a 32. Foi uma vitória para não deixar dúvidas, principalmente se lembrarmos que, na disputa de quatro anos atrás, Londres venceu Paris por apenas quatro votos de diferença, e, sobretudo, também porque todos nós reconhecemos os méritos extraordinários das cidades de Madri, Tóquio e Chicago, com as suas tradições, com as suas extraordinárias riquezas culturais, com o desenvolvimento que as três alcançaram, inclusive com o apoio de seus respectivos Chefes de Estado.

No dia 5 de agosto de 2016, todos os olhos do mundo estarão voltados para a abertura dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio Janeiro. Será uma extraordinária alegria para todos nós.

Passados os momentos de felicidade, devemos refletir: por que não conseguimos sediar antes uma olimpíada? Por que o argumento de que nunca um país da América do Sul ou da África tenha sediado anteriormente os jogos somente teve peso para os jogos de 2016? Por que vencemos somente agora? A resposta está na ponta da língua de todos nós: é porque, hoje, o Brasil é uma nação politicamente pacificada, democratizada, que principalmente tem a força de uma economia estável e de um governo democrático.

Não fomos escolhidos porque nunca tínhamos sediado os jogos, mas fomos escolhidos porque tivemos competência e capacidade de organização para enfrentar, de igual para igual, e vencer uma disputa com as grandes potências mundiais.

A comitiva brasileira trouxe as Olimpíadas de 2016 para o Brasil. Acompanhado do Governador Sérgio Cabral, do Prefeito Eduardo Paes, o Presidente Luiz

Inácio Lula da Silva fez um discurso emocionado, que pode ter feito a diferença, inclusive diante do Rei Juan Carlos, do Presidente Barack Obama e do Primeiro-Ministro do Japão. Além do discurso do Presidente Lula, da forma como foi feito, temos de nos lembrar de tudo o que compôs a apresentação do Brasil, a qualidade tão significativa do filme de Fernando Meirelles sobre o Rio de Janeiro, as presenças de Pelé, de Guga, do escritor Paulo Coelho, de Hortência, de César Cielo, de Daiane dos Santos, da corredora Bárbara Leôncio, entre tantos outros. Bárbara Leôncio, que, em especial, emocionou todos os presentes e os que acompanhavam a cerimônia pelos meios de comunicação transmitidos para o mundo todo. O Brasil trabalhou com afinco, com muito afinco. Foi mais competente, acreditou mais, fez por merecer o resultado final, a despeito do empenho das outras delegações.

O Brasil sempre foi chamado de um país do futuro, mas, agora, com muito trabalho e determinação, o futuro está chegando, virou presente. A Economia cresce com a melhor distribuição de renda, como cresce também o número de empregados formais e a autoestima nacional. Os jogos de 2016 serão uma injeção de investimentos em todos os sentidos. A escolha do Rio de Janeiro, em boa medida, retrata a confiança que a comunidade internacional tem no Brasil de hoje e no seu potencial de crescimento.

As realizações, no Brasil, da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos, em 2016, serão verdadeiras alavancas de projeção de nosso País nos campos econômico, social, cultural e político. O respeito pelo Brasil crescerá ainda mais, na medida em que realizarmos as obras de infraestrutura planejadas dentro dos calendários propostos, com atenção especial para o urbanismo e o meio ambiente.

A cidade do Rio de Janeiro, que tanto sofreu ao longo desses últimos cinquenta anos, mudará para sempre – e em todos aspectos – após a realização das Olimpíadas. Além dos R\$15,8 bilhões previstos para a cidade receber de recursos federais, estaduais e municipais, além de parcerias com a iniciativa privada, para a realização da Copa do Mundo de 2014, os Jogos Olímpicos trarão mais R\$7,4 bilhões. As principais intervenções serão a expansão do metrô, a construção das linhas dos ônibus de trânsito rápido, as reformas dos dois aeroportos, a revitalização da área do porto, a melhoria da infraestrutura das favelas e a despoluição da Baía da Guanabara e das Lagoas Rodrigo de Freitas e Jacarepaguá. Além disso, a geração de empregos, a educação para e pelo esporte serão potencializadas em todo o País.

Senador Presidente, Senador João Pedro, ontem, pela manhã, participei da corrida de 6,3 quilômetros

realizada na favela de Heliópolis, a maior de São Paulo. Ali percebi um clima de confraternização simplesmente extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Ex^a completou o percurso?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em 53 minutos. Havia mais de trezentos corredores, homens e mulheres, alguns jovens, e eu fiquei mais no pelotão de trás, mas posso lhe garantir, Senador João Pedro, que...

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Parabéns pelo feito!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...correndo devagar, mas sempre, em 53 minutos fiz o percurso que o campeão fez em dezoito minutos, mas ali havia subidas e descidas.

O que pude observar, quando foi feita a cerimônia de premiação, foi que havia um grande sentimento de confraternização, influenciado por aquele clima fantástico da festa havida na sexta-feira para comemorar o resultado de a Olimpíada ser realizada no Rio de Janeiro em 2016. Ali estavam – sobretudo as crianças, mas os jovens também – preocupados e felizes com a possibilidade de se prepararem para os Jogos Olímpicos de 2016. Nesse sentido, aquela corrida teve um ânimo muito especial.

Aliás, quero assinalar que a Caixa Econômica Federal de São Paulo esteve ali presente para patrocinar alguns poucos gastos que foram realizados para a promoção da corrida. O Superintendente da Caixa Econômica Federal, a propósito, me disse que estava muito contente de estar presente, testemunhando aquele ato.

Portanto, as Olimpíadas de 2016 se constituirão em oportunidade ímpar e imperdível para nossa gente mostrar sua capacidade de organização e gerenciamento, de hospitalidade e de respeito à pessoa humana. Nós não deixaremos escapar esse momento, empregando todos os esforços possíveis para mostrar ao mundo a nossa competência no cumprimento de metas, o que aumentará ainda mais a nossa projeção internacional.

No Congresso Nacional, demos, também, nossa pequena contribuição, ao aprovar, em tempo recorde, o Ato Olímpico, nome dado à lei que ratifica e complementa as garantias do Governo Federal ao projeto das Olimpíadas no Rio de Janeiro – Rio 2016. Cabe-nos, agora, apoiar, no que for necessário, a realização dos Jogos, bem como implementar o controle e a fiscalização dos gastos públicos para o evento.

É importante assinalar, Senador João Pedro, que nós, Senadores e Deputados Federais, teremos de cumprir a nossa parte na fiscalização desse volume

tão significativo de investimentos e gastos públicos que serão realizados. E se houve, prezado Senador Cristovam Buarque, algumas preocupações sobre o que aconteceu nos Jogos Pan-Americanos, sobre as obras e tudo, agora, com base naquela experiência, teremos a responsabilidade... Inclusive, o Congresso Nacional deve estar atento e acompanhar *pari passu* tudo o que vai ser feito, com a cooperação do Tribunal de Contas, que é nosso órgão auxiliar nessas ocasiões.

A vinda dos Jogos foi fruto de muito trabalho, de um querer genuíno de ver as coisas acontecerem para o nosso País e para o nosso povo. É momento de cumprimentar o Presidente Lula, o Governador Sérgio Cabral, o Prefeito Eduardo Paes, o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, todos os Ministros envolvidos e também o próprio Pelé – com quem conversei por telefone poucos dias antes de ele seguir para Copenhague, e ele estava animadíssimo –, assim como todos aqueles que estiveram presentes, como a Daiane dos Santos, a Bárbara Leônico, o Guga, a Hortência, o César Cielo, e também o nosso escritor Paulo Coelho, tão conhecido e querido em todo mundo, que ali contribuiu com suas entrevistas e com sua presença, dialogou com todas as autoridades que estiveram em Copenhague. Parabéns a todos que produziram essa grande vitória!

Mãos à obra, pois os desafios são grandes, muito grandes, especialmente tendo em vista que, ainda ontem, foi publicada, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a classificação dos diversos países segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Hoje, o nosso Brasil ocupa a 75^a posição. Perdemos cinco posições no *ranking* do Índice do Desenvolvimento Humano.

No relatório divulgado em novembro de 2008, o país estava em 70º lugar, com índice de 0,807. No levantamento divulgado nesta segunda, o Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil cresceu a 0,813, mas não evitou que o país descesse ao 75º lugar.

Embora as condições socioeconômicas no país tenham melhorado, o coordenador do Pnud, Flávio Comim, explica que o Brasil aparece em 75º por dois motivos.

O primeiro, responsável pela perda de duas posições, é a entrada de Listenstaine, Andorra e Afeganistão no ranking. Desconsiderando o Afeganistão, que aparece em penúltimo, perdendo apenas para Níger, Listenstaine e Andorra já apareceram à frente do Brasil no levantamento: em 19º e 28º lugar respectivamente.

mente. O bom desempenho no IDH está relacionado, entre outros fatores, à diferença populacional. O Brasil tem cerca de 190 milhões de habitantes, enquanto a população dos dois países gira entre 30 mil e 75 mil habitantes – semelhante à cidade de Balneário Camboriú, em Santa Catarina.

O segundo motivo é a atualização dos índices divulgados em 2008. Segundo o Pnud, todos os anos, depois de divulgar o ranking do IDH, os técnicos do Pnud fazem a atualização dos dados. Com isso, três países que apareciam atrás do Brasil acabaram beneficiados pela consolidação dos índices.

A Rússia aparecia em 73° e foi para 71°; Dominica estava em 77°; agora, em 73°; e Granada saiu de 86° para 74°. É como se fosse uma corrida. Alguns países aceleram no crescimento e outros estão correndo mais. Não quer dizer que os países não estão acelerando, mas algumas nações evoluem mais rapidamente.

Como a atualização dos dados apenas consolidou o relatório divulgado em 2008, o Pnud argumenta que, apesar de o País aparecer cinco posições atrás no *ranking*, na pontuação dos índices, a situação permaneceu inalterada. O *ranking*, divulgado pelo Pnud é formulado em uma escala que vai de 0 a 1 a partir do cruzamento de informações relacionadas à riqueza, educação e esperança média de vida. Além do ingresso de novos países, que elevou a lista do IDH de 179 para 182 nações, outra novidade nessa edição é a criação de nova categoria para países de IDH muito elevado, que agrega nações com índice superior a 0,9.

É preciso salientar que, embora tenha o Brasil melhorado ao longo desta década até o registro do Pnad de 2007, publicado recentemente (2007/2008), em que pese termos sempre melhorado o Coeficiente Gini de desigualdade, pelo Relatório do Pnud ainda estamos qualificados em 10° lugar.

Gostaria de propor, aqui, que nós, como Nação, possamos ter como meta chegarmos a 2016 como um dos países que tenha melhorado muito o Índice de Desenvolvimento Humano, sobretudo com o propósito de eliminarmos inteiramente o flagelo da pobreza absoluta, alfabetizarmos todo o povo brasileiro, melhorarmos significativamente o número de pessoas que estão completando o primeiro e o segundo grau e que também já estejam no ensino superior, e possamos, prezado Senador Cristovam Buarque, fazer do Brasil, da cidade maravilhosa do Rio de Janeiro, um lugar que possa ser mostrado ao mundo por suas qualidade, não apenas do ponto de vista da sua beleza natural, da extraordinária riqueza cultural, da música brasileira e da beleza de nossos hotéis e praias, mas,

sobretudo, pelo seu grau de civilização, constatado pela boa qualidade da educação, proporcionada mais universalmente.

Como V. Ex^a sabe, eu gostaria muito que em 2016 já esteja completamente implantada a Renda Básica como um direito à cidadania para a população que, então, deverá estar próxima dos 200 milhões de habitantes.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Permite-me um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Concedo um aparte com muita honra, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Quero, em primeiro lugar, solidarizar-me pela parte inicial do seu discurso e dar meus cumprimentos pela vitória do Brasil, liderada pelo Presidente Lula, pelo Nuzman e pelo Cabral, e também falar dessa última parte. Nada justifica o Brasil continuar na mesma posição no IDH. Não justifica! Não justifica! É indecente um País com o tamanho do Brasil, que é capaz de transformar uma crise global em uma marolinha, não ser capaz de subir na escala dos índices de bem-estar da sua população. Além disso, pior ainda, regredir nesses índices. Nada justifica. Há anos venho dizendo aqui que mesmo naquilo que a gente melhora, a gente melhora menos do que os outros países. Ao nosso redor há países como o Paraguai, como a Bolívia, como a Venezuela que estão fazendo um esforço mais forte do que o Brasil para erradicar o analfabetismo, para melhorar a educação de base. Mas o Brasil está piorando? Não, mas melhora em uma velocidade insuficiente para enfrentar os desafios do mundo moderno, porque há 50 anos mesmo um analfabeto conseguia emprego, poucos terminavam o segundo grau. Hoje, quem não termina o segundo grau não consegue fazer concurso para gari. Então, estamos indo numa velocidade menor do que as exigências do mundo moderno e numa velocidade menor do que os outros países. Nada justifica isso. É imoral, é imoral para nós. Não estou pondo a culpa no Governo. Nós, políticos deste País; nós, os líderes deste País, estamos com um comportamento imoral ao não sermos capazes de fazer com que este País melhore a sua posição na lista de qualidade de vida para a população pobre. E aí eu agarro sua fala final sobre analfabetismo. Eu estava aqui imaginando, Senador Eduardo Suplicy, em 2016, depois da abertura da Olimpíada, a Bandeira do Brasil bem alta, tremulando, enorme, e um jornalista estrangeiro dizer: 14 milhões de brasileiros adultos não foram capazes de reconhecer a sua Bandeira, porque não sabem ler “Ordem e Progresso” que está escrito nela. Já pensou a imagem do Brasil lá fora quando isso for dito?

E será dito se continuar a situação de hoje; quatorze milhões continuarão achando que a Bandeira do Brasil é a do Brasil mesmo que a gente misture as letras do “Ordem e Progresso”, mesmo que a gente escreva ali em inglês ou em árabe, ou que a gente escreva outra coisa, ou ponha ali...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – outra mensagem. Qualquer coisa que estiver ali, com letras misturadas ou até símbolos que não sejam letras, nós teremos 14 milhões que não vão reconhecê-la. Qual é a imagem do Brasil que ficará por melhor que seja a festa? E não vai faltar jornalista capaz de dizer isso. Só por isso, talvez, já valesse à pena discutir, Sr. Presidente, um projeto de lei que coloquei aqui só para provocar, porque reconheço que alguns eu faço para isso, em que eu digo: ou até 2014 – pensando ainda na Copa – a gente erradica o analfabetismo ou se tira o “Ordem e Progresso” escrito na Bandeira. O que não podemos é deixar que haja brasileiros incapazes de reconhecer a Bandeira. Há recrutas que entram para fazer o serviço militar incapazes de reconhecer a Bandeira porque não são capazes de ler “Ordem e Progresso”. E a culpa não é deles; a culpa é nossa, nossa, dos dirigentes deste País. Não estou falando só do Presidente, ele é o maior responsável; estou falando de todos nós. Então, vamos aproveitar a Copa para corrigir algumas mazelas que poderão, e certamente vão ofuscar o brilhantismo da Copa se não enfrentarmos esses pontos. E uma grande vitória como essa que teve o Presidente ao conseguir vencer os outros países para nós, como se fosse uma grande Copa, não do futebol, mas uma Copa do Brasil inteiro jogando para sediar as Olimpíadas, não pode ficar ofuscada. A outra coisa, para concluir, são as medalhas. Nós ganhamos sediar, mas se a nossa *performance*, o nosso desempenho for igual ao das últimas Olimpíadas, proporcionalmente a nossa população, nós seremos um País de poucas medalhas, e vai ficar muito feio. É feio ter poucas medalhas em Olimpíadas lá fora; mas é muito mais feio ter poucas medalhas em uma Olimpíada aqui dentro. O orgulho vai se transformar em frustração...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Estou me beneficiando, Sr. Presidente, do fato de termos só eu e o Senador Eduardo Suplicy para falar. Então, estou me alongando um pouco por causa disso,

Mas, se quiser, eu corto. Não! Dá para falar um pouco, não é? Então, o orgulho, no dia seguinte à Copa, pode se transformar em uma frustração se o Brasil ficar entre os piores colocados. Mas temos sete anos. Só que quero lembrar que medalha começa na escola.

Medalha não começa fora da escola. Medalha começa, identificando os nossos talentos dentro da escola. Se nós não enfrentarmos esse problema, a Copa vai dar um grande orgulho para gente, uma autoestima, mas pode, depois, não deixar nada e transformar-se em uma grande frustração. Vamos levar adiante essa autoestima, fazendo com que a Copa e as Olimpíadas tornem-se instrumentos de transformação da sociedade brasileira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Cristovam Buarque, que possam as suas palavras e o objetivo serem plenamente alcançados. E, quem sabe, em 2014, além de “Ordem e Progresso”, possamos ter “amor, ordem e progresso” para significar que todos os brasileiros sabem ler, são alfabetizados e que, portanto, essa meta foi plenamente cumprida.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Acrescentar palavras pode ser bom, mas o importante é que todos saibam lê-las.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, com certeza.

Completando a homenagem a Mercedes Sosa, permita-me apenas ler a estrofe final da sua música mais admirada e cantada por todos os latino-americanos, que é de Violeta Parra:

*Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado la risa y me ha dado el llanto*

Así yo distingo dicha de quebranto

Los dos materiales que forman mi canto

Y el canto de ustedes que es el mismo canto

Y el canto de todos que es mi propio canto

Gracias a la vida, gracias a la vida!

Viva Mercedes Sosa, grande cantora Argentina e amada por todos os povos das Américas.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Parabéns, Senador Eduardo Suplicy.

Ouvimos o registro de V. Ex^a. Quero também registrar o atleta exemplar que é V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, que falará pela Liderança do PDT.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes mesmo de minha fala, quero me associar ao Senador Eduardo Suplicy com referência à cantora Mercedes Sosa.

Orgulho-me de ter sido o veículo que a trouxe aqui – veículo no sentido político-administrativo. Quando eu era Reitor da Universidade de Brasília e promoví aqui um grande Festival Latino-americano de Arte e Cultura, Mercedes Sosa foi uma das grandes figuras presentes. Sua perda, realmente, foi muito grande para a arte e a cultura do nosso continente.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para falar de um assunto que está encantando todos os brasileiros, desde o final desta última semana, que é a conquista, pelo Brasil, do direito a sediar as Olimpíadas de 2016.

Não podemos deixar de começar parabenizando aqueles que fizeram isso possível. Eu sei como deve ter sido difícil vencer os países que disputaram, apesar de eles terem contra eles o fato de que foram sede dos jogos olímpicos, em passado muito recente, tanto a Espanha quanto os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, quero dizer que, como brasileiro, fiquei orgulhoso de ver o desempenho do Presidente Lula, do Nuzman, do Governador Cabral e de centenas de outras pessoas que fizeram isso possível. Desejo parabenizá-los por essa última conquista.

Mas eu vim aqui olhando o futuro. E o futuro para mim, Sr. Presidente, é lembrar que, na hora em que o Brasil quer, ele consegue fazer um pacto que atravessa governos. O que nós conseguimos com as Olimpíadas de 2016 foi construir um pacto que vai envolver três governos diferentes: o governo do Presidente Lula, do seu sucessor e do sucessor do seu sucessor. Nós conseguimos um pacto que atravessa governos, o que é muito raro no Brasil, em que cada governo só pensa em si e a oposição só pensa contra o governo atual. E aí se uniram o Governador do PMDB, o Presidente do PT, a sociedade inteira e fizemos um pacto para que o Brasil mostre ao mundo que, aqui, a gente tem sucessão de presidentes, de governos, mas o País é um só, o País continua.

O País se dispôs, através dos seus líderes, a gastar R\$26 bilhões – é o que se prevê –, para realizar essas Olimpíadas. São governos se sucedendo com o mesmo objetivo.

Diante disso, quando eu soube da notícia, eu pensei: e por que não fazermos outros pactos? Por que nós conseguimos fazer um pacto para uma grande festa, que vai ser a realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro, e não fazemos outros pactos além da festa? Quando eu digo festa, não é no sentido negativo. É a festa que nos traz auto-estima, orgulho. Vai ser muito bom para o Rio e vai ser muito bom para o Brasil. Mas por que não fazemos outros pactos também?

Por exemplo, o primeiro pacto diz respeito ainda às Olimpíadas. E são dois pactos na verdade. Um deles, dizendo respeito às Olimpíadas, é garantir ao povo brasileiro que nós vamos realizar essas Olimpíadas sem aumentar o déficit público, sem deixar que volte a inflação e sem tirar dinheiro de outros setores importantes da sociedade e da economia brasileira para financiar os jogos olímpicos.

Se as Olimpíadas vierem para o Brasil à custa de uma redução nos gastos com educação, saúde, segurança e transporte urbano das outras cidades que não o Rio de Janeiro, essas Olimpíadas estarão enganando. Elas farão parte do circo que os governos às vezes utilizam para manter o povo satisfeito naquele momento. Mas nós não queremos uma olimpíada que seja apenas circo, como os romanos já faziam há mais de dois mil anos, para manterem o povo quieto, calado, contente, iludido. Nós queremos uma olimpíada que vá além da festa, que se transforme num evento do qual ninguém se arrependa. E haverá, sim, arrependimento se o financiamento das Olimpíadas for feito à custa do aumento do déficit público, o que trará inflação inevitavelmente, ou à custa de sacrifício de outros setores.

O Governo tem que encontrar uma engenharia financeira para que esses R\$26 bilhões, que serão gastos no Rio de Janeiro, não tragam sacrifícios para setores essenciais da nossa sociedade nem tragam de volta a inflação.

O segundo pacto – e peço um pouco de paciência, já que estamos sozinhos aqui hoje nesta tarde – que ainda diz respeito às Olimpíadas é o pacto para que não sejamos apenas a sede, mas sejamos protagonistas das Olimpíadas em número de medalhas.

Eu fui olhar os outros países. Todos os outros países que sediaram Olimpíadas passadas tiveram um bom número de medalhas em proporção aos seus habitantes. O Brasil é o que tem menos. Nós não podemos chegar ao final das Olimpíadas orgulhosos da festa, do circo, mas não orgulhosos da sua substância, que é o número de medalhas. E, para ganharmos medalhas, temos que começar agora a identificar os talentos e a investir nesses talentos. O Governo que foi capaz de liderar o Brasil para sediar o evento tem que ser capaz de liderar o Brasil para trazer as medalhas.

E eu temo que isso ainda não faça parte das preocupações. Estou trazendo aqui uma sugestão. E as medalhas só virão se identificarmos talentos e investirmos nele. E o lugar de identificar e até de investir, no primeiro momento, é a escola.

O que vão dizer lá fora quando souberem que o País que é capaz de sediar as Olimpíadas não tem quadras esportivas nas suas escolas? Porque é rara a escola pública que tem quadra esportiva. O que vão dizer quando souberem que não tendo quadras esportivas não identificamos talentos e não temos medalhas? E teremos feito uma grande festa para os outros. Não fizemos uma grande festa para nós. A festa será para nós se, além da festa, do circo, a gente fizer uma festa da substância, das medalhas de ouro que aqui fiquem depois que as Olimpíadas terminem.

Esses são dois pactos relacionados às Olimpíadas. Os outros pactos não estão relacionados às Olimpíadas, mas aproveitando as Olimpíadas, aproveitando essa força que o Brasil demonstrou no cenário internacional, a liderança que demonstrou o Presidente Lula, para a gente fazer um pacto, como, de certa maneira, o Senador Suplicy mencionou aqui, para que até a data das Olimpíadas não haja adulto que não saiba ler no Brasil. Até porque nós somos um dos raros países do mundo que têm na bandeira um texto escrito. Portanto, nós somos um dos raros países do mundo em que nossos adultos, muitos deles, não são capazes de reconhecer plenamente a própria bandeira.

Uma pessoa que não sabe ler pensa que verde, amarela e azul é a bandeira, mas a bandeira é verde, amarela e azul, com aquelas formas e com o lema “Ordem e Progresso”.

Imaginem, lá fora, a mídia internacional dizendo, no dia da abertura, com uma imensa bandeira do Brasil tremulando: esse país que é capaz de dar esta festa tem 14 milhões de adultos que não reconhecem a sua bandeira. Isso porque a bandeira brasileira tem um...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – (...) porque a bandeira brasileira tem um lema escrito e esse lema não é compreendido por todos.

Sete anos são mais do que suficientes, Senador João Pedro, para erradicarmos o analfabetismo no Brasil. Mais do que suficientes! Em quatro anos, se quisermos, conseguimos fazer isso. E, no primeiro ano do Governo Lula, estava-se caminhando nessa direção. Havia uma meta de quatro anos, havia um programa de mobilização social. Esse programa foi interrompido. Manteve-se o mesmo nome, “Brasil Alfabetizado”, mas se deixou de usar a meta porque se passou a acreditar que não existe meta de erradicar analfabetismo, existe apenas um processo de alfabetização que já temos desde D. Pedro II.

Vamos fazer essa meta! Por que o Presidente Lula, que foi capaz de convencer os cem delegados do mundo inteiro a votarem no Brasil, não é capaz de convencer os brasileiros a cada um alfabetizar um conhecido que não saiba ler? A dar dinheiro, se for preciso, para contratar professores no seu bairro, na sua quadra, na sua rua, no seu prédio! Por que ele não é capaz de liderar a gente nessa campanha? É mais simples do que trazer as Olimpíadas e mais permanente do que a festa das Olimpíadas.

Esse é o pacto que eu gostaria de ver o Presidente Lula liderando. E vou dizer mais: se ele não fizer, com o seu carisma e com a sua força, será difícil que outro consiga fazer esse pacto.

Outro pacto é não parar na alfabetização. Vamos fazer um pacto para que o piso salarial seja implantado neste País. O Presidente Lula sancionou o projeto. Chamemos os 11 Ministros do Supremo e digamos para eles: este País fez um pacto com 200 países do mundo. Façamos um pacto com os 11 juízes do Supremo para que eles votem finalmente essa proposta indecente de dizer que o piso salarial é inconstitucional. Eu considero indecente um Governador – e foram quatro ou cinco – pedir a inconstitucionalidade de um piso de R\$950,00 por mês, quando, na semana passada, aumentamos o teto salarial dos juízes. Por que não fazemos um pacto com os Ministros do Supremo para que finalmente se diga que este País vai pagar R\$950,00? Novecentos e cinquenta, gente! Não estou dizendo nove mil e quinhentos, que deveria ser o salário de um professor neste País. Mas R\$950,00!

Façamos um pacto pelo piso salarial. Vamos fazer com que os professores comemorem as Olimpíadas não porque ela será aqui, mas porque ela lhes trouxe algo permanente. Não apenas comemorar o circo, mas comemorar também a substância desse pacto pelo salário dos professores.

Agora, não fiquemos aí. É preciso que os professores se dediquem. É preciso que as escolas sejam bonitas. É preciso que as escolas sejam equipadas. É preciso que as escolas sejam em horário integral, porque é mentira dizer que uma coisa é escola se não for em horário integral. É falsa a escola; é uma quase escola; é semiescola. Parece escola, mas não é escola, se a criança ficar apenas poucas horas dentro dela.

Façamos um pacto. Não fizemos um pacto para realizar as Olimpíadas, um pacto de três Governos? Isto é motivo de tanto orgulho quanto ter aqui a sede, ou seja, saber que este País é maior que seus Governos; que um Presidente é capaz de conquistar, fazer esforço para trazer aqui uma sede e que ele possivelmente não estará como Presidente na época; que o seguinte vai ter que cumprir e que outro vai ter também que cumprir. Façamos isso pela educação das nossas crianças. Façamos um pacto para que não haja fila nos hospitais quando chegar 2016, data das Olimpíadas. Façamos um pacto neste País para que possamos dizer que, no Brasil, não apenas somos capazes de realizar a grande festa das Olimpíadas, mas somos capazes também de transformar o nosso País.

Imaginem se D. Pedro II tivesse trazido as Olimpíadas para cá, se naquela época elas já existissem outra vez, e aqui houvesse escravidão. Imaginem a gente fazer as Olimpíadas em um país onde houvesse escravos! É tão diferente assim hoje, quando a gente vê uma elite privilegiada e uma massa excluída rece-

bendo pão e agora recebendo circo, mas sem ter a substância da transformação nacional?

Senador João Pedro, a minha proposta, e aí encerro... Vai concluir o tempo e peço um minuto.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Terá dois... Quinze minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Vamos fazer um pacto olímpico neste País, mas olímpico não do esporte apenas; olímpico na vontade nacional, olímpico no compromisso de um, dois, três, quatro, cinco, dez governos daqui para frente levarem adiante projetos para que não tenhamos nenhuma criança fora de escola de qualidade em horário integral. Façamos um pacto para que, dentro de alguns anos, o filho do trabalhador estude na mesma escola do filho do seu patrão; o filho dos eleitos estude na mesma escola do filho dos seus eleitores; os filhos dos pobres na mesma escola dos filhos dos ricos. Esse é o pacto olímpico que precisamos fazer. Esse é o pacto olímpico que o Presidente Lula precisa fazer para coroar o seu período no Governo. Se foi capaz de trazer a sede para cá, por que não é capaz de transformar isso aqui, de fazer disso aqui a sede de uma grande transformação social? Fazer do Brasil sede não só das Olimpíadas do esporte, mas sede das olimpíadas da justiça social, sede das olimpíadas da educação de qualidade e igual para todos, sede da olimpíada de uma nação que se orgulhe não apenas de ser sede das Olimpíadas – o que é uma razão de orgulho –, mas de um país que se orgulhe do próprio país, um país onde todos saibam ler a sua bandeira, onde todos tenham oportunidades iguais, onde não haja fila nos hospitais, onde se possa andar tranquilamente nas ruas, em qualquer época do dia, do ano, com ou sem Olimpíadas.

Fica aqui a sugestão de que o Presidente Lula e nós todos que somos líderes neste País façamos um pacto, um pacto olímpico pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Ouvimos o Senador Cristovam Buarque.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Mário Couto, Flexa Ribeiro e Gerson Camata enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 combinado com o art. 210, inciso I e §2º, ambos do Regimento Interno.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Mão forte do PT racha a máquina”, publicada pelo jornal *Correio Braziliense* em sua edição de 26 de agosto de 2009.

A matéria destaca que interferências na Receita Federal são o ápice do aparelhamento que o governo está montando para favorecer a candidatura da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à sucessão do presidente Lula em 2010. Auditores preparam dossiês para mostrar a verdade do que ocorre no Fisco.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mão forte do PT racha a máquina

SETOR PÚBLICO

Interferências na Receita Federal são ápice do aparelhamento que o governo está montando para favorecer a candidatura da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, à sucessão do presidente Lula em 2010. Auditores preparam dossiês para mostrar a verdade do que ocorre no Fisco

de LUCIANO PIRES

O desmonte da cúpula da Receita Federal provocada pela peroração direta do Palácio do Planalto e do Ministério da Fazenda é apenas um entre tantos exemplos de ações políticas do partido de governo na administração pública. A mão pesada do PT já alcançou boa parte dos órgãos técnicos que dão sustentação ao Estado. Com a proximidade das eleições, o partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva prepara o terreno para adequar a máquina a um modelo de gestão contestado por especialistas, servidores e entidades ligadas ao funcionalismo.

Divergências entre ministros, presidentes ou diretores de órgãos importantes provocaram sucessivas mudanças em setores que vão da regulação à Polícia Federal, passando pela área de pesquisa e meio ambiente. "É um perigo. Pode ser que o Brasil esteja copiando a Argentina, que por conveniência ideológica partidária mexeu até nos índices de inflação", diz Marco Antônio Villa, historiador da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

O IMPACTO

R\$ 30,6 BILHÕES

Queda de arrecadação de impostos em 2009

Polêmicas que colocaram em lados opostos altos dirigentes e o governo ficaram claras ao longo dos últimos três anos na divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), na substituição do comando de órgãos como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Polícia Federal e nas indicações políticas para cargos de destaque

em estatais e agências reguladoras (leia mais na página 16).

Com as demissões no Fisco, motivadas pela fiscalização maior a grandes empresas, potenciais doadoras da campanha de reeleição da Casa Civil, Dilma Rousseff, à sucessão de Lula, o governo pode ainda ter detonado uma bomba de efeito retardado. Os servidores ligados à ex-secretária Lina Maria Vieira — que entregaram os cargos alegando ingerências políticas no órgão — têm informações preciosas sobre a Receita e os supostos desmandos praticados nos meses que antecederam a queda de Lina. "É possível que apareçam dossiês e que haja o uso indiscriminado de dados pessoais em favor deste ou daquele interesse. Acho que teremos em 2010 a campanha presidencial mais violenta da história do país", completa Villa. Na avaliação do estudioso, a máquina está sendo "azeitada" para blindar a candidatura oficial e minar qualquer investida dos adversários.

Organiza dos em uma superintendência, 21 associações e sindicatos que representam a elite do funcionalismo federal — cerca de 100 mil servidores públicos — protestaram. Em nota, o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate) advertiu que é preciso garantir autonomia institucional. "Hierarquia dos tempos absolutistas, cultivada com afinco durante os regimes ditatoriais, o nosso país infelizmente ainda não conseguiu o necessário aperfeiçoamento do regime democrático, pois mantém o poder do presidente da República e de ministros de Estado para nomear e afastar dirigentes de instituições com competência para o exercício de atividades exclusivas de Estado", reforça o documento.

O comunicado dos representantes das carreiras da Segurança Pública, Defensoria Pública, Previdenciária e do Trabalho, Tribu-

tária, Ministério Público, Advocacia Pública, Fiscalização, Finanças e Controle cobra do governo "pesos e contrapesos entre os poderes", em referência ao Fisco. "O poder absoluto dos governos dos entes federados, sem revelar claramente a sua motivação à sociedade, dá oportunidade a que razões pessoais ou interesses inconfessáveis de partidos políticos imperem em detrimento do interesse público. Não há distinção entre motivos defensáveis e interesses inapronunciáveis", justifica o comunicado.

Panos quentes

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, esquivou-se durante to-

do o dia. Apontado como um dos mentores da dança de cadeiras na Receita, preferiu não polemizar ontem. O bombeiro escalado pelo governo foi o ministro de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, que negou qualquer "rebelião". Segundo ele, a mudança de comando é natural. "Há um espírito de corpo presente no episódio, mas as coisas, a partir de hoje (ontem), estão serenadas."

A atuação da Receita daqui para a frente é uma incógnita. Pelo menos para os servidores que acompanham as turbulências de perto. "Ninguém sabe qual vai ser o foco", explica um técnico da Receita. Nos primeiros sete meses do ano, o país deixou de arrecadar R\$ 30,6 bilhões.

Lina faz alerta

Uma semana depois de confirmar, no Senado, o encontro com a ministra da Casa Civil, no qual Dilma Rousseff teria pedido que o Fisco "agilizasse" as investigações sobre a família Sarney, a ex-secretária da Receita, Lina Maria Vieira, reapareceu. Em tom conspiratório, disse ontem, por meio de nota, que as demissões no órgão indicam um "perigoso recuo no processo de fortalecimento das instituições de Estado no Brasil". Exaltando o papel do servidor, Lina chamou a atenção para a relevância dos mecanismos institucionais que garantem o funcionamento da máquina burocrática.

"As instituições de Estado —

como é o caso da Receita Federal — somente poderão exercer o seu papel constitucional se compostas por servidores que primem pela ética no serviço público, imunes a influências políticas de partidos ou de governos", escreveu a ex-secretária. De acordo com Lina, "os governos passam, o Estado fica e, com ele, os servidores públicos".

A ex-comandante do Fisco classificou como "pessoas sérias e de competência inquestionável" os antigos colaboradores e disse que o único "pecado" desses técnicos "foi o compromisso com um projeto de uma Receita independente e localizada nos grandes contribuintes". (LP)



As instituições de Estado somente poderão exercer o seu papel constitucional se compostas por servidores que primem pela ética no serviço público, imunes a influências políticas de partidos ou de governos"

Lina Maria Vieira, ex-secretária da Receita Federal

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Chefe de gabinete da Receita confirma declaração de Lina”, publicada pelo jornal Folha de S. Paulo em sua edição de 13 de agosto 2009.

A reportagem destaca que a chefe de gabinete do secretário da Receita Federal, Iraneth Dias Weiler, corroborou detalhes das declarações que a ex-secretária Lina Maria Vieira faz sobre o encontro que teria tido com a ministra Dilma Rousseff da Casa Civil. Lina Vieira afirma que nesse encontro Dilma pediu para

que fosse acelerada a auditoria nas empresas da família Sarney.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Chefe de gabinete da Receita confirma declaração de Lina

Servidora conta que ex-secretária do fisco foi chamada para reunião reservada no Planalto

Segundo Iraneth Weiler, Erenice Guerra, auxiliar da ministra, foi à sala de Lina agendar encontro no final de 2008; Dilma nega reunião

LEONARDO SOUZA
ANDRÉIA MATAIS
DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A chefe de gabinete do secretário da Receita Federal, Iraneth Dias Weiler, deu ontem depoimento à Folha em que corroborou detalhes das declarações que a ex-secretária Lina Maria Vieira faz sobre encontro que teria tido com a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil).

Em entrevista à Folha no domingo, Lina disse que, no final do ano passado, foi chamada para uma reunião reservada com Dilma no Planalto. No encontro, segundo Lina, a ministra pediu para acelerar a auditoria que, por decisão da Justiça, o fisco faz nas empresas da família de José Sarney (PMDB-AP), dirigidas pela filha mais velho do senador, Fernando.

Dilma afirma que jamais esteve a sós com Lina, que não houve reunião no Planalto e que não fez pedido nenhum. Desafiou a ex-secretária a provar o que havia dito.

Funcionária de carreira da Receita, Iraneth confirmou que Erenice Guerra, secretária executiva da Casa Civil, foi ao gabinete de Lina no final do ano passado. “Ela entrou pela porta do corredor, não passou pelas secretárias. Não foi uma coisa que constava da agenda.”

Segundo Iraneth, Lina falou com ela sobre o convite do Planalto logo após a visita de Erenice e disse “que teria um encontro reservado no Planalto”.

Até o fechamento desta edição, a Casa Civil não comentou a participação de Erenice no episódio. Anteriormente, o chefe de gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho, disse: “A Erenice me garantiu que jamais foi ter essa conversa com Lina”.

Iraneth trabalha na direção da Receita desde setembro. Continua na gestão do secretário interino Otacilio Cartaxo.

A servidora afirmou que não se lembra da data da visita de Erenice. Disse que reuniões inesperadas, embora frequentes, não são registradas na agenda oficial do órgão.

Iraneth, no entanto, se recorda de detalhes do encontro. Conta que estava com Lina no gabinete quando Erenice apareceu. Uma integrante da equipe de segurança havia avisado pelo interfone da visita.

Iraneth disse que abriu a

AS VERSÕES DE LINA E DILMA

O que dizem a ex-secretária da Receita e a ministra

O QUE DISSE LINA
Em entrevista à Folha, afirmou que Dilma pediu a ela, em um encontro a sós no fim do ano passado, que a investigação da Receita sobre empresas da família Sarney fosse acelerada.

“Fui embora e não dei retorno. Estava no processo de eleição do Senado, acho que eles não queriam problema com o Sarney.”

LINA MARIA VIEIRA, ex-secretária do fisco da Receita

O QUE DISSE DILMA
Negou ter se encontrado a sós com Lina, disse que nunca tratou sobre o assunto com ela e refutou ter tido ingerência na demissão da ex-secretária do fisco, em julho deste ano.

“Olha, eu encontrei com a secretária da Receita várias vezes, com outras pessoas junto, em grandes reuniões. Essa reunião privada a que ela se refere eu não tive.”

DILMA ROUSSEFF

porta para Erenice e deixou a sala, “como sempre faço nesse tipo de conversa”. “Eu confirmo que ela [Erenice] esteve aqui e que a secretária falou que iria ao Palácio.”

O gabinete do secretário da Receita fica no 7º andar do Ministério da Fazenda, mas está em obras desde meados do ano passado. Assim, Lina (e hoje Cartaxo) estava provisoriamente instalada no 6º andar. Um corredor dá acesso direto ao gabinete improvisado, sem que o visitante precise passar pelos recepcionistas nem pela chefe de gabinete.

Lina diz não se lembrar exatamente da data da audiência, mas que foi no final do ano passado. Na época, Sarney estava se candidatando à Presidência do Senado, cargo para o qual foi eleito em fevereiro, com a chancela do Planalto.

A Receita começou a montar uma equipe especial para tocar a auditoria nos negócios dos Sarney em outubro. Segundo Lina, semanas depois, Dilma chamou-a para conversar. Lina foi demitida em 9 de julho. A Folha apurou que a recusa dela a atender pedidos de políticos contribuiu para a sua queda.

DO QUE ELAS ESTÃO FALANDO

A discussão nas empresas da família Sarney

Na Polícia Federal
PF instaurou a Operação Fator (ex-Bai Barões) após Coaf detectar transações atípicas feitas por Fernando Sarney às vésperas da eleição de 2006, no Maranhão.

Na Justiça
Coaf tem na suspeita da PF de lavagem de dinheiro. Justiça determinou à Receita, em set.07, a investigação de empresas da família Sarney.

Na Receita
Gestor Jorge Radid
Durante a administração do ex-secretário, a fiscalização foi considerada lenta pelo juiz.

Gestor Lina
Em set.08, a Justiça pediu celeridade no trabalho. Receita montou equipe com auditores de fora do Maranhão e devolveu resultou em 17 ações fiscais.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Assessora de Dilma nega, e a de Lina confirma”, publicada pelo jornal *O Globo* em sua edição de 14 de agosto de 2009.

A matéria destaca que um dia depois de outra servidora da Receita Federal afirmar ter visto, no fim do ano passado, a secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Guerra, num encontro reservado com a então secretária da Receita Federal, Lina Vieira, a própria Erenice divulgou nota para negar a reunião. Segundo Lina Vieira, Erenice Guerra teria ido à Receita Federal para pedir que ela fosse conversar com a ministra da

Casa Civil, Dilma Roussef, onde nesse encontro Dilma teria pedido para que uma investigação contra a família Sarney fosse agilizada.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GUERRA DE VERSÕES: Secretária-executiva da Casa Civil desafia Iraneth Weiler a provar ida dela ao órgão federal

Assessora de Dilma nega, e a de Lina confirma

Funcionária de carreira da Receita disse ter visto Erenice Guerra entrar no gabinete da chefe pela porta do corredor

Editoria de Arte

Jailton de Carvalho

• BRASÍLIA. Um dia depois de outra servidora da Receita Federal afirmar ter visto, no fim do ano passado, a secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Guerra, num encontro reservado com a então secretária da Receita Federal, Lina Vieira, a própria Erenice divulgou ontem nota para negar a reunião. Segundo Lina Vieira, Erenice teria ido à Receita para pedir que ela fosse conversar com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. No encontro, Dilma teria pedido para que uma investigação contra a família Sarney fosse agilizada.

Em nota, Erenice negou ontem que tenha participado de um encontro no gabinete de trabalho de Lina Vieira no fim do ano passado. Erenice desafiou a chefe de gabinete da Receita, Iraneth Weiler, a apresentar provas da suposta reunião. Segundo a “Folha de S. Paulo”, Iraneth disse ter visto Erenice chegar para uma reunião com Lina Vieira no gabinete da ex-secretária, no fim do ano passado. Depois do encontro, Lina Vieira teria comentado com Iraneth que fora chamada para uma audiência com a ministra Dilma Rousseff na Casa Civil.

Erenice diz ter ido à Receita, mas com Mantega

“A secretária-executiva da Casa Civil da Presidência da República, Erenice Guerra, afirma que jamais esteve no gabinete de trabalho da ex-secretária da Receita Federal do Brasil Lina Vieira”, diz nota divulgada pela assessoria de imprensa da Casa Civil.

Erenice afirma ainda que a

Declarções conflitantes

1 LINA VIEIRA:

09 AGO 09

“A chefe de gabinete dela, a Erenice, foi até a Receita e disse que a ministra queria conversar comigo. Eu perguntei do que se tratava, e Erenice disse que não sabia. Foi uma conversa muito rápida, não durou dez minutos. Falamos sobre algumas amenidades e, então, ela (Dilma) me perguntou se eu podia agilizar a fiscalização do filho de Sarney. Eu disse que não sabia da auditoria e que ia verificar”, disse em entrevista à “Folha de S. Paulo”.

(Entendo que o recado era) “Para encerrar a fiscalização). Estava no processo de eleição do Senado, acho que não queriam problema com Sarney.”

“No final de 2008 (data do encontro). Me lembro que foi após a determinação judicial para reforçar a fiscalização. Pedi para minha secretária procurar nas minhas agendas, mas minhas coisas estão empacotadas.”

2 DILMA ROUSSEFF:

10 AGO 09

“Eu não fiz esse pedido. Eu encontrei com a secretária da Receita várias vezes, com outras pessoas junto, em grandes reuniões. Essa reunião privada a que ela se refere... eu não tive com ela.”

3 LULA:

10 AGO 09

“Eu não acredito. Quem construiu esta fantasia, essa estória, em algum momento vai ter de dizer que foi um ledo engano.”

4 LINA VIEIRA:

10 AGO 09

“Ela sabe que eu estive lá e sabe que falou comigo. A Erenice (Guerra, secretária-executiva da Casa Civil) também, porque estive no meu gabinete para marcar. Não custava nada ela ter dito a verdade. Qual a dificuldade? Na minha biografia não existe mentira.”

5 LINA VIEIRA:

11 AGO 09

“Não vejo nada de mais (no fato de) uma ministra querer saber o andamento de uma investigação.”

“Ela (Erenice) não me antecipou o assunto. Estive com Dilma no seu gabinete e ela me pediu que agilizasse as investigações, mas não pediu nada além disso.”

6 DILMA ROUSSEFF:

11 AGO 09

“Há coisas que a gente não afirma, a gente prova.”

7 IRANETH DIAS WELLER:

ONTEM

“Chefe de gabinete de Lina Vieira na Secretaria da Receita Federal, na ‘Folha de S. Paulo’.”

“Ela (Erenice) entrou pela porta do corredor, não passou pelas secretárias. Não foi uma coisa que constava da agenda.”

“Eu confirmo que ela (Erenice) esteve aqui e que a secretária falou que iria ao Palácio.”

8 ERENICE GUERRA:

ONTEM

Em nota da Casa Civil: A secretária-executiva da Casa Civil da Presidência da República, Erenice Guerra,

afirma que jamais esteve no gabinete de trabalho da ex-secretária da Receita Federal do Brasil, Lina Vieira.

única vez que esteve na Receita Federal foi no dia 19 de maio deste ano, mas que em nenhum momento ficou a sós com Lina Vieira. Na sala estavam presentes o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e outros assessores da Receita. Segundo Erenice, Iraneth “está equivocada” sobre a data da visita dela à Receita. “Para que o assunto seja definitivamente

esclarecido, se faz necessário que a sra. Iraneth informe exatamente data e hora em que supostamente viu a secretária-executiva na Receita Federal, de forma que seja possível o restabelecimento da verdade”, cobrou Erenice.

Erenice reafirmou ainda que “jamais convocou a ex-secretária da Receita para qualquer reunião na Casa Civil”. A

primeira acusação contra Dilma e Erenice partiu de Lina Vieira. Ela disse que fora chamada por Erenice para um encontro reservado com Dilma, na Casa Civil. No encontro, a ministra teria pedido agilidade na auditoria nos negócios da família Sarney. O pedido teria sido interpretado como um sinal para abreviar a investigação e diminuir a pres-

são do Flisco sobre o filho do presidente do Senado. Lina Vieira não apresentou provas do encontro ou do diálogo com a ministra.

Mas, num novo capítulo do embate, Iraneth, funcionária de carreira da Receita, endossou a versão da ex-chefe e disse que, de fato, viu Erenice no gabinete de Lina. “Ela (Erenice) entrou pela porta do cor-

redor, não passou pelas secretárias. Não foi uma coisa que constava da agenda”, disse Iraneth. “Eu confirmo que ela esteve aqui e que a secretária falou que iria ao Palácio”, acrescentou a chefe de gabinete. Na mesma entrevista, Iraneth disse até que abriu a porta do gabinete de Lina para Erenice entrar e, logo em seguida, saiu da sala. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “New York Times’ notícia censura contra ‘Estado’”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 01 de setembro de 2009.

A matéria destaca que como nos tempos da ditadura militar, a censura ao Estado é de novo tema de reportagem do jornal *The New York Times*. Nos anos 60 e 70, o diário norte-americano abordou as restrições impostas à liberdade de imprensa no Brasil. Na edição de ontem, o que ganhou destaque foi o veto judicial à circulação de determinadas informações.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘ESTADO’ SOB CENSURA HÁ 32 DIAS

Liminar do Tribunal de Justiça do DF em ação movida por Fernando Sarney proíbe o jornal de publicar dados sobre a investigação da PF acerca de negócios do empresário, evitando assim que o ‘Estado’ divulgue reportagens já apuradas sobre o caso

‘New York Times’ noticia censura contra ‘Estado’

Sentença é ‘amplamente vista como retrocesso’, registra diário, que relatou restrições nos anos 60 e 70

Daniel Brannath

Como nos tempos da ditadura militar, a censura ao Estado é de novo tema de reportagem do jornal *The New York Times*. Nos anos 60 e 70, o diário norte-americano abordou as restrições impostas à liberdade de imprensa no Brasil. Na edição de ontem, o que ganhou destaque foi o veto judicial à circulação de determinadas informações.

O texto faz um relato sobre a proibição de reportagens relacionadas a investigação da Polícia Federal sobre o empresário Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). A medida foi tomada pelo desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Está em vigor desde o dia 31 de julho.

Segundo o NYT, a determinação judicial foi “amplamente vista como um retrocesso depois de importantes avanços na remoção de restrições a uma imprensa livre” – referência à derubada, pelo Supremo Tribunal Federal, da Lei de Imprensa herdada da regime militar.

A reportagem pôde o medida que atingiu o Estado no contexto de outras ameaças à liberdade

de imprensa na América Latina, que partem principalmente de governantes. Exemplo mais destacado é o da Venezuela.

“Além do Brasil, o caso Sarney deu relevância a preocupações por toda a América Latina de que, apesar de uma década definida pela ascensão de líderes populistas que prometeram ajudar os oprimidos, muitos juízes continuam a se curvar nos caprichos dos poderosos ao censurar jornalistas”, aponta o texto escrito pelo correspondente Alexei Barriónuevo.

“Para a família de José Sarney, a ocorrência diária de reportagens sobre nepotismo e corrupção envolvendo seu nome não dava para aguentar”, diz Barriónuevo, ao descrever a ofensiva de Fernando Sarney para bloquear as reportagens. A investigação da PF incluiu a gravação de conversas telefônicas de Fernando com o pai.

Ouvido pelo NYT, o diretor de Conteúdo do Grupo Estado, Ricardo Gandour, declarou: “As gravações mostram um senador, com seu filho e parentes próximos, negociando empregos e benefícios como se o Senado fosse uma empresa privada de propriedade da família”.

MILITARES

“Um coronel do Exército brasileiro observou as primeiras milhares de cópias da edição dominical do jornal *O Estado de S. Paulo* saírem das impressoras. Então ordenou a parada das máquinas e confiscou a edição.” Assim começava reportagem do NYT, em 25 de setembro de 1969, sobre a ação de censores em jornais de São Paulo e do Rio.

Em 1973, o diário americano voltava a abordar, de forma parecida, o mesmo drama. “Todas as noites, por volta das 23h, um censor da Polícia Federal brasileira vai à Redação de *O Estado de S. Paulo*, o jornal mais influente do País, lê todas as provas e corta qualquer material que trate de assuntos tabu ou que pareçam ‘inconvenientes’.”

No fim de 1974 e início de 1975, o Estado, que completava 100 anos, foi tema de nova reportagem e de editorial no NYT. “Quase solitário entre os jornais brasileiros, o Estado firmemente se recusa a praticar autocensura, preferindo demonstrar sua independência ao imprimir colunas de poesia nos espaços em branco deixados pelas atribuladas tesouras dos agentes do governo”, dizia o editorial. ■

CRONOLOGIA DO CASO

● 31 de julho

O desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, informa o Estado da proibição de publicar informações sobre operação da Polícia Federal, envolvendo o empresário Fernando Sarney, filho do senador José Sarney

● 3 de agosto

O líder Arthur Virgíno (PSDB) pede ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que abra sindicância contra Vieira. Para ministros do STF, juristas, advogados e promotores, Vieira contrariou a Constituição e violou a liberdade de imprensa

● 13 de agosto

O desembargador Waldir Leão Cordêiro, da 2ª Câmara Cível do TJ, mantém censura ao jornal ao não acolher pedido de liminar no mandado de segurança. Cordêiro deixa para deliberar após receber dados de Vieira e da procuradoria

● 14 de agosto

O desembargador Dácio Vieira conclui que é competente para julgar o processo. Caso segue para Conselho Especial do TJ. Ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, critica censura ao Estado. Entidades continuam a repudiar a censura

● 17 de agosto

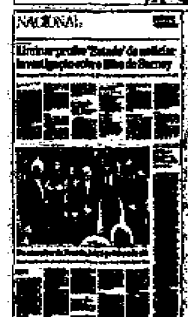
Mendes cobra decisão rápida sobre o caso. O advogado Manuel Alceu ingressa no TJ-DF com um novo recurso. Por meio de embargos de declaração, ele requer ao desembargador Lopes Júnior que esclareça pontos de sua decisão

● 21 de agosto

Estado ingressa com nova exceção de suspensão do desembargador Dácio Vieira. A base do recurso é extraída da própria decisão de Vieira, quando ele ignorou um primeiro pedido para que se declarasse suspeito no caso

● 23 de agosto

A Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), alarmada com o número de atentados à liberdade de imprensa na América Latina convoca 14 entidades para debater o problema no Fórum de Emergência sobre Liberdade de Expressão



● 1º de agosto
A Associação Nacional de Jornais (ANJ), outras entidades, senadores e o ex-ministro do STF Carlos Velloso criticam decisão. Jornal revela que Vieira, ex-consulitor do Senado, é do círculo dos Sarneys e do ex-diretor Agaciel Maia

● 5 de agosto

O advogado Manuel Alceu Afonso Ferreira pede que o desembargador se declare suspeito para tomar decisões no processo. A exceção de suspensão é protocolada no próprio Tribunal de Justiça do DF

● 10 de agosto

Associação Mundial de Jornais (WAN) e Fórum Mundial de Editores (WFEF), que representam 38 mil publicações, 15 mil sites e mais de 3 mil empresas em mais de 120 países, enviam carta a Lula e a Gilmar Mendes (STF) criticando censura

● 12 de agosto

Estado entra com mandado de segurança. O recurso tem o objetivo de garantir o reconhecimento de direito líquido e certo, incontestável, que está sendo violado ou ameaçado por ato ilegal ou inconstitucional de uma autoridade

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reforma do FMI, o Fundo Monetário Internacional, e do Banco Mundial, para dar maior poder de voto e aumentar a influência dos países em desenvolvimento, deverá ser um dos temas dominantes da reunião de cúpula do G-20, a terceira a ser realizada nos últimos 10 meses, desta vez em Pittsburgh, no Estado norte-americano da Pensilvânia, dias 24 e 25 próximos.

Na reunião preparatória, que teve Londres como sede, com a presença de ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais das 20 maiores economias do mundo, o Brasil, juntamente com outros países, renovou sua pressão pela reforma. O êxito neste início de batalha pode ser avaliado pelo comunicado final. Ele enfatiza que “a voz e a representação das economias emergentes e em desenvolvimento, incluindo as mais pobres, têm que ser aumentadas significativamente, para refletir as mudanças na economia mundial”.

O reconhecimento de que as reformas merecem prioridade é plenamente justificável. O mundo mudou muito, desde que os acordos de Bretton Woods, firmados em 1944, estabeleceram as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países, preparando-se para reconstruir o sistema capitalista no período final da Segunda Guerra Mundial. Esses acordos permitiram regular a política econômica internacional, criando o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, organizações que se tornaram operacionais em 1946.

Desde então, as regras de relacionamento internacional e as instituições que surgiram para fiscalizá-las passaram por inúmeras alterações. Pode-se dizer que, dos acordos resultantes da conferência em Bretton Woods, os únicos sobreviventes são o FMI e o Banco Mundial. Não existem planos para um novo arranjo monetário internacional – o que é surpreendente, tendo em vista a fragilidade demonstrada pelo sistema financeiro durante a crise econômica que ainda atravessamos –, mas há consenso em torno da necessidade de mudanças naqueles dois organismos.

Os países desenvolvidos parecem finalmente ter acordado para a necessidade de levar em conta o peso crescente de economias como as do Brasil, Rússia, Índia e China, entre outros, que não condiz com o atual sistema de votos dentro do FMI e no Banco Mundial. Como assinalou Paulo Nogueira Batista Júnior, diretor-executivo que representa no Fundo Monetário o Brasil e mais 8 países latino-americanos, os países ricos têm uma representação desproporcional em matéria de cotas. A Bélgica tem maior poder de voto que o Brasil. A Holanda, maior poder de voto que a Austrália. A Áus-

tria, mais que a África do Sul. A Dinamarca supera a Turquia. A Itália dispõe de poder maior que a Itália. E o Reino Unido supera a China. Em conjunto, os ricos detêm 60 por cento do voto, tanto no FMI quanto no Banco Mundial, contra 40 por cento dos emergentes e em desenvolvimento.

O problema, nessa luta para corrigir distorções, é que os Estados Unidos, embora concordem com a reforma, acreditam que ela deve ser feita com o repasse de parte dos votos europeus aos emergentes. A proposta norte-americana é de um corte de 5 por cento nos votos dos países ricos, ou seja, de nações européias, como Suíça e Holanda. Os emergentes, contudo, reivindicam uma redução de 7 por cento, o que os colocaria em condições de igualdade com os países desenvolvidos, aumentando seus votos de 43 por cento para 50 por cento.

Embora exista, entre os europeus, uma inegável relutância a ambas as propostas, um fato é inconteste: não há como adiar as mudanças, necessárias para que o FMI reflita a realidade do século 21 e possa continuar a exercer influência no sistema monetário internacional.

Reformas parciais não terão o poder de adequá-lo às transformações que o mundo enfrentou desde o fim do último grande conflito bélico mundial, como ficou provado com a tímida reforma de 2008, que resultou em uma perda de poder de apenas 2,3 por cento dos países ricos em favor dos emergentes. Este parece ser um consenso que exclui poucos dos integrantes do G-20. Como disse o presidente do Banco Central brasileiro, Henrique Meirelles, não há mais dúvidas de que a reforma vai ocorrer, e o processo estará concluído em janeiro de 2011.

Cabe ao governo brasileiro, na cúpula de Pittsburgh, persistir em seus esforços, com a adesão de outros emergentes, para que não prevaleça um modelo de participação que apenas amenize desigualdades. Em abril deste ano, em discurso ao comitê diretor do Fundo, o secretário do Tesouro norte-americano, Timothy Geithner, reconheceu que “ajustes menores, pelas beiradas, são inadequados para um FMI do século 21”. É uma constatação realista, com a qual concordam os chamados Brics, Brasil, Rússia, Índia e China. Durante a reunião em Londres, os 4 países dirigiram um apelo ao G-20 para que acelere a reforma das instituições financeiras.

Na opinião dos Brics, instituições financeiras multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, devem ser fortalecidas, para que ganhem a capacidade de enfrentar a crise com melhores instrumentos e maiores recursos. O ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, anunciou que o quarteto aportará 80 bilhões

de dólares em uma nova modalidade de bônus emitida pelo FMI. Reivindica, entretanto, a redistribuição de cotas, para que os emergentes possam ter uma participação mais ativa.

Os tempos mudaram, e o sistema financeiro necessita de reformas. Não há melhor oportunidade que a proporcionada por uma crise de dimensões mundiais para que essas mudanças sejam profundas. É uma garantia a mais de que não teremos uma repetição dos erros que levaram à situação atual.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Nada mais havendo a tratar, a Mesa vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 464, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14 de 2009, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e altera as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.001, de 13 de março de 1990 (proveniente da Medida Provisória nº 464, de 2009).*

(Lido no Senado Federal no dia 16.09.2009) Relator revisor: Senador Osmar Dias (Sobrestando a pauta a partir de: 10.08.2009) Prazo final prorrogado: 23.10.2009

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 465, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2009, que *autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; altera as Leis nºs 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.948, de 16 de junho de 2009,*

9.818, de 23 de agosto de 1999, e 6.704, de 26 de outubro de 1979; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 462, de 14 de maio de 2009, e do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 465, de 2009).

(Lido no Senado Federal no dia 16.09.2009) Relator revisor: Senador João Pedro (Sobrestando a pauta a partir de: 30.08.2009) Prazo final prorrogado: 12.11.2009

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 467, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 467, de 2009, que *autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento nas alíneas “d” e “h” do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências (prorrogação de contrato por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público).*

(Lida no Senado Federal no dia 05.10.2009) Relator revisor: Senador Papaléo Paes (Sobrestando a pauta a partir de: 17.09.2009) Prazo final prorrogado: 30.11.2009

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social).*

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional*.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior*.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos*.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude)*.

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Quinta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos*.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.*

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (no 4.594/94, na Casa de origem, do então Deputado Paulo Paim), que *dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe redado Sistema Único de Saúde - SUS.*

Pareceres sob nºs 12, de 2003; e 1.428, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, 1º pronunciamento: Relator ad hoc: Senador Tião Viana, favorável; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos dos Requerimentos nºs 241, de 2003): Relator: Senador Expedito

Júnior, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.*

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2006 (nº 4.924/2005, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos).*

Parecer favorável, sob nº 576, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.*

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presiden-

te da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.*

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.*

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.*

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea "o" do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da Repú-*

blica e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa).

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).*

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001,

na Casa de origem, do Deputado Osmar Seraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento)*.

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Neuto de Conto.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 1.199, de 2008-Plen, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008-Complementar (nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 953 e 954, das Comissões

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessa-renko; e

-de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços)*.

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shessa-renko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

-da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social*.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 154, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246/2007, na Casa de origem, do Deputado Márcio França), que *altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.*

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1999 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira),

que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruscimanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 484, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2009 (nº 407/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 9 de junho de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 1.565, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Roberto Cavalcanti.

39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 497, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 497, de 2009 (nº 1.106/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para a Cooperação em Matéria de Combate à Fabricação e ao Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e Outros Materiais Correlatos, celebrado em Assunção, em 23 de novembro de 2006.*

Parecer favorável, sob nº 1.566, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado de Oliveira.

40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2009 (nº 790/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, celebrado em Brasília, em 16 de maio de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.567, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Flávio Torres.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006
(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.*

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator "ad hoc": Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que*

restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob n°s 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda n° 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1° da Lei Complementar n° 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.* Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf> Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Pareceres sob n°s 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1° pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda n° 1-CCJ, que apresenta; 2° pronunciamento (sobre a Emenda n° 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer n° 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei no 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob n° 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 183, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *altera a Lei n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.*

Parecer sob n° 1.388, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda n° 1-CDR, que oferece.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7° da Lei n° 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990.*

49

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 320, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que *altera a Lei n° 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.*

50

REQUERIMENTO N° 527, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2°, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento n° 527, de 2009, do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de aplauso ao Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, pela festa realizada na Esplanada dos Ministérios no dia 21 de abril.*

Parecer favorável, sob n° 1.484, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

51

REQUERIMENTO Nº 545, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 545, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de repúdio à tentativa de intimidação contra o Secretário-Geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas, jornalista Cristóvão Nonato, no dia 08 de maio de 2009, em Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 1.485, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

52

REQUERIMENTO Nº 1.093, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.093, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (prorrogação da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante).*

53

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, *solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).*

54

REQUERIMENTO Nº 1.102, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.102, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 199, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (porte de arma de fogo)*

55

REQUERIMENTO Nº 1.112, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.112, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos*

Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2006, e 63, de 2007, por regularem a mesma matéria (concede benefício no imposto de renda para empresas).

56

REQUERIMENTO Nº 1.149, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.149, de 2009, do Senador Tião Viana, *solicitando o desapensamento da Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2006, dos Projetos de Lei do Senado nºs 184, de 2004, e 258, de 2006, a fim de que tenha tramitação autônoma (Código Brasileiro de Aeronáutica).*

57

REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.157, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública).*

58

REQUERIMENTO Nº 1.158, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.158, de 2009, do Senador Jefferson Praia, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (propaganda de bebidas alcoólicas, alimentos, produtos fumíferos, medicamentos, terapias e defensivos).*

59

REQUERIMENTO Nº 1.159, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.159, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2008, com o de nº 202, de 2008, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 19 e 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103*

e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 253 e 280, de 2008, por regularem a mesma matéria (mudanças na Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro).

60

REQUERIMENTO Nº 1.198, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.198, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (proíbe concurso público para cadastro de reserva).

61

REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.217, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 49, de 2003; e 86, de 2004, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; e 558, de 2007; e a tramitação conjunta, dividida em dois blocos, por afinidade, das seguintes matérias: - Projetos de Lei do Senado nºs 410, de 2003; e 224, de 2004 (gratuidade no transporte coletivo para idosos); e - Projetos de Lei do Senado nºs 249, de 2004; e 135, de 2008 (isenções fiscais para doações a instituições filantrópicas e pensão alimentícia).

62

REQUERIMENTO Nº 1.234, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.234, de 2009, do Senador Tião Viana, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2007, dos Projetos de Lei do Senado nºs 221 e 268, de 2006, a fim de que tenha tramitação autônoma (amazônia legal).

63

REQUERIMENTO Nº 1.236, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.236, de 2009, do Senador Gilberto Goellner, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de

distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

64

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

65

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

66

REQUERIMENTO Nº 1.263, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.263, de 2009, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal).

67

REQUERIMENTO Nº 1.270, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.270, de 2009, do Senador Osvaldo Sobrinho, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 264, de 2006; e 132, de 2009, a fim de que tenham tramitação autônoma (dispõem sobre novas hipóteses de tipificação penal do esbulho possessório).

68

REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja apresentado voto de censura e

repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

69

REQUERIMENTO Nº 1.299, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.299, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 711, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (torna obrigatório o uso de dispositivo de rastreamento por satélite nos veículos automotores destinados ao transporte coletivo interestadual).*

70

REQUERIMENTO Nº 1.300, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.300, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2008; e o Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (define os crimes de responsabilidade e estabele as respectivas normas de processo e julgamento).*

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/ PT – AM) – Nada mais havendo a tratar, a Mesa vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/ PT – AM) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 08 minutos.)

SENADO FEDERAL

ATA DA 174ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE OUTUBRO DE 2009

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 153, de 3 de outubro de 2009)

RETIFICAÇÃO

Republique-se na íntegra a Mensagem nº 199, de 2009, lida no expediente da sessão do dia 2-10-2009, por omissão gráfica das páginas 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21 e 23, (páginas 49212 a 49224).

MENSAGEM Nº 199, DE 2009

Mensagem nº 790, de 2009.

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminho a Vossas Excelências a Programação Monetária, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Banco Central do Brasil, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa.

Brasília, 1º de outubro de 2009.



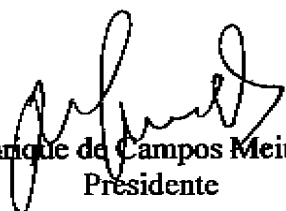
EM 028/2009-BCB

Brasília, 28 de setembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho à consideração Vossa Excelência, de acordo com o que estabelece o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a anexa Programação Monetária para o 4º trimestre de 2009, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 24 de setembro de 2009, para que seja enviada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Respeitosamente,



Henrique de Campos Meirelles
Presidente

Presidência da República CODIN/PROTOCOLO
29 SET 2009
Hora: 16 10
Func: 164-0000

Recebido na SUPAR
às 18 h 09 min
do dia 29/09/09
por: Adilson

Diretoria Colegiada
Departamento Econômico – DEPEC

**Programação
Monetária
2009**

Setembro – 2009

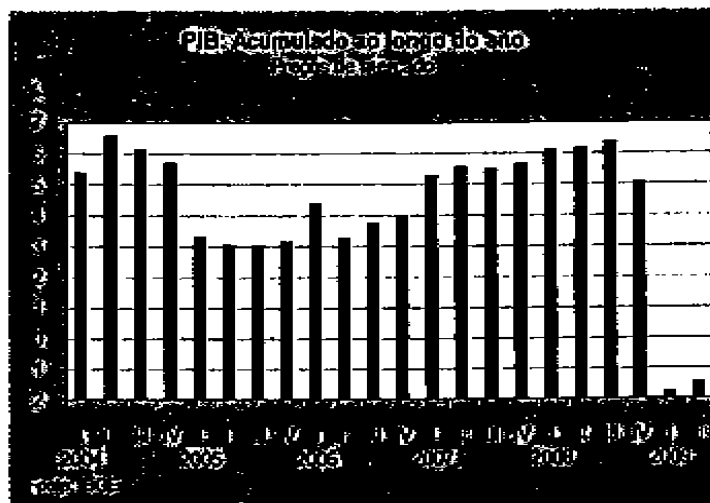


BANCO CENTRAL DO BRASIL

Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009

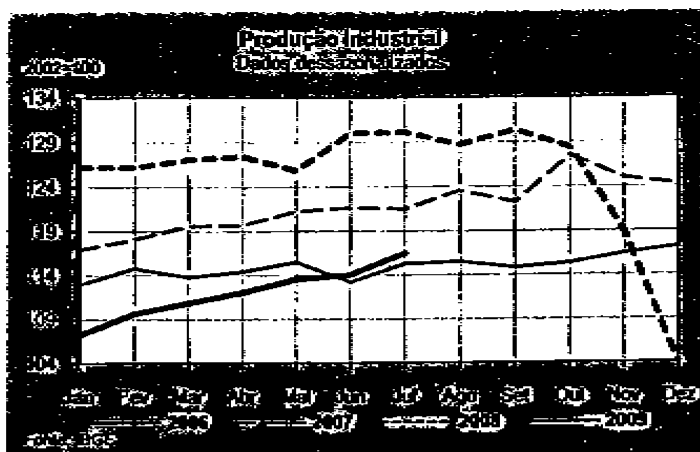
A. A economia brasileira no segundo trimestre de 2009

1. O PIB, ratificando as perspectivas de recuperação do nível de atividade sinalizadas por indicadores setoriais antecedentes, cresceu 1,9% no trimestre encerrado em junho, em relação ao finalizado em março, revertendo a trajetória declinante iniciada após o agravamento da crise internacional. A recuperação do PIB, na margem, considerada a ótica da produção, refletiu as expansões observadas na indústria, 2,1%, e no setor de serviços, 1,2%, que haviam registrado variações

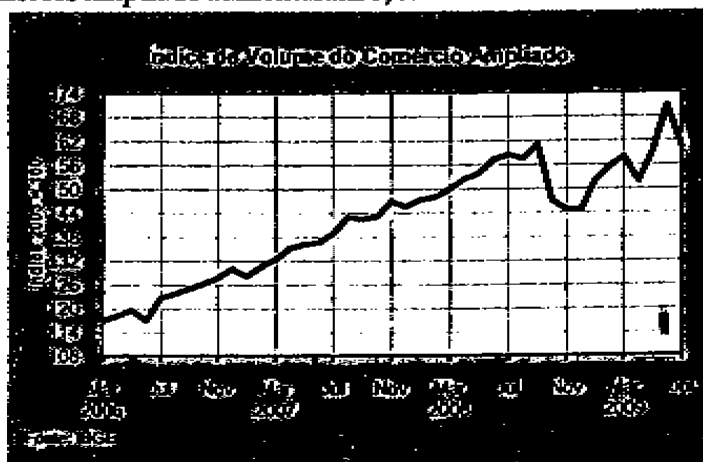


respectivas de -3,2% e 0,6%, no trimestre finalizado em março, contrastando com o recuo de 0,1% assinalado na agropecuária, que havia registrado retração de 1,4% no trimestre encerrado em março. O exame da evolução do PIB segundo os componentes da demanda registra a ocorrência de aumento de 2,1% no consumo das famílias, estabilidade na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), e redução de 0,1% no consumo do governo, enquanto no âmbito da demanda externa ocorreram elevações de 14,1% nas exportações e de 1,5% nas importações. O PIB registrou retração de 1,2% no segundo trimestre de 2009, em relação a igual período de 2008. Sob a ótica da oferta, este resultado refletiu recuos respectivos de 4,2% e 7,9% na agropecuária e na indústria, e crescimento de 2,4% no setor de serviços. O exame da evolução interanual do PIB sob o ângulo da demanda enfatiza a contribuição negativa de 1,9 p.p. proporcionada pela evolução da demanda interna, resultante do impacto mais acentuado da retração de 17% experimentada pela FBCF, em relação ao derivado dos aumentos observados no consumo das famílias, 3,2%, e do governo, 2,2%. O setor externo, refletindo os recuos registrados nas exportações, 11,4%, e nas importações, 16,5%, exerceu contribuição de 0,7 p.p., no período.

2. A produção industrial cresceu 3,5% no trimestre finalizado em julho, em relação ao encerrado em abril, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF), realizada pelo IBGE. O desempenho favorável do segmento traduziu os crescimentos observados nas indústrias de transformação, 2,7%, e extrativa, 3,7%, este evidenciando, em cenário de retomada da demanda por *commodities* minerais, o aumento trimestral de 32,8% registrado na extração de minérios ferrosos. A evolução da indústria de transformação refletiu a ocorrência de aumentos generalizados em todas as categorias de uso, com ênfase no crescimento de 3,7% registrado pela produção de bens intermediários, enquanto as relativas a bens de capital e a bens de consumo experimentaram expansões respectivas de 2,8% e 2%, no trimestre.

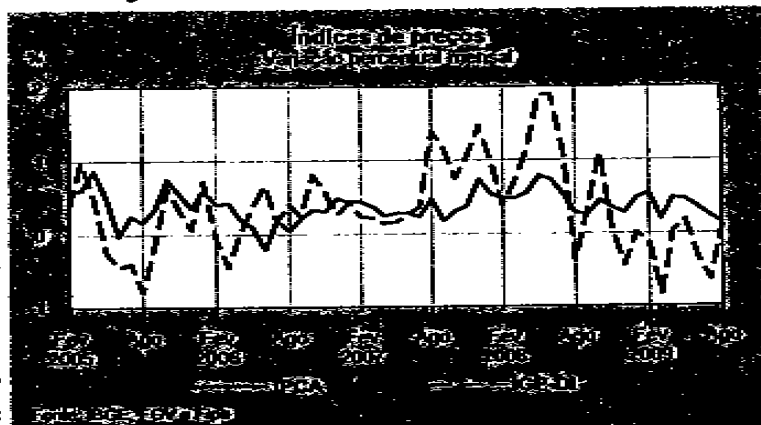


3. As vendas do comércio ampliado aumentaram 6,4% no trimestre encerrado em julho, em relação ao finalizado em abril, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vale mencionar que as vendas varejistas registraram aumento generalizado em todos os setores considerados na pesquisa, com ênfase nos relativos a automóveis, motocicletas, partes e peças, 12,7%; outros artigos de uso pessoal e doméstico, 3,2%; e equipamentos e material para escritório, informática e comunicação, 2,6%. Considerada a mesma base de comparação, as vendas do comércio varejista, conceito que exclui os segmentos veículos e motos, partes e peças e de material de construção, elevaram-se 1,5%, ressaltando-se as expansões assinaladas no Nordeste, 3,3%; e Sul, 2%; enquanto nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte observaram-se variações trimestrais de 0,5%, 0,2% e -0,5%.



4. A inflação seguiu em trajetória declinante no trimestre encerrado em

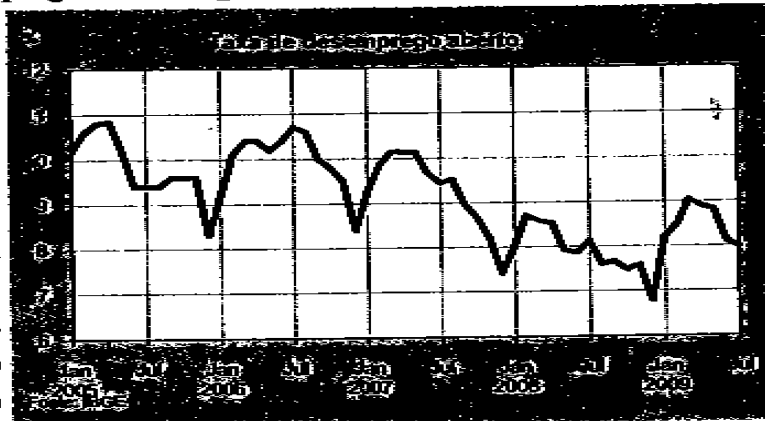
agosto, registrando-se, a exemplo do observado no período finalizado em maio, desaceleração trimestral nos preços ao consumidor, com ênfase no arrefecimento experimentado nos grupos alimentação e vestuário, e, evidenciando a continuidade da retração dos preços industriais e dos preços agrícolas no atacado, variação negativa mais intensa nos índices gerais. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade



Interna (IGP-DI) recuou 0,87% no trimestre encerrado em agosto, ante retração de 0,62% naquele finalizado em maio, evolução decorrente de reduções generalizadas nas variações trimestrais dos preços relacionados ao atacado, ao consumidor e à construção. O IPCA registrou aumento de 0,75% no trimestre encerrado em agosto, ante 1,15% naquele finalizado em maio, reflexo de arrefecimento na variação dos preços livres e de estabilidade na relativa aos monitorados, responsáveis, na ordem, por 0,47 p.p. e 0,28 p.p. da variação do indicador. Os preços livres cresceram 0,66%, ante 1,24% no trimestre encerrado em maio, resultado de desacelerações respectivas de 0,28 p.p. e 0,92 p.p. nas variações dos preços dos bens e serviços não comercializáveis e daqueles comercializáveis, que aumentaram, na ordem, 0,75% e 0,55%, no período.

5. A taxa de desemprego média registrada nas seis regiões metropolitanas

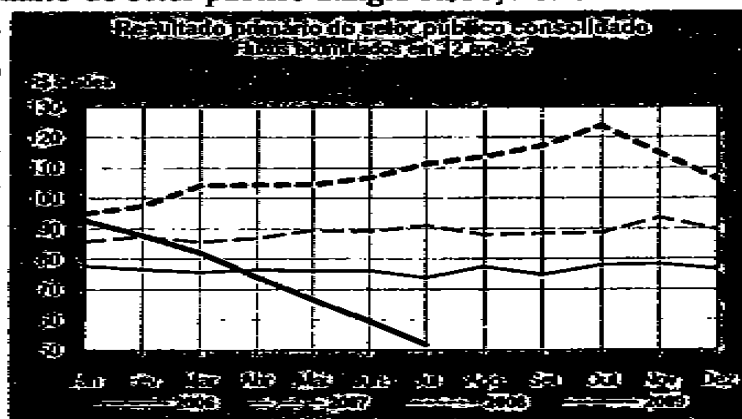
abrangidas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, atingiu 8,3% no trimestre terminado em julho, ante 8,8% naquele finalizado em abril e 8% em igual período de 2008. A PME registrou, ainda, movimento de aceleração da ocupação, expresso no crescimento de 0,4% observado no número de ocupados no trimestre encerrado em julho, em relação a igual período de 2008, ante expansão de 0,1%,



no mesmo tipo de comparação, no trimestre encerrado em junho. Em julho, o número de ocupados cresceu 1,1% em relação a igual mês do ano anterior, maior alta desde fevereiro. Reforçando o movimento de superação da crise, foram gerados 419 mil empregos no trimestre finalizado em julho, ante 247 mil no período correspondente de 2008. A recuperação do emprego formal é ratificada pelas estatísticas do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que identificaram

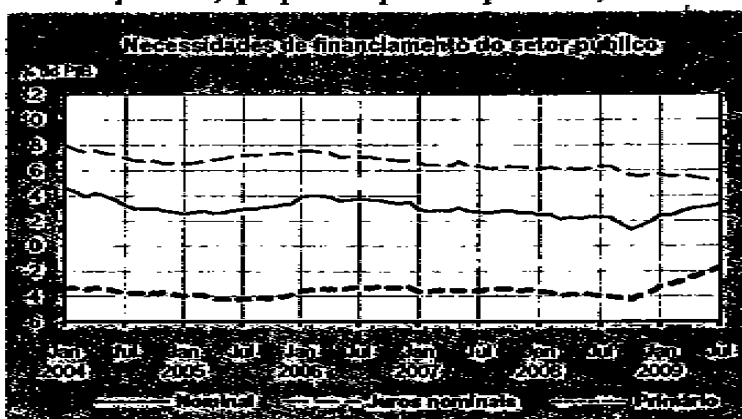
a criação de 389,5 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em julho – dos quais 138,4 mil neste mês, ante 150,2 mil no trimestre finalizado em abril e 715,6 mil em igual período de 2008. O nível de emprego formal aumentou 2,4% nos sete primeiros meses do ano, em relação a igual período do ano anterior, com ênfase nos crescimentos observados nos segmentos construção civil, 6,7%; serviços, 4,3%; e comércio, 4,1%, contrastando com o recuo de 2,1% registrado na indústria de transformação.

6. O superávit primário do setor público atingiu R\$38,4 bilhões nos sete primeiros meses do ano, equivalente a 2,25% do PIB, ante 5,63% do PIB em igual período de 2008. Esta substancial retração refletiu a ocorrência de resultados menos favoráveis em todas as esferas do setor público, com ênfase na retração de 2,83 p.p. do PIB observada no superávit do Governo Central. Vale mencionar que esta redução refletiu tanto o recuo, de 2,63 p.p. do PIB, assinalado no superávit do



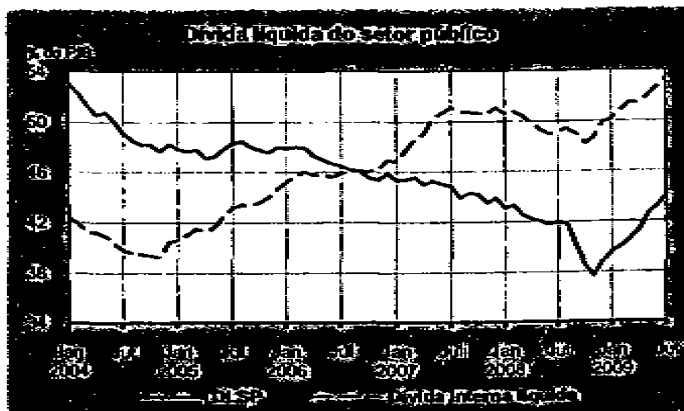
Governo Federal, resultante da combinação de aumento de despesas e redução de receitas do Tesouro Nacional, quanto o aumento, de 0,19 p.p. do PIB, registrado no déficit da Previdência Social, este evidenciando o impacto mais acentuado do aumento das despesas com benefícios previdenciários, em relação ao proporcionado pelo crescimento das receitas líquidas da Previdência.

7. Os juros nominais do setor público, apropriados por competência, totalizaram R\$95,1 bilhões nos sete primeiros meses do ano. A redução de 0,98 p.p. do PIB registrada em relação a igual período do ano anterior esteve relacionada, em especial, à reversão do resultado desfavorável das operações de *swap* cambial, e de forma menos intensa, ao impacto do recente ciclo de flexibilização da política monetária, que deverá passar a exercer efeitos mais acentuados nos próximos meses. O déficit nominal do setor público passou de R\$15,1 bilhões, nos primeiros sete meses de 2008, para R\$56,7 bilhões, em igual período de 2009, aumento equivalente a 2,4 p.p. do PIB. O financiamento desse resultado ocorreu com expansão da dívida mobiliária, parcialmente compensada pela retração da dívida bancária líquida; do financiamento externo líquido; e das demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária.



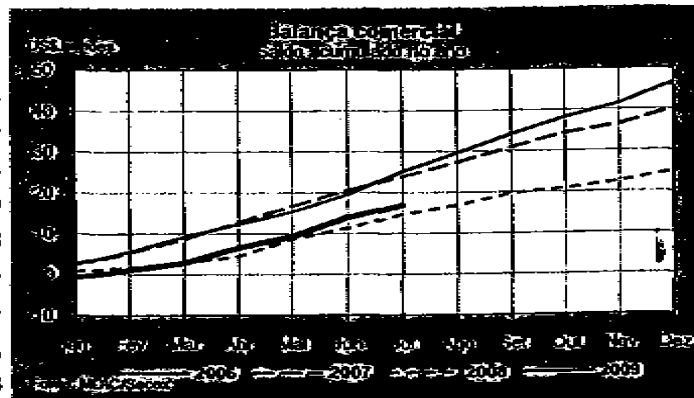
O déficit nominal do setor público passou de R\$15,1 bilhões, nos primeiros sete meses de 2008, para R\$56,7 bilhões, em igual período de 2009, aumento equivalente a 2,4 p.p. do PIB. O financiamento desse resultado ocorreu com expansão da dívida mobiliária, parcialmente compensada pela retração da dívida bancária líquida; do financiamento externo líquido; e das demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária.

8. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) totalizou R\$1.283,4 bilhões em julho, representando 44,1% do PIB e elevando-se 5,2 p.p. do PIB em relação ao final de 2008. O aumento da relação, concentrado na esfera do Governo Central, evidenciou o impacto expansionista mais acentuado da apropriação de juros nominais, 3,3 p.p. do PIB; dos efeitos da apreciação cambial observada no período, 2,1 p.p.; da redução do PIB valorizado, 0,8 p.p.; e da variação da paridade da



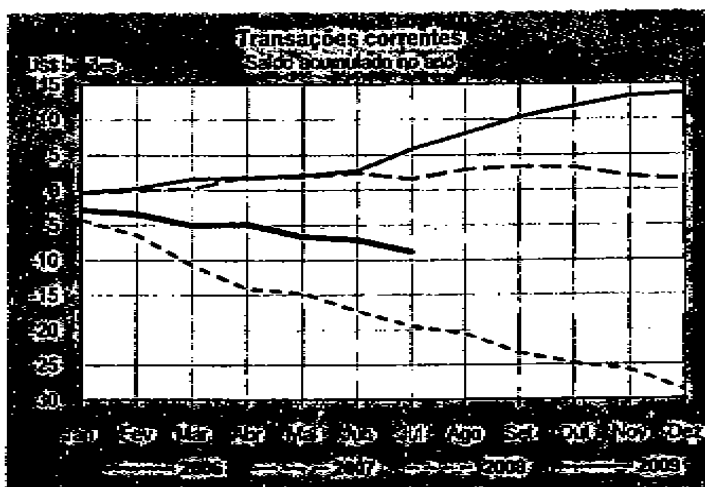
cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, 0,4 p.p., em contraposição ao impacto contracionista inerente ao superávit primário assinalado no período, 1,3 p.p. do PIB. A parcela da dívida líquida indexada à taxa Selic aumentou de 58,2%, em dezembro de 2008, para 67%, em julho de 2009, enquanto as relativas à dívida líquida pré-fixada, à dívida vinculada a índices de preços e à posição credora referenciada ao dólar recuaram, na ordem, de 35,3%, 32,6% e 30,3%, para 32,4%, 29,7% e 24,5%.

9. A balança comercial registrou superávit de US\$16,9 bilhões nos sete primeiros meses do ano, resultado 15,7% superior ao assinalado em igual período de 2008. A média diária das vendas externas decresceu 23,8% no período, trajetória associada, em especial, à retração de 29,9% experimentada pelas exportações de produtos industrializados. Os embarques de produtos básicos decresceram 10,6%, enquanto no âmbito dos produtos industrializados, o declínio nas vendas médias diárias de semimanufaturados atingiu 29,8%, impulsionado pelos recuos relativos aos itens ferro fundido bruto, 56,8%; produtos semimanufaturados de ferro e aço, 61,7%; e couros e peles, 51,5%; enquanto o decréscimo de 31,1% observado no segmento de bens manufaturados esteve condicionado, em grande parte, pelas retrações assinaladas nas exportações de óleos combustíveis, 56,5%; etanol, 36,2%; e automóveis de passageiros, 39,3%. A média diária das importações decresceu 29,9% nos sete primeiros meses do ano, em relação ao período equivalente de 2008, resultado de recuos generalizados em todas as categorias de uso. As compras médias diárias de combustíveis e lubrificantes, refletindo, em especial, a redução das suas cotações, recuaram 51,7%, seguindo-se os recuos nas relativas a matérias-primas e produtos intermediários, 32,4%; bens de capital, 16,9%; e bens de consumo duráveis, 17,4%. A única categoria de uso a apresentar expansão no período considerado foi a de bens de consumo não-duráveis, 2,3%.

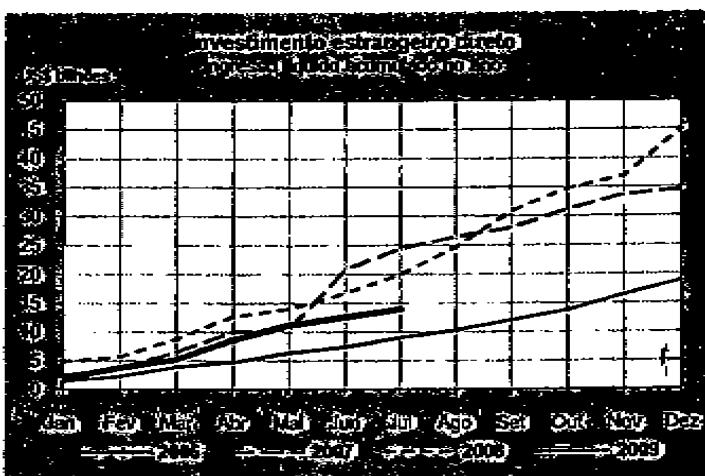


vendas médias diárias de semimanufaturados atingiu 29,8%, impulsionado pelos recuos relativos aos itens ferro fundido bruto, 56,8%; produtos semimanufaturados de ferro e aço, 61,7%; e couros e peles, 51,5%; enquanto o decréscimo de 31,1% observado no segmento de bens manufaturados esteve condicionado, em grande parte, pelas retrações assinaladas nas exportações de óleos combustíveis, 56,5%; etanol, 36,2%; e automóveis de passageiros, 39,3%. A média diária das importações decresceu 29,9% nos sete primeiros meses do ano, em relação ao período equivalente de 2008, resultado de recuos generalizados em todas as categorias de uso. As compras médias diárias de combustíveis e lubrificantes, refletindo, em especial, a redução das suas cotações, recuaram 51,7%, seguindo-se os recuos nas relativas a matérias-primas e produtos intermediários, 32,4%; bens de capital, 16,9%; e bens de consumo duráveis, 17,4%. A única categoria de uso a apresentar expansão no período considerado foi a de bens de consumo não-duráveis, 2,3%.

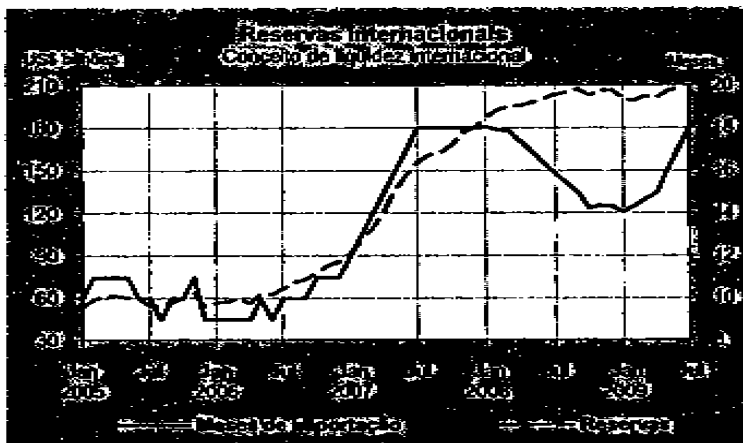
10. O déficit em transações correntes totalizou US\$8,7 bilhões nos primeiros sete meses do ano, ante US\$19 bilhões em igual período do ano anterior. O superávit comercial atingiu US\$16,9 bilhões de janeiro a julho, aumentando 15,7% em relação a igual período de 2008. As despesas líquidas da conta de rendas recuaram 31,4%, para US\$18 bilhões, no período, enquanto as remessas líquidas da conta de serviços decresceram 1,5%, situando-se em US\$9,5 bilhões, e as receitas líquidas relativas a transferências unilaterais decresceram 16,5%, para US\$1,9 bilhão. Considerados períodos de doze meses, o déficit em transações correntes totalizou US\$17,9 bilhões, 1,35% do PIB, em julho, ante US\$19,2 bilhões, 1,29% do PIB, em igual intervalo de 2008.



11. Os ingressos líquidos de IED atingiram US\$14 bilhões nos sete primeiros meses do ano, ante US\$20 bilhões em igual período de 2008. Os fluxos líquidos de participação no capital totalizaram US\$9,4 bilhões e os empréstimos intercompanhias, US\$4,5 bilhões, reduzindo-se na ordem, 29,4% e 31,3%, no período. Considerados períodos de doze meses, o IED atingiu US\$39,1 bilhões em agosto, 2,94% do PIB, assegurando fonte confortável de financiamento ao balanço de pagamentos. Os ingressos líquidos relativos a investimentos estrangeiros em carteira somaram US\$9,8 bilhões de janeiro a julho, ante US\$17,5 bilhões em igual período de 2008. Os ingressos líquidos relativos a investimentos estrangeiros em ações de companhias brasileiras totalizaram US\$9,7 bilhões, ante US\$4,7 bilhões de janeiro a julho de 2008, enquanto os referentes a investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa atingiram, na ordem, US\$43 milhões e US\$12,8 bilhões.



12. As reservas internacionais no conceito liquidez, que inclui linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras, totalizaram US\$211,9 bilhões em julho, elevando-se US\$5,1 bilhões no ano. Considerado o conceito caixa, as reservas atingiram US\$27,4 bilhões, elevando-se US\$13,6 bilhões no ano. As compras do Banco Central no mercado de câmbio somaram US\$13,2 bilhões, das quais US\$4,7 bilhões no mercado à vista; US\$8,2 bilhões em operações com compromisso de recompra; e US\$277 milhões relativos a retornos de operações de empréstimo em moedas estrangeiras. Entre as outras operações, destaque-se a receita de US\$3,1 bilhões com a remuneração das reservas, além da redução de US\$2,7 bilhões da rubrica “demais”, composta principalmente pelas variações de preços e paridades.



B. Política Monetária no segundo trimestre de 2009

13. Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4, situaram-se nos intervalos estabelecidos pela Programação Monetária para o segundo trimestre de 2009.

14. A base monetária restrita, no conceito de média dos saldos diários, atingiu R\$136,2 bilhões em junho, com expansão de 1,1% no mês e de 4,0% em 12 meses. O saldo médio do papel-moeda emitido alcançou R\$103,8 bilhões, elevando-se 1,3% no mês e 12,5% em doze meses. As reservas bancárias atingiram R\$32,5 bilhões, expandindo 0,4% no mês e recuando 16,3% em 12 meses.

15. O saldo da base monetária ampliada, que inclui a base restrita, os depósitos compulsórios e os títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, cresceu 10,8% nos 12 meses encerrados em junho, alcançando R\$1,9 trilhão. Esta expansão refletiu aumentos de 4,8% na base restrita e de 15,9% no saldo dos títulos públicos federais, e redução de 47,5% nos depósitos compulsórios em espécie.

16. Os meios de pagamento (M1), mensurados pela média dos saldos diários, alcançaram R\$200,4 bilhões em junho, elevando-se 1,4% no mês e 7,6% em doze meses. O saldo de papel-moeda em poder do público atingiu R\$84,2 bilhões, aumentando 1,3% no mês e 12,9% em 12 meses, enquanto os depósitos à vista situaram-se em R\$116,2 bilhões, com expansões respectivas de 1,4% e 4,0% nas mesmas bases de comparação.

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no segundo trimestre de 2009^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	Saldo	Variação percentual em 12 meses ^{3/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{2/}	178,5-209,9	4,3	200,4	7,6
Base restrita ^{3/}	110,7-149,8	-0,6	136,2	4,0
Base ampliada ^{4/}	1 720,4-2 019,3	9,1	1 893,3	10,8
M4 ^{4/}	1 992,4-2 695,6	14,7	2 339,5	14,5

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

17. O agregado monetário M4 totalizou R\$2,34 trilhões em junho, elevando-se 1,1% no mês e 14,5% em 12 meses.

18. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, determinaram impacto contracionista de R\$2,3 bilhões no segundo trimestre de 2009, resultante, principalmente, de resgates líquidos de R\$2,9 bilhões no mercado primário e de venda líquida de títulos de R\$5,2 bilhões no mercado secundário.

19. O Copom avaliou, em abril, que o desaquecimento da demanda, motivado pelo aperto das condições financeiras e pela deterioração da confiança dos agentes, ainda que nos dois casos se observe alguma melhora na margem, bem como pela contração da economia global, criara importante margem de ociosidade dos fatores de produção que não deveria ser eliminada rapidamente em um cenário de recuperação gradual da atividade econômica. Foi considerado, ainda, que esse desenvolvimento deveria contribuir para conter as pressões inflacionárias, mesmo diante das consequências do processo de ajuste do balanço de pagamentos e da presença de mecanismos de realimentação inflacionária na economia, abrindo espaço para flexibilização da política monetária. Nesse contexto, avaliando o cenário macroeconômico e visando ampliar o processo de distensão monetária, o Copom decidiu reduzir a taxa Selic para 10,25% a.a., sem viés. Em junho, o Copom considerou que, diante dos sinais de arrefecimento do ritmo de atividade econômica, no que se refere, por exemplo, aos indicadores de produção industrial, ao mercado de trabalho e às taxas de utilização da capacidade na indústria, bem como à confiança de empresários e consumidores, e ao comportamento das expectativas de inflação para horizontes relevantes, continuavam se consolidando as perspectivas de concretização de um cenário inflacionário benigno, no qual o IPCA voltaria a evoluir de forma consistente com a trajetória das metas. Nesse contexto, mas ponderando que as decisões sobre a evolução da taxa básica de juros têm que levar em conta a magnitude do movimento total realizado desde janeiro e que qualquer flexibilização monetária adicional deverá ser implementada de maneira mais parcimoniosa, o Comitê decidiu reduzir a taxa Selic para 9,25% a.a., sem viés.

C. Política Monetária no bimestre julho-agosto de 2009

20. A base monetária restrita, calculada pela média dos saldos diários, totalizou R\$138,7 bilhões em agosto, aumentando 0,2% no mês e 3,6% em 12 meses. As reservas bancárias recuaram 3% no mês e 15,7% em 12 meses, situando-se em R\$32,5 bilhões, enquanto o saldo médio do papel-moeda emitido apresentou aumentos respectivos de 1,3% e 11,4%, somando R\$106,2 bilhões.

21. A base monetária ampliada totalizou R\$1,99 trilhão em agosto, com aumentos de 2,3% no mês e de 14% em 12 meses. O resultado anual refletiu redução de 47,7% nos saldos de depósitos compulsórios em espécie e crescimentos de 3,7% na base restrita e de 19,8% no saldo de títulos públicos federais.

22. Os meios de pagamento (M1), avaliados pela média dos saldos diários, alcançaram R\$202,4 bilhões em agosto, com redução de 0,6% no mês e expansão de 7,7% em 12 meses. O saldo do papel-moeda em poder do público atingiu R\$86,1 bilhões, apresentando expansões de 1% no mês e de 12,0% em 12 meses, enquanto os depósitos à vista totalizaram R\$116,3 bilhões, com redução mensal de 1,7% e expansão anual de 4,7%.

23. O agregado monetário mais amplo (M4) totalizou R\$2,4 trilhões em agosto, registrando aumentos de 1,4% no mês e de 14,2% em 12 meses.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o terceiro trimestre de 2009 e ocorridos no período julho/agosto^{1/}

Descrição	Previsão		Realizado	
	R\$ Bilhões	Variação percentual em 12 meses	R\$ Bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{2/}	189,4-222,3	6,4	202,4	7,7
Base restrita ^{3/}	117,6-159,1	0,6	138,7	3,6
Base ampliada ^{4/}	1 750,2-2 054,6	8,1	1 991,7	14,0
M4 ^{4/}	2 039,5-2 759,3	11,6	2 426,8	14,2

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

^{4/} Saldos em fim de período.

24. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, resultaram em contração monetária de R\$9 bilhões no bimestre encerrado em agosto, explicada exclusivamente pela atuação do Tesouro Nacional. As operações de títulos pelo Tesouro, no mercado primário, foram contracionistas em R\$2,6 bilhões, e no mercado secundário, contracionistas em R\$6,4 bilhões.

25. O Copom avaliou, em julho, que a acomodação da demanda, motivada tanto pelo aperto das condições financeiras e pela deterioração da confiança dos agentes, ainda que nos dois casos persistisse a ocorrência de melhoras na margem, quanto pela contração da economia global, que também poderia estar arrefecendo, criou importante margem de ociosidade dos fatores de produção, que não deve ser eliminada rapidamente em um cenário básico de recuperação gradual da atividade econômica. Por outro lado, o Comitê observou que decisões sobre a evolução da taxa básica de juros têm que levar em conta a magnitude do movimento total realizado desde janeiro, cujos impactos sobre diversos indicadores econômicos ficarão evidentes ao longo do tempo. Apesar de alguns membros do Comitê entenderem que haveria respaldo para a possibilidade de manter inalterada a taxa básica de juros naquela reunião, houve consenso de que o balanço dos riscos para a trajetória prospectiva central da inflação justificava estímulo monetário residual. Nesse contexto, o Copom decidiu reduzir a taxa Selic para 8,75% a.a., sem viés, por unanimidade. Em setembro, o Copom avaliou que a política monetária, com vistas a assegurar a manutenção da convergência da inflação para a trajetória de metas, deveria manter postura cautelosa. Contribuiria, dessa forma, para mitigar o risco de reversões abruptas da política monetária no futuro e, assim, para a recuperação consistente da economia ao longo dos próximos trimestres. Dessa forma, o Copom decidiu manter a taxa Selic em 8,75% a.a., sem viés, por unanimidade.

Reunião do Copom	Aplicação do rescalada	Taxa Selic (a.a.)
24.1.2007	-	13,00
7.3.2007	-	12,75
18.4.2007	-	12,50
6.6.2007	-	12,00
18.7.2007	-	11,50
5.9.2007	-	11,25
17.10.2007	-	11,25
5.12.2007	-	11,25
23.1.2008	-	11,25
5.3.2008	-	11,25
16.4.2008	-	11,75
4.6.2008	-	12,25
23.7.2008	-	13,00
10.9.2008	-	13,75
29.10.2008	-	13,75
10.12.2008	-	13,75
21.1.2009	-	12,75
11.3.2009	-	11,25
29.4.2009	-	10,25
10.6.2009	-	9,25
22.7.2009	-	8,75
2.9.2009	-	8,75

1/ Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

D. Perspectivas para o quarto trimestre de 2009

26. Os indicativos de que a coordenação de políticas econômicas empreendida em reação à intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais passava a favorecer a retomada da atividade econômica, enfatizados na Programação Monetária anterior, ganharam contornos mais nítidos nos últimos meses. A atenuação – e, em algumas economias, a reversão – do ambiente recessivo observado desde meados de 2008, refletiu as contribuições inerentes tanto ao maior dinamismo da demanda interna, com ênfase no impacto da flexibilização das políticas monetária e fiscal sobre os gastos de consumo privado; quanto à intensificação do comércio externo. Nesse cenário, as economias da Área do Euro e dos EUA registraram, no trimestre encerrado em junho, contrações inferiores às assinaladas em trimestres recentes, enquanto as relativas à China e Índia experimentaram aceleração nas respectivas taxas anuais de crescimento.

27. No Brasil, a trajetória do PIB, ratificou, com maior ênfase, o processo de retomada da atividade econômica mencionado no parágrafo anterior. Este movimento se reveste de contornos mais relevantes a partir da constatação de que a variação do agregado no trimestre encerrado em junho, em relação ao finalizado em março, refletiu, pela ótica da oferta, resultados favoráveis na indústria e nos serviços. O exame dos componentes da demanda revela que o consumo das famílias registrou o segundo aumento consecutivo, neste tipo de comparação, e a Formação Bruta de Capital Fixo, após acumular retração de 20,3% nos trimestres encerrados em março de 2009 e em dezembro do ano anterior, registrou estabilidade.

28. A evolução de importantes indicadores setoriais, no decorrer do terceiro trimestre do ano, sugere aceleração do ritmo de crescimento da atividade. Neste ambiente, a expansão significativa observada, em agosto, nos índices que mensuram a confiança do empresariado industrial, e o patamar elevado da confiança dos consumidores, deverão favorecer a continuidade dos resultados positivos registrados na produção da indústria que, em julho, cresceu pelo sétimo mês consecutivo e atingiu o maior patamar desde novembro de 2008. Este cenário benigno incorpora, ainda, os impactos do processo de flexibilização monetária, dos estímulos fiscais, das melhoras nas condições dos mercados de trabalho e de crédito, e do recuo nas taxas de inflação sobre a renda real dos trabalhadores, com desdobramentos favoráveis em relação à consolidação do mercado interno como fator de sustentação da retomada da atividade econômica.

29. A continuidade da trajetória de recuperação gradual experimentada pelo mercado de crédito no trimestre encerrado em julho refletiu, em especial, a evolução das operações contratadas no segmento de pessoas físicas, movimento associado tanto ao aumento na renda disponível e à melhora nas expectativas dos consumidores, quanto ao impacto da flexibilização da política monetária sobre o custo dos empréstimos. Mantiveram-se, ainda, as tendências de expansão mais acelerada do crédito direcionado, acentuada pela expressiva concessão realizada pelo BNDES em julho, e das contratações efetuadas por bancos públicos.

30. O desempenho menos expressivo das operações de crédito no segmento de pessoas jurídicas refletiu tanto o menor dinamismo da demanda das pequenas e médias empresas, quanto os desdobramentos da tendência ainda crescente, em oposição à estabilidade observada no segmento de pessoas físicas, das taxas de inadimplência sobre as taxas de juros e os *spreads* praticados nas contratações das empresas.

31. As perspectivas em relação à evolução das operações de crédito nos próximos meses, em ambiente de estabilidade da taxa básica de juros; recuperação da atividade econômica, com expectativa de retomada dos investimentos; e de restabelecimento das condições de liquidez no sistema bancário, em especial no que se refere às instituições financeiras médias e pequenas, mostram-se favoráveis.

32. A evolução das contas fiscais segue refletindo os desdobramentos da crise internacional sobre o nível das receitas, impactado pelos efeitos da retração no nível da atividade econômica e das medidas pontuais de desoneração fiscal implementadas com o objetivo de estimular a demanda em segmentos importantes para a recuperação do dinamismo da economia. Por outro lado, o desempenho das contas públicas reflete também tendência de expansão dos gastos que pode ser de complexa reversão no futuro.

33. Os desdobramentos do ambiente descrito no parágrafo anterior sobre a trajetória do superávit primário não devem ser compreendidos, no entanto, como restrições à trajetória de redução da relação DLSP/PIB no médio e longo prazos, que deverá ser beneficiada pelos efeitos favoráveis da retomada da atividade sobre o nível da arrecadação, pelo impacto da flexibilização da política monetária sobre a apropriação de juros e pelo esperado retorno das metas fiscais ao patamar anterior à intensificação da crise, conforme sinalizado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010.

34. Em relação às contas externas, passados doze meses da intensificação da crise nos mercados financeiros internacionais, confirma-se a adequação da condução da política econômica nos últimos anos como fator fundamental à manutenção da solidez do balanço de pagamentos e, conseqüentemente, da resistência do setor externo à crise financeira internacional. O déficit em transações correntes segue declinando em 2009, evolução consistente com as trajetórias dos resultados da balança comercial, das remessas de lucros e dividendos e dos gastos em viagens internacionais. Nesse cenário, o déficit em transações correntes projetado para este ano, significativamente inferior ao assinalado em 2008, deverá ser integralmente financiado com ingressos líquidos de IED. Ressalte-se, adicionalmente, as perspectivas de continuidade de ingressos elevados de investimentos estrangeiros líquidos.

35. Os superávits comerciais deverão passar a refletir, nos próximos meses, o impacto da consolidação da retomada do nível da atividade interna sobre o nível das importações. Essa trajetória, tanto mais acentuada quanto mais forte se apresentar a recuperação da economia brasileira, e quanto mais lenta mostrar-se a recuperação da economia

mundial, não deverá se constituir em restrição ao financiamento do balanço de pagamentos, dado o ambiente benigno que incorpora ingressos relativos a capitais de longo prazo e a investimentos estrangeiros, diretos e em *portfolio*, e maior facilidade na rolagem das obrigações externas, públicas e privadas.

36. Nesse cenário, a evolução favorável registrada, pelos índices de preços ao consumidor e por atacado no trimestre encerrado em agosto, e as expectativas de mercado em relação à sua evolução no restante do ano e em 2010 evidenciam a reduzida probabilidade de que as pressões inflacionárias localizadas em segmentos específicos se constituam em riscos relevantes à trajetória da inflação.

37. Esta perspectiva, fortalecida pelo ambiente de ociosidade dos fatores de produção, torna-se mais relevante no atual cenário de retomada do nível da atividade econômica, concentrada inicialmente nos gastos de consumo – estimulados pelas melhoras nos mercados de trabalho e de crédito – e, mais recentemente, no desempenho da indústria. Cabe registrar, entretanto, que a redução da inflação brasileira para os consumidores, na esteira da crise internacional, foi modesta, se comparada com diversas outras economias, tanto avançadas quanto emergentes, evidenciando a persistência de mecanismos de indexação de preços e salários.

E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o quarto trimestre de 2009

38. A programação dos agregados monetários para o quarto trimestre de 2009 considerou o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, além de ser consistente com o atual regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

Quadro 3. Programação monetária para o ano de 2009^{1/}

Descrição	Estimativas	Var. % em 12 meses
M1 ^{2/}	218,7-256,7	8,9
Base restrita ^{3/}	139,7-189,0	12,8
Base ampliada ^{4/}	1 885,0-2 212,9	15,9
M4 ^{4/}	2 127,5-2 878,4	11,6

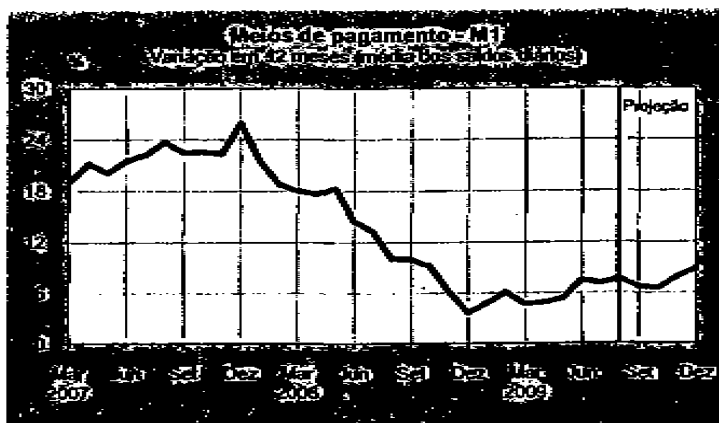
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

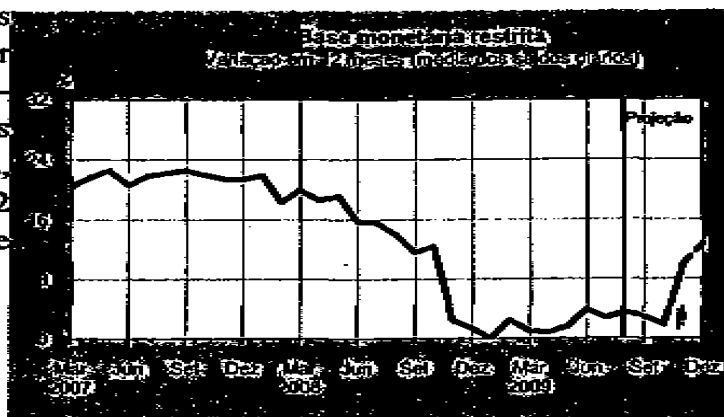
4/ Saldos em fim de período.

39. As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos para a demanda por seus componentes. Considerando-se o crescimento esperado do produto, a trajetória esperada para a taxa Selic e a sazonalidade característica daqueles agregados. Em decorrência, a variação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento foi estimada em 8,9% para dezembro de 2009.

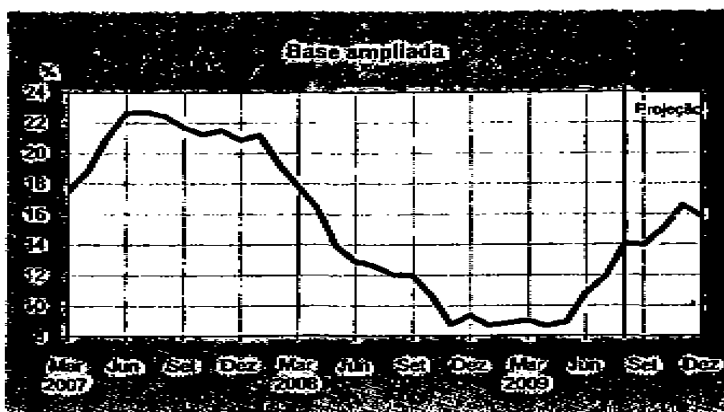


40. Considerou-se ainda, para a projeção dos meios de pagamento, como variáveis exógenas, além da expansão das operações de crédito do sistema financeiro, a elevação da massa salarial e a antecipação de parcela do décimo terceiro salário concedida a aposentados e pensionistas, bem como as restituições do imposto de renda.

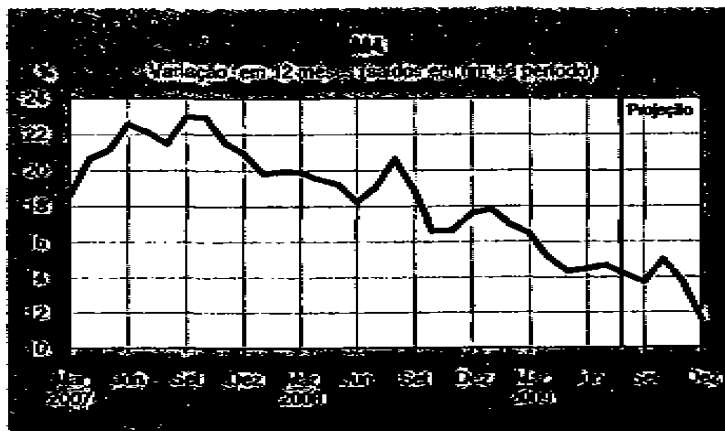
41. Tendo em vista a projeção feita para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, que são relacionadas à demanda por meio circulante e por reservas bancárias, e considerando-se a atual alíquota de recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista, projeta-se elevação de 12,8% em 12 meses para o saldo médio da base monetária em dezembro de 2009.



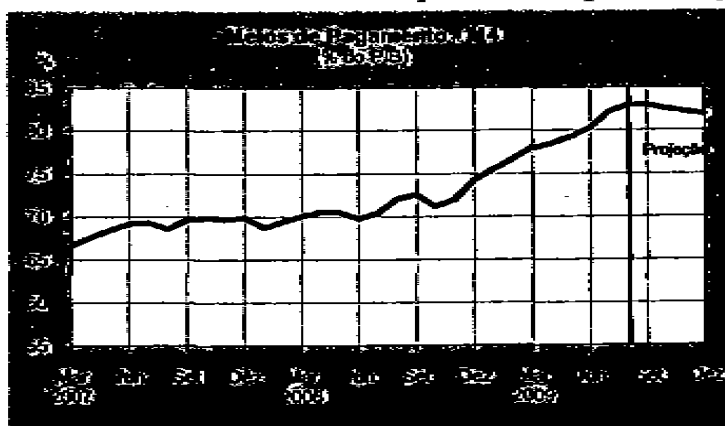
42. As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal. Os resultados indicam variação em 12 meses de 15,9% em dezembro de 2009.



43. Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em 12 meses esperado para o M4 corresponde a 11,6% em dezembro de 2009.



44. A proporção entre o M4 e o PIB não deverá apresentar expansão significativa ao longo do quarto trimestre de 2009, consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis.



45. A evolução dos agregados monetários é resumida no quadro a seguir, onde são apresentados os valores ocorridos no bimestre julho/agosto de 2009, bem como os valores previstos para o quarto trimestre de 2009.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Descrição	2008		Julho-Agosto 2009		Ano ^{2/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 2 meses	R\$ bilhões	Var. % em 2 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 2 meses ^{4/}
M1 ^{5/}	218,3	3,7	202,4	7,7	237,7	8,9
Base restrita ^{4/}	145,7	1,5	138,7	3,6	164,3	12,8
Base ampliada ^{5/}	1 768,3	9,4	1 991,7	14,0	2 049,0	15,9
M4 ^{5/}	2 246,3	17,6	2 426,8	14,2	2 502,9	11,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldos em fim de período.

46. A evolução dos diversos multiplicadores, implícita na programação monetária, é resumida no quadro a seguir:

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2008		Julho/Agosto 2009		2009 ^{2/}	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,498	2,2	1,459	4,0	1,446	-3,5
Res. bancárias / dep. vista ^{4/}	0,263	-23,3	0,279	-19,6	0,280	6,5
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,415	10,1	0,425	3,9	0,432	4,1
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,253	7,5	1,218	0,1	1,222	-3,6

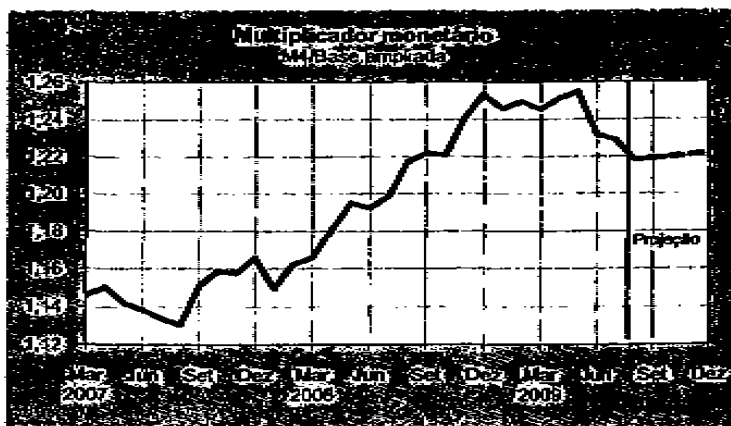
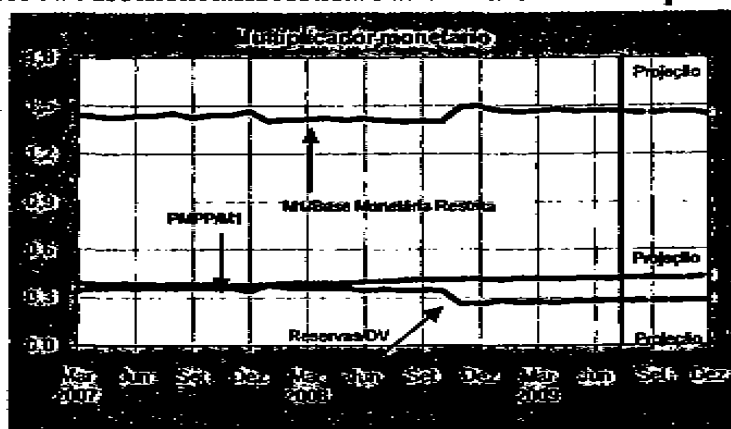
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

47. Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não deverão apresentar tendência pronunciada em qualquer direção ao longo do quarto trimestre de 2009.



Resumo das projeções

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no segundo trimestre de 2009^{1/}

Descrição	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{3/}
M1 ^{3/}	178,8-209,8	4,3	200,4	7,6
Base restrita ^{3/}	110,7-149,8	-0,6	136,2	4,0
Base ampliada ^{4/}	1 720,1-2 019,3	9,1	1 899,3	10,8
M4 ^{4/}	1 992,4-2 695,6	14,7	2 339,5	14,5

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o terceiro trimestre de 2009 e ocorridos no período julho/agosto^{1/}

Descrição	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{3/}
M1 ^{3/}	189,4-222,3	6,4	202,4	7,7
Base restrita ^{3/}	117,6-159,1	0,6	136,7	3,6
Base ampliada ^{4/}	1 750,2-2 054,6	8,1	1 991,7	14,0
M4 ^{4/}	2 039,5-2 759,3	11,6	2 426,8	14,2

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 3. Programação monetária para o ano de 2009^{1/}

Descrição	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	216,7-256,7	8,9
Base restrita ^{3/}	139,7-169,0	12,6
Base ampliada ^{4/}	1 885,0-2 212,9	15,9
M4 ^{4/}	2 127,5-2 678,4	11,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Descrição	2008		2009		Ano ^{2/}	
	Saldo		Julho/Agosto		Saldo	
	Saldo	Var. % mês	Saldo	Var. % mês	Saldo	Var. % mês
M1 ^{4/}	218,3	3,7	202,4	7,7	237,7	8,9
Base restrita ^{4/}	145,7	1,5	138,7	3,6	164,3	12,8
Base ampliada ^{5/}	1 768,3	9,4	1 891,7	14,0	2 049,0	15,9
M4 ^{5/}	2 216,3	17,6	2 426,8	14,2	2 502,8	11,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldos em fim de período.

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Descrição	2008		2009		Ano ^{2/}	
	Múltiplo		Múltiplo		Múltiplo	
	Múltiplo	Var. % mês	Múltiplo	Var. % mês	Múltiplo	Var. % mês
M1 / Base restrita ^{3/}	1,498	2,2	1,459	4,0	1,446	-3,5
Res. bancárias / dep. vista ^{3/}	0,263	-23,3	0,279	-19,6	0,280	6,5
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,415	10,1	0,425	3,9	0,432	4,1
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,253	7,5	1,218	0,1	1,222	-3,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

Glossário

Base monetária: passivo monetário do Banco Central, também conhecido como emissão primária de moeda. Inclui o total de cédulas e moedas em circulação e os recursos da conta "Reservas Bancárias". É a principal variável de política monetária, refletindo o resultado líquido de todas as operações ativas e passivas do Banco Central.

Fatores condicionantes da base monetária: refere-se às fontes de criação (emissão de moeda pelo Banco Central) ou destruição (recolhimento de moeda pelo Banco Central) de moeda primária (base monetária). Toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em entrega de papel-moeda e/ou crédito em contas de "Reservas Bancárias" sig-

nifica expansão monetária e é apresentada com sinal positivo. Ao contrário, toda operação/intervenção do Banco Central que resulta em recebimento e/ou débito em contas de “Reservas Bancárias” significa contração monetária e é apresentada com sinal negativo. Deve-se ressaltar a diferença entre fabricação e emissão de moeda: a fabricação é um processo fabril de cédulas e moedas e a emissão é um processo econômico que resulta em crescimento da oferta monetária, tanto física (cédulas e moedas) quanto escritural (Reservas Bancárias).

Base monetária ampliada: conceito amplo de base monetária foi introduzido no Plano Real com o pressuposto de que agregados mais amplos sejam melhor correlacionados com os preços na economia brasileira, visto que mais perfeitamente captam a substitutibilidade entre a moeda, em seu conceito mais restrito, e os demais ativos financeiros. Inclui, além da base restrita, os principais passivos do Banco Central e do Tesouro Nacional (compulsórios e títulos federais).

Meios de pagamento: conceito restrito de moeda (M1). Representa o volume de recursos prontamente disponíveis para o pagamento de bens e serviços. Inclui o papel-moeda em poder do público, isto é, as cédulas e moedas metálicas detidas pelos indivíduos e empresas não financeiras e, ainda, os seus depósitos à vista efetivamente movimentáveis por cheques. Com a redução da inflação, a partir da introdução do real, ocorreu forte crescimento dos meios de pagamento no conceito restrito, processo esse conhecido como remonetização, resultante da recuperação da credibilidade da moeda nacional.

Meios de pagamento ampliados: inclui moeda legal e quase-moeda, correspondendo aos instrumentos de elevada liquidez, em sentido amplo. O M2 corresponde ao M1 mais as emissões de alta liquidez realizadas primariamente no mercado interno por instituições depositárias – as que realizam multiplicação de crédito. O M3 é composto pelo M2 e as captações internas por intermédio dos fundos de renda fixa e das carteiras de títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). O M4 agrega o M3 e a carteira livre de títulos públicos do setor não financeiro.

Depósitos compulsórios de instituições financeiras: refere-se aos valores recolhidos ao Banco Central e/ou mantidos pelas instituições na forma de encaixe para fins de cumprimento das diversas normas prudenciais e de controle monetário, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os recolhimentos “em espécie” correspondem aos valores que foram transferidos das contas “Reservas Bancárias” para outras contas de depósitos no Banco Central e que têm movimentação limitada aos períodos regulamentares, geralmente semanais, mediante demonstrativo de evolução da base de cálculo. Estes recolhimentos podem ser remunerados ou não. Os recolhimentos “em títulos” correspondem aos valores dos títulos públicos federais que foram vinculados no Selic, e que ficaram indisponíveis para negociações enquanto mantida a vinculação. Os recolhimentos “em títulos” são considerados remunerados em função da rentabilidade implícita no valor atualizado do título, não recebendo qualquer remuneração adicional por parte do Banco Central.

Aviso nº 754 - C. Civil.

Brasília, 1º de outubro de 2009.

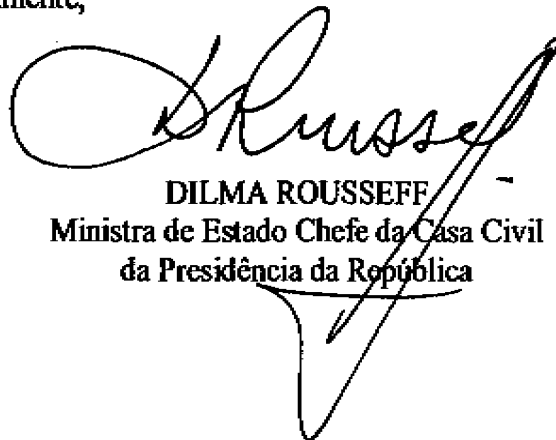
A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Programação Monetária.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos, contendo a Programação Monetária.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

Agenda Cumprida pelo Presidente José Sarney

5-10-2009

Segunda-feira

16h Senhor Danilo Fortes, Presidente do Fundo Nacional de Saúde – FUNASA

Gabinete – 6º andar

17h Senhor Magno Antonio Correia de Melol, Presidente do Sindilegis

Gabinete – 6º andar

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
PTB - Osvaldo Sobrinho** (S)

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Flávio Torres* (S)
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

S/PARTIDO - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Minoria-PSDB - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
 (Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
RELATOR: Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14.17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 15/05/2009

Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ^(1,4)
Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

4. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (S/PARTIDO-PR) (5)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**.. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3511

Fax: 3303-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos () ⁽¹⁾	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Shessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha () ⁽²⁾
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

Notas:

1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

2. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena
VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello
RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).
3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. n° 055/2009-GLDBAG).

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos () ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).

4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (S/PARTIDO) ⁽⁴⁾
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha () ^(3,5)
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾**PTB**

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
 4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- *. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

10) SEPULTAMENTO DO GUERRILHEIRO BERGSON GURJÃO FARIAS

Finalidade: Representar o Senado Federal na homenagem que será prestada durante o sepultamento do guerrilheiro Bergson Gurjão Farias, em Fortaleza, Estado do Ceará, no dia 6 de outubro em 2009.

(Requerimento nº 1.301, de 2009, aprovado em 30.09.2009)

Número de membros: 3

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles**Instalação:** 03/03/2009**MEMBROS**

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone(s):** 3303.4638**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

VAGO ⁽³⁾

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senador Flávio Torres ^(1,2)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 24.11.2009³

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (41)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (40)
Delcídio Amaral (PT) (35)	2. Renato Casagrande (PSB) (37)
Aloizio Mercadante (PT) (30)	3. João Pedro (PT) (11,33)
Tiã Viana (PT) (29)	4. Ideli Salvatti (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (28)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (36,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	6. Sadi Cassol (PT) (4,31,81,82,83)
César Borges (PR) (38)	7. João Ribeiro (PR) (39)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (61,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (56,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (58,63)	2. Gilvam Borges (PMDB) (66,69)
Gerson Camata (PMDB) (64,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,57)
Valdir Raupp (PMDB) (53)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,57,80)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,55,60)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,68,70)
Pedro Simon (PMDB) (54,59)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,57)
Renan Calheiros (PMDB) (62,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (62,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) (49)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (17,42)	2. Demóstenes Torres (DEM) (18,45)
Efraim Moraes (DEM) (47)	3. Heráclito Fortes (DEM) (51)
Raimundo Colombo (DEM) (48)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (42)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,44)	5. Kátia Abreu (DEM) (52)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (13,46,76,79)	6. José Agripino (DEM) (5,50)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	7. Alvaro Dias (PSDB) (22)
João Tenório (PSDB) (25)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,26,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (23,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27)
Tasso Jereissati (PSDB) (23)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (24,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (43)	1. Sérgio Zambiasi (12,43)
Gim Argello (43)	2. Fernando Collor (43)

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
29. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
37. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
38. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
49. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
50. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).

62. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (PSDB) (10,12)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
Flávio Arns (S/PARTIDO) (3,17,34,71)	1. VAGO (26,78)
Augusto Botelho (PT) (28)	2. César Borges (PR) (27)
Paulo Paim (PT) (29)	3. Eduardo Suplicy (PT) (32)
Marcelo Crivella (PRB) (33)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (31,76,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (30,36)
Roberto Cavalcanti (PRB) (35,59,62)	6. VAGO (35)
Renato Casagrande (PSB) (35,60,64)	7. José Nery (PSOL) (35,63,65)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (56,68,73)	1. Lobão Filho (PMDB) (52)
Gilvam Borges (PMDB) (9,51)	2. Romero Jucá (PMDB) (57)
Paulo Duque (PMDB) (6,49)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (50,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (53,74,80)
Mão Santa (PSC) (48,75,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (43)	1. Heráclito Fortes (DEM) (39)
Rosalba Ciarlini (DEM) (37)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (42,70,72)
Efraim Morais (DEM) (12,15,38)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,41)
Raimundo Colombo (DEM) (45)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Lúcia Vânia (PSDB) (24,46)	5. Marisa Serrano (PSDB) (25,66)
Eduardo Azeredo (PSDB) (23,67)	6. João Tenório (PSDB) (20)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (21,44)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,61)
PDT	
João Durval (19,47)	1. Cristovam Buarque (18,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
28. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
29. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
32. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
39. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
42. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
44. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
46. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
66. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
76. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (S/PARTIDO-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (S/PARTIDO) (9,12)	1. Paulo Paim (PT) (10)
PMDB	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
- Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
- Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
- O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. João Tenório (PSDB) ^(2,11)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
- Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
- Em 02.07.2009, foi lido o Ofício n° 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
- O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/n° lido na sessão de 23.09.2009.
- O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Serys Slhessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,31)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,30)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (35)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,32,73)
Ideli Salvatti (PT) (38)	5. César Borges (PR) (37,40)
João Pedro (PT) (34,40,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,36,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (58,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (54,68)
Almeida Lima (PMDB) (62,67)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (56,69,86)
Gilvam Borges (PMDB) (57,67)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (61,64,78)
Francisco Dornelles (PP) (60,67)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,66,76)
Valter Pereira (PMDB) (3,67)	5. Valdir Raupp (PMDB) (41,59,65)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,55,63)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,67)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (45)
Demóstenes Torres (DEM) (43)	2. Adelmir Santana (DEM) (46)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (50,82,85)	3. Raimundo Colombo (DEM) (52)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,49)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (51)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,44)
Alvaro Dias (PSDB) (24,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Sérgio Guerra (PSDB) (29,70)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (25,71)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27,72)
PTB (7)	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (42)
PDT	
Osmar Dias (11,13,22)	1. Flávio Torres (12,23,53,79,80)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. n° 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
12. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. n° 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. n° 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. n° 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício n° 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício n° 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício n° 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício n° 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. n° 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. n° 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. n° 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. n° 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. n° 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
31. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. n° 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
43. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
46. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epiácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
51. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (S/PARTIDO-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (74,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Flávio Arns (S/PARTIDO) (30,81)	1. João Pedro (PT) (1,31)
Augusto Botelho (PT) (30)	2. Ideli Salvatti (PT) (38)
Fátima Cleide (PT) (30)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,37)
Paulo Paim (PT) (30,52,66)	4. José Nery (PSOL) (33)
Inácio Arruda (PC DO B) (36)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (32,67)
VAGO (35,76,78,80)	6. João Ribeiro (PR) (32,71)
Sadi Cassol (PT) (34,85,86,87)	7. Marina Silva (PV) (32,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (53)	1. Romero Jucá (PMDB) (64)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,57,70,72)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (64,83)
Gilvam Borges (PMDB) (62)	3. Pedro Simon (PMDB) (64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (56)	4. Neuto De Conto (PMDB) (55)
Gerson Camata (PMDB) (61)	5. Valdir Raupp (PMDB) (63)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,59)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,60)
VAGO (58,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (54)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,44)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (47)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,41)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,46)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (40,77,82)
Heráclito Fortes (DEM) (51)	4. Efraim Morais (DEM) (50)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,49)
Adelmir Santana (DEM) (43)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,45)
Alvaro Dias (PSDB) (23)	7. Flexa Ribeiro (PSDB) (29,68,75,84)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	8. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Eduardo Azeredo (PSDB) (26,69,73,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (27)
Marisa Serrano (PSDB) (22)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (25)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,39)	1. João Vicente Claudino (39)
Romeu Tuma (39)	2. Mozarildo Cavalcanti (39)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
30. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
35. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
37. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.

39. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
44. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
52. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
53. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,12)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,13)	2. Flávio Arns (S/PARTIDO) (12,13)
Inácio Arruda (PC DO B) (20)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,17)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (15)	3. VAGO (18)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,19)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,14)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,11)
PDT	
Cristovam Buarque (7,16)	1. VAGO (16)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

15. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

1. João Vicente Claudino (PTB)

Inácio Arruda (PC DO B)

2.

Maioria (PMDB, PP)

Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)

1. Gerson Camata (PMDB)

Sérgio Zambiasi (PTB)

2. Neuto De Conto (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Raimundo Colombo (DEM)

1. Flávio Arns (S/PARTIDO)

Gilberto Goellner (DEM)

2.

Alvaro Dias (PSDB)

3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (40,47)	1. Romero Jucá (PMDB) (40)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (40)
Valter Pereira (PMDB) (40)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (40)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Adelmir Santana (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (33)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (31)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,32)
Eliseu Resende (DEM) (34)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (9,28,44,46)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,18)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,29)	1. Sérgio Zambiasi (29)
PDT	
Jefferson Praia (8,12,36,42)	1. Cristovam Buarque (13,37,41)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
- Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
- Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
- Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽¹⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. João Ribeiro (PR)
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽¹⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.

3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).

*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Flávio Arns (S/PARTIDO) (21,53)	1. João Pedro (PT) (23)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shlessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,19,30)
VAGO (3,22,48,49,57)	4. Marina Silva (PV) (19,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (19,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (39,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (34)	2. Romero Jucá (PMDB) (38)
VAGO (33,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (41)
Gilvam Borges (PMDB) (36)	4. Mão Santa (PSC) (42,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,37)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (40,55)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (2,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) (28)
Rosalba Ciarlini (DEM) (25)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (32,51,54)
Eliseu Resende (DEM) (4,27)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (31)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,26)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
VAGO (1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
26. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
28. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
33. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽¹⁵⁾	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,10)
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,4,11)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽⁷⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽¹²⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁹⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
6. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
7. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
8. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
9. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
10. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
11. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes****Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (S/PARTIDO) ⁽¹⁾
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

** . Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (9)	
Eduardo Suplicy (PT) (47)	1. Flávio Arns (S/PARTIDO) (44,68,85)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (40,83,84)
João Ribeiro (PR) (39,72)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
João Pedro (PT) (38)	4. Magno Malta (PR) (41)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,54,70,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,43,49,67)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (64)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (63)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,71,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,61)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Moraes (DEM) (58)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) (57)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (36)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,35,69)
Flexa Ribeiro (PSDB) (37)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (34)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti (48)
PDT	
Flávio Torres (31,60,81,82)	1. Cristovam Buarque (20,32,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
36. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
37. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
41. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
44. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
72. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (17)	1. Marina Silva (PV) (23,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (17,34,59)	2. Paulo Paim (PT) (19,34,55)
Ideli Salvatti (PT) (17)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	4. VAGO (24,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (16)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (20)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (50,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,52)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,46)
Mão Santa (PSC) (5,9,53,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (44)
Valdir Raupp (PMDB) (54,58)	5. VAGO (43,63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (47)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,60,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (36)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)
Eliseu Resende (DEM) (29)	2. Efraim Morais (DEM) (27)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (31)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (30,67,69)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (38)
Kátia Abreu (DEM) (7,37)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,32)
Arthur Virgílio (PSDB) (41,62,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (15,57,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,61)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (13)
PTB (4)	
Fernando Collor (33)	1. Gim Argello (33)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
16. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
17. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofíio Mercadante.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
28. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
29. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
33. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
34. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
59. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
60. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) ^(56,58)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²³⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,26)
Serys Shlessarenko (PT) ^(2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁵⁾	3. Tião Viana (PT) ^(24,54)
José Nery (PSOL) ⁽²⁷⁾	4. VAGO ⁽²⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) ^(33,43,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁷⁾
Valter Pereira (PMDB) ^(1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁴⁵⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11,42)	3. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴⁸⁾	4. Gerson Camata (PMDB) ^(41,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) ⁽³⁸⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽³⁷⁾	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(36,52,53)
Rosalba Ciarlina (DEM) ⁽³⁴⁾	3. Demóstenes Torres (DEM) ^(9,12,32)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁰⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ^(6,14,31)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²²⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁹⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²¹⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁰⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello ⁽³⁵⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁵⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,15,39)	1. João Durval ^(16,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (19)	1. Paulo Paim (PT) (19)
Sadi Cassol (PT) (18,63)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,22)
Augusto Botelho (PT) (23,31,49)	3. VAGO (17,60,61,62)
César Borges (PR) (20,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (21,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,41,45,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (43,48)
Neuto De Conto (PMDB) (36,44)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,39)
Gerson Camata (PMDB) (34,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (42,47)
Valter Pereira (PMDB) (37,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (35,40)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,30)
Raimundo Colombo (DEM) (26)	2. Heráclito Fortes (DEM) (32)
Kátia Abreu (DEM) (25)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,28)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (8,10,33,57,58)	4. José Agripino (DEM) (29)
Arthur Virgílio (PSDB) (16,53,55)	5. Mário Couto (PSDB) (13,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15,56)	6. João Tenório (PSDB) (12)
Marisa Serrano (PSDB) (12)	7. Marconi Perillo (PSDB) (14)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,24)	1. Sérgio Zambiasi (24,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
13. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
14. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
18. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
19. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
43. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

44. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PSDB) ^(6,7)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO ^(5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (S/PARTIDO) (19,52)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,46)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (18,44)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
Lobão Filho (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,38)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,43,48)
Valdir Raupp (PMDB) (36,42)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,53)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (23)	1. Gilberto Goellner (DEM) (24)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (28)
José Agripino (DEM) (6,12,30)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (27)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,31)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,31)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,45)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (29)	1. Fernando Collor (29)
PDT	
Flávio Torres (13,32,50,51)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
45. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
46. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (S/PARTIDO) ⁽⁴⁾	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	3. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	4. VAGO ⁽¹⁰⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 02/10/2009**Notas:**

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽³⁾**DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTBVAGO ⁽¹⁾**PDT**Flávio Torres (CE) ⁽⁴⁾**PR**Expedito Júnior (PSDB-RO) ⁽⁵⁾**PSB**

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 29/09/2009**Notas:**

1. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

4. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).

5. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 02.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADEL MIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC) ⁶
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ¹
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS (PDT/PR) ⁴
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY (PSOL/PA) ⁸
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO (PMDB/PR) ⁷
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/RJ) ⁵
GERALDO THADEU (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP) ²
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br www.camara.gov.br/mercosul

¹ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão do SF em 10-09-09.

² Indicado conforme Of. nº 160/08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Sessão do SF de 05-06-08.

³ Indicado conforme Of. nº 856/07, de 28-11-07, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio. Sessão do SF de 19-12-07.

⁴ Indicação do Senador Osmar Dias (Of. nº 28/08, do Líder do PDT), em virtude da renúncia do Senador Jefferson Praia (Of. s/nº, de 09-07-08). Sessão do SF de 09-07-08.

⁵ Indicação do Deputado Leandro Sampaio (Of. nº 157/08, da Liderança do PPS), tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro (Of. nº 53/08, de 18-06-08.). Sessão do SF de 19-06-08.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25-10-08. Sessão do SF de 28-10-08.

⁷ Indicado conforme Of. nº 949/08, pela Liderança do PMDB. Sessão do SF de 12-11-08.

⁸ Indicado conforme Of. nº 269/08, pela Liderança do PC do B. Sessão do SF de 17-12-08.

⁹ Indicado conforme Of. nº 266/07, pela Liderança do PPS, de 17-07-07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar (Of. nº 29/09, de 14-1-09). O Deputado Valdir Colatto renunciou à suplência para assumir a titularidade, conforme o Of. nº 034/09-GAB610-CD, de 11-02-09, e o Of/GAB/1/Nº 12, de 28-01-09.

¹¹ Indicado conforme Of. nº 177/09, pela Liderança do PMDB. Lido na Sessão do SF de 12-03-09.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27-5-9, conforme Of. nº 48/09. Sessão do SF de 28-05-09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



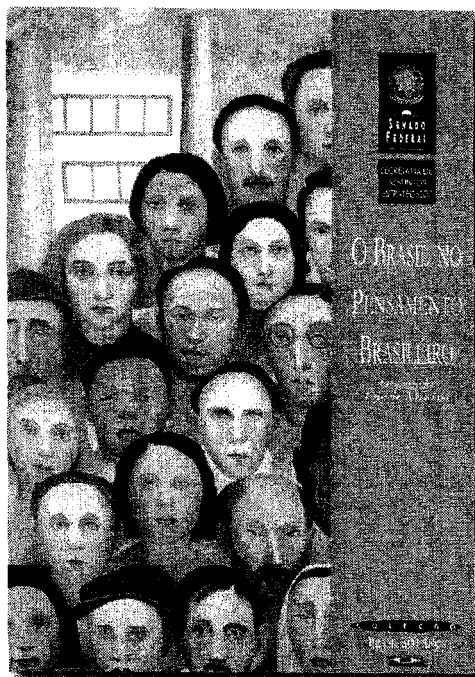
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djalir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 186 PÁGINAS